

Janeiro 2008

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível às entidades interessadas para consulta. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa, incluindo Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, e InfoSambila

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda, Jornal de Angola, Angolapress, Kwacka.net

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. Para a melhoria dos nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Genérico

Redação Waldney Oliveira

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain, Fabrice Beutler,
Beat Weber, Pacheco Ilinga,
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,
Azancoth, Massomba Dominique

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução
a Pobreza Urbana de Luanda),
DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

| | |
|---|-----------|
| 1 Redução da Pobreza e Economia | 1 |
| 1.1 Sistemas vai regular preços dos produtos agrícolas | 1 |
| 1.2 Estiagem compromete campanha agrícola..... | 1 |
| 1.3 Acesso ao credito em Angola esta cada vez mais facilitado | 1 |
| 1.4 BDA vai priorizar projectos acima de 5 milhões de dolares | 2 |
| 1.5 Cultura bancária é ainda diminuta | 3 |
| 1.6 As desigualdades da Reconstrução..... | 3 |
| 1.7 Governo deve distribuir os recursos de forma justa | 4 |
| 1.8 Banca comercial revelou-se pouco ousada em relação ao crédito..... | 4 |
| 1.9 O desafio de redistribuir a riqueza nacional "versus" o favorecimento das elites predadoras (conclusão)..... | 5 |
| 1.10 Níveis de pobreza são alarmantes | 6 |
| 2 Mercado Informal e Microfinanças | 7 |
| 2.1 Três mil cidadão da zona rural recebem micro-credito..... | 7 |
| 2.2 Cidadãos de origem asiática "Zungam" em Luanda..... | 7 |
| 2.3 ONG promove encontro com vendedores do Roque..... | 7 |
| 2.4 Camponeses em Malanje recebem micro-creditos..... | 7 |
| 2.5 Escamação de peixe é lucrativa nas zonas costeiras de Luanda | 8 |
| 2.6 Abertura dos mercados reabilitados depende de Job Capapinha | 9 |
| 2.7 Finalmente, vamos ter mercados? | 10 |
| 2.8 As voltas que os mercados dão..... | 10 |
| 3 Governação e Descentra-lização | 12 |
| 3.1 GPL reúne com munícipes de dois em dois anos | 12 |
| 3.2 Autoridades tradicionais adquirem conhecimentos sobre autoridades tradicionais | 12 |
| 3.3 Administrações, munícipes e quadros | 12 |
| 3.4 Administradores de Luanda estão a ser capacitados para executarem projectos..... | 13 |
| 3.5 Maria Lectícia abandona CNE..... | 13 |
| 3.6 Administração, dinheiros e prevenções | 13 |
| 3.7 Porque foi vairam Capinha na Cidadela | 14 |
| 3.8 Oposição deve aclarar o papel do Soba..... | 14 |
| 4 Eleições e Educação Cívica | 16 |
| 4.1 OGE tem buraco de 7 milhões de dolares | 16 |
| 4.2 Comissão eleitoral capacita quadros sobre mapeamento..... | 17 |
| 4.3 Autoridades tradicionais adquirem conhecimentos sobre autoridades tradicionais | 17 |
| 4.4 As nossas eleições | 17 |
| 4.5 MPLA destaca papel dos sobas na sensibilização para as eleições..... | 18 |
| 4.6 Eleições, sem dúvidas!..... | 18 |
| 4.7 Sobas querem eleições em 2008-01-21 | 18 |
| 4.8 Tudo o que precisa saber sobre as eleições legislativas (I)..... | 20 |
| 4.9 Igreja na preparação das eleições, a desilusão do cidadão e o voto secreto..... | 22 |
| 4.10 Revistar as urnas - um imperativo democratico..... | 23 |
| 4.11 POC's reprovam lei elitral | 24 |
| 5 Educação, Juventude e Criança | 25 |
| 5.1 Procuradoria implementa projectos sociais para apoiar menores | 25 |
| 5.2 Merenda escolar será distribuída a 26 mil alunos..... | 25 |
| 5.3 Educação enquadra mais de mil novos professores na Huila..... | 25 |
| 5.4 Ensino necessita de mais de 100 professores no moxico..... | 25 |
| 5.5 Longonjo ganha novos alfabetizadores | 26 |

| | | |
|----------|--|-----------|
| 5.6 | Jovens em Luanda marcham contra as drogas | 26 |
| 5.7 | Registo gratuito abrange mais de duas mil crianças..... | 26 |
| 5.8 | Encarregado de educação percorrem livrarias e mercados..... | 27 |
| 5.9 | Directora da Educação admite fracasso da reforma educativa..... | 27 |
| 5.10 | Brigada da educação prevê abertura de 500 novas salas de aulas..... | 28 |
| 6 | Terra, Habitação e Urbanização | 29 |
| 6.1 | Falta de plano director dificulta distribuição de energia a Luanda..... | 29 |
| 6.2 | Demolições de residências sacrificam populações de Luanda e Huila | 29 |
| 6.3 | Mais de 80 quilómetros serão reabilitados na província do Zaire | 30 |
| 6.4 | Moradores satisfeitos com programa de melhoramento das suas zonas | 30 |
| 6.5 | Ruas do município do Rangel serão terraplanada e asfaltadas | 31 |
| 6.6 | Realojamento da população vai precisar de 3.500 casas | 31 |
| 6.7 | Ministerio da agricultura e do desenvolvimento rural Gabinete do Ministro "Convite"..... | 31 |
| 6.8 | A nossa casa cresce com as makas comuns | 32 |
| 6.9 | GPL acusada de atormentar "fundadores" do Zango..... | 33 |
| 6.10 | A Cidade e a região | 33 |
| 6.11 | A gestão dos solos e o ordenamento do território | 34 |
| 7 | Serviços Básicos | 37 |
| 7.1 | Nova operadora de recolha de lixo vai entrar em funcionamento nos próximos dias em Luanda..... | 37 |
| 7.2 | GPL quer rever pagamento à operadora de limpeza | 37 |
| 7.3 | Governador defende diálogo para uma Luanda limpa | 37 |
| 7.4 | Município de Viana tem nova operadora de recolha de lixo..... | 38 |
| 7.5 | Município do Rangel terá novas valas de drenagem..... | 38 |
| 7.6 | Administrações, municípios e quadros | 39 |
| 7.7 | As noções aritméticas da «qualidade de área limpa»..... | 39 |
| 7.8 | O lixo eleitoralista e as favelas da Odebrecht | 40 |
| 8 | Paz e Reconciliação | 42 |
| 8.1 | Paz em Cabinda é uma realidade | 42 |
| 8.2 | Angola é uma referência em África pela forma como alcançou a Paz | 42 |
| 8.3 | José Eduardo garante apoio à manutenção da Paz..... | 42 |
| 8.4 | Reitor defende um espaço de cultura de Paz na Universidade Agostinho Neto | 43 |
| 8.5 | Policia apreende mais de 90 armas no Kwanza-norte..... | 43 |
| 8.6 | Forum "Pro peace" defende democratização da governação do país..... | 43 |
| 8.7 | Policia..... | 44 |
| 8.8 | Surgiu uma nova Mpalabanda..... | 44 |
| 8.9 | Manifesto da consciência da nação Cabindense..... | 46 |

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 Sistemas vai regular preços dos produtos agrícolas

Jornal de Angola...18-01-08

O sistema de Informação de Mercados Agrícolas e Grãos (SIMA), inserido no programa de investigação e desenvolvimento do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, prevê este ano regular os preços praticados no mercado agrícola.

A informação foi avançada ao "Economia & Finanças" pela coordenadora do Sima, Santa Baptista.

Segundo a responsável que está ligada ao Instituto Nacional de Cereais, constam ainda como perspectivas do Sima a identificação de novas oportunidades de mercados, bem como a contribuição e entrada de novos produtores na cadeia de distribuição dos bens. Por este facto, acredita que haverá um aumento de rendimentos familiares e maior incentivo à produção nacional.

O estabelecimento de um grupo técnico, avaliação dos mercados para produtos agrícolas e dos utentes, identificação de

parceiros, capacitação dos recursos humanos, identificação de tecnologia para a recolha de dados e difusão de informação constam igualmente das prioridades do Sistema de Informação de Mercados Agrícolas.

A coordenadora disse que o Sima surge como meio de asseguramento de mercados de informações sobre os mercados agrícolas devidamente estruturados, fiável e eficiente que promoverá a eficiência e a competição dos mercados locais, como forma de reduzir os riscos económicos.

A fonte adiantou que a informação poderá ser utilizada por diferentes grupos do sector privado e público.

Ao Governo, vai ajudar a definir a sua política de intervenção rápida junto dos produtores, comerciantes, ONG, consultores e académicos.

(...)

A Sima surge para responder às questões que têm a ver com os mercados isolados com poucas transacções e produtos que ficam por ser vendidos e a inexistência de transacções entre mercados. A sistema responde também algumas questões sobre os custos elevados de transacção e a percepção de injustiça nos resultados dos mercados.

A Sima é um sistema que visa fornecer as informações relacionadas com os preços, tanto nos mercados grossistas como retalhista, de forma a facilitar a tomada

de decisões a todos os utilizadores desta informação, quer seja pelos Governos, Agência de Informação de Comercialização Internacional, Bancos, ONG e operadoras do sector público e privado.

1.2 Estiagem compromete campanha agrícola

Folha8...19-01-08

OS camponeses da província do Huambo poderão ver a redução dos níveis de produtividade na presente campanha agrícola (2007/2008), devido à irregularidade da chuva que se verifica na região. Os níveis de quedas pluviométricas são insuficientes para as culturas de feijão e do milho e, pelo que se verifica pressupõem que haverá fome na região.

Este ano, os camponeses previam uma boa produção em algumas áreas, pois que a Estação de Desenvolvimento Agrário (EDA) conseguiu, em tempo adequado, distribuir fertilizantes, mas a irregularidade das chuvas está a comprometer tais culturas. Hemitério Tiago, do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) no Huambo, está preocupado com esta situação e afirmou que nos municípios de Longonjo, Caála, Tchinenje, Huambo, Katchiungo e do Bailundo a situação é mais preocupante, porque a chuva caiu em Outubro último e as pessoas conseguiram cultivar os campos e desde os finais de Novembro que naquelas localidades não cai chuva. Sublinhou, por outro lado, que o Governo está a incentivar a população destas áreas a optar pela produção de alguns tubérculos e hortícolas para manter a sua sustentabilidade, já que o milho e o feijão foram severamente afectados pela estiagem.

O IDA, neste ano, apoiou cerca de 450 mil famílias no quadro do programa de fomento, extensão e desenvolvimento rural, com a distribuição de sementes, fertilizantes, instrumentos de trabalho, para além do gado para a tracção animal, mas pelo que tudo indica estes pressupostos poderão ser gorados. Por isso, as autoridades da província e outras organizações filantrópicas que operam na região se mobilizaram em torno das localidades atingidas pela catástrofe e a seca.

De recordar que no passado, a província do Huambo foi considerada o celeiro do país, devido aos elevados níveis de produção de milho, feijão e outras culturas. "Pensamos que a província poderá recuperar este nome, desde que o Governo queira desenvolver a região em termos de produção local", lembrou.

1.3 Acesso ao credito em Angola esta cada vez mais facilitado

O acesso ao crédito bancário, em Angola, está a se tornar cada dia mais fácil, porque a concorrência entre os bancos tem tomado as condições de acesso mais facilitadas, segundo o governador do Banco Nacional de Angola, Amadeu Maurício.

O governador frisou que, cada vez mais, os bancos vão conhecendo melhor os seus clientes e a relação entre ambos tem mudado. "É fundamental, para os bancos, ao conceder créditos, que os clientes tenham capacidade para honrá-los. Se os empresários vão tendo lucros nas suas actividades, vão sendo mais capazes de honrar com os seus créditos, os bancos conhecem-nos melhor e estarão em condições para emprestar mais dinheiro", disse.

Esta tendência pode ser vista ao se analisar o histórico do comportamento da relação entre banco e cliente. Nesta sua missão fiscalizadora, o BNA tem vindo a aperfeiçoar os regulamentos e dispositivos no sentido de facilitar o trabalho dos bancos comerciais e dos clientes.

Em 2007, o crédito concedido pela banca em moeda nacional cresceu 60,7 por cento, em termos reais, e 46,2 por cento em moeda estrangeira, até Outubro, o que mostra, por si só, a abertura dos bancos comerciais para financiar economia.

Na sua mensagem de fim de ano, o governador do BNA já havia defendido a necessidade de se incrementar o crédito de médio e longo prazos, que, no seu entender, ainda é pequeno como proporção do PIE.

Do mesmo modo, pretende que o crédito de curto prazo cresça com o potencial de aumento do consumo interno, face ao esperado crescimento do sector não petrolífero, no sentido de ampliar a geração de empregos e o aumento dos rendimentos.

Os depósitos dos bancos comerciais que operam no país ultrapassam os 10 mil milhões de dólares. Deste montante, pouco mais de metade está transformado em crédito, o que dá margem às instituições para fazer novos financiamentos à economia.

No entanto, Amadeu Maurício sublinha que o BNA defende o incremento do crédito, mas vai velar para que não haja "a excessiva concentração do crédito em poucos objectos e sectores económicos".

A central de risco, que deve começar a funcionar este ano, é um dos projectos em curso que vai tornar o crédito mais fácil. "Depois de termos entendido que era necessário, temos de saber como montar e não levará muito tempo". A central de riscos é um sistema de informações que pode ser partilhado por todos os bancos que participam no sistema.

1.4 BDA vai priorizar projectos acima de 5 milhões de dolares

Jornal de Angola...22-01-08

A prioridade do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) para financiamentos vai recair para projectos cujos valores sejam iguais ou superiores a cinco milhões de dólares, segundo o seu administrador, Valter Barros.

Ao falar na abertura do seminário sobre o processo de crédito, dirigido a gestores das instituições financeiras comerciais com as quais o BDA rubricou, em 2007, acordos de cooperação, Valtter Barros disse que projectos cujos valores sejam inferiores a cinco milhões de dólares serão repassados como linhas de crédito para os bancos comerciais.

O objectivo do banco, acentuou, é financiar, por um lado, grandes projectos estruturantes, para o desenvolvimento sustentável da economia do país, por outro, financiar bons negócios que garantam o retorno dos recursos disponibilizados pelo BDA.

Segundo o gestor, os bancos comerciais que vão trabalhar com os activos do BDA devem ter a mesma filosofia de actuação, no tocante à gestão dos recursos e ao rigor na avaliação dos projectos a serem financiados.

Noutra vertente da sua intervenção, virada mais à captação de recursos, esclareceu que a administração do banco está a estudar a possibilidade da criação de outras fontes de captação de recursos para o BDA, além daqueles que são provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND). Os recursos do fundo são provenientes das receitas fiscais do petróleo e diamantes.

Embora seja um banco de âmbito nacional, o BDA não dispõe de uma rede de balcões espalhados pelo país, daí a razão de fazer recurso às agências dos bancos comerciais que operam no mercado, para conseguir trabalhar com os produtores em todo território nacional.

Criado em 2006, o BDA está a financiar projectos ligados às cadeias produtivas do milho, feijão, algodão e materiais de construção civil. Para os segmentos produtivos de milho e feijão, o banco trabalhou, em 2007, com produtores das províncias do Bengo, Benguela, Huambo, Huíla, Bié e Kwanza-Sul.

Este ano, a província de Malange é uma das seleccionadas para beneficiar de financiamentos na área produtiva. No tocante à cadeia produtiva dos materiais de construção civil, todas as províncias estão já contempladas para aumentar a oferta de produtos e a consequente aceleração do processo de reconstrução das infra-estruturas do país.

Mais duas novas cadeias produtivas foram incorporadas, em 2007, nos projectos de financiamento

do BDA: Cadeias produtivas da mandioca e agropecuária.

1.5 Cultura bancária é ainda diminuta

Capital...26-01-08

A constatação é de entidades à frente da gestão de alguns bancos do mercado. O universo de pessoas ligadas à banca por via de uma conta situa-se em cerca de 15 por cento, de acordo com António Motta, Millennium Angola, que traduz isso em sinónimo de haver ainda «um grande campo de crescimento nesse sentido».

O bancário acredita, porém, na possibilidade de aumento do número de clientes com pelo menos uma conta bancária, na medida em que os balcões vão se aproximando das residências.

Os números relativos ao nível de bancarização apresentados por António Motta são mais animadores do que os revelados em tempos pela Empresa Interbancária de Serviços (EMIS). Em entrevista concedida em tempos a este jornal, a empresa gestora da rede multicaixa situava a bancarização no país em níveis que variam entre 5 e 6,5 por cento, o que, segundo Eduardo Pinto, «é muito baixo», comparativamente com países como a África do Sul, onde o número de contas bancárias se traduziam em cerca de 40 por cento.

Na altura, a EMIS encontrou a justificação para o baixo nível de bancarização angolana no facto de a experiência do país nesse sentido ser ainda nova.

«Os bancos comerciais surgiram há pouco tempo, a bancarização do salário começou agora, assim como só agora o crédito ao consumo começa a ter expressão», explicou, na altura, o responsável, indo de encontro da ideia, segundo a qual, o aumento dessa variável vai se consumando a medida em que «forem surgindo mais bancos no mercado e mais agências forem sendo abertas», em paralelo com a oferta de produtos bancários mais atraentes. Quem, com Eduardo Pinto, também acredita num nível de bancarização diferente do actual é Raul Marques, experimentado bancário que aponta para um crescimento significativo nos próximos tempos, animada pela confiança que se começa a depositar na banca, somado ao facto de a moeda nacional, o Kwanza, ter estando a fortalecer-se na sua paridade com moedas de curso internacional.

Embora o nível de bancarização no país seja ainda baixo, nomes como o bancário Raul Marques pensam ter, ainda assim, havido uma evolução importante, reactivamente a períodos antecedentes.

Até há bem pouco tempo, a situação da bancarização em Angola foi bem pior, sobretudo, nos célebres

períodos em que a taxa de inflação chegou a escala de 1000 por cento, altura em que a autoridade monetária do país também chegou a perder o controlo da taxa de câmbio. De acordo com números em posse do A Capital, nessa altura, a bancarização em Angola situava-se nos níveis de 2 por cento, uma situação que, segundo diferentes economistas, se deveu a falta de confiança na moeda nacional, até mesmos nos bancos em quem a população devia confiar as suas poupanças. Para Raul Marques, tal cenário é já um problema do passado. Ou seja, «começa agora a registar uma certa inversão», um pouco também por força da relativa estabilidade que a macroeconomia angolana está a conhecer.

1.6 As desigualdades da Reconstrução

Cruzeiro do Sul...26-01-08

Ao viajar de carro de Luanda ao Sul de Angola, passando por Catete, Wako - Kungo, Alto Hama, Huambo, Cahala, Longonjo, Chilata, Cusse, Caconda, Chicomba, Quipungo e Lubango, fica-se com uma ideia de quão o nosso país cresce e desenvolve-se, bem como as visíveis diferenças acentuadas entre regiões, sobretudo a concentração de investimentos, bens e serviços na capital em relação ao resto do país. Fazendo este percurso físico, e não virtual, reconstrói-se em nós a imagem cognitiva e emotiva da geografia e do ambiente, da demografia e dos aspectos da dimensão social e humana mais profundas do nosso país, a partir dos nossos próprios esquemas mentais.

Todavia, Angola ainda é um gigante adormecido. A viagem de carro naquele percurso é feita em menos tempo, porque algumas estradas estão a ser reabilitadas. Há comunicação por telemóvel nalgumas localidades, o que torna o país mais integrado, mas também o bolso do cidadão mais "apertado" pelo preço alto dos impulsos dos telemóveis, se comparados com os preços de muitos países do mundo.

Ao longo das estradas estão a ser edificadas pequenos "núcleos" de comércio informal, de aglomerado humano permanente, estruturas físicas, geradores de electricidade, também chamados de "wanditombi", que significa, "não me respeitam" na língua umbundo. Nesses mercados, vende-se de tudo um pouco, desde bens de produção local aos importados. Esta realidade mostra a vitalidade, a dinâmica, o ritmo e a força do mercado informal, que, apesar de ser subestimada pela ideologia dominante, vai ditando algumas regras de jogo. Se a tendência por essa, aqueles "núcleos" constituem potenciais futuras cidades mercantis de Angola, mesmo que algumas ainda não figuram nas cartas topográficas actuais. Aliás, há exemplos da

história sobre este tipo de evolução noutras partes do mundo.

O desenvolvimento das ciências sócias quanto à construção do conhecimento científico acerca do factor económico, entre outras, evoluiu em várias correntes de pensamento, e os autores faziam as suas interpretações formulando teorias próprias. Os evolucionistas consideravam os povos antigos como sociedades de um nível económico extremamente baixo e simples. Os da corrente chamada histórico-cultural também julgavam baixo o nível económico dos povos de pequena escala e afirmavam que tais povos tinham uma economia natural, dependendo mais da natureza do que da técnica.

Ainda outros autores demonstraram, com os seus estudos de campo, a complexidade da economia também de pequena escala. A economia mundial fez grandes transformações nas últimas décadas que mudaram profundamente as relações entre povos, criando padrões generalizados a nível mundial. São estas concepções e pressupostos que marcam as diferentes visões acerca da economia e do desenvolvimento em Angola. Por essa via, facilmente se depreende a importância da economia em todas as sociedades, sejam elas de pequena ou grande escala.

Todas as sociedades constroem as suas formas de subsistência, de produção, de distribuição, redistribuição e de troca. Daí que não se deve prescindir nem de umas nem de outras: seja a economia do sector formal ou informal, seja a agricultura dita "tradicional", "camponesa" ou de "subsistência"; mas que é ela que alimenta e é dela que dependem milhões de pessoas; seja a dita agricultura "moderna" ou "avançada"; seja o pequeno, o médio e o grande produtor ou comerciante; seja a "zungueira", a quitandeira, o "candogueiro", o empresário; seja o artesão e o da tecnologia de ponta.

Todos devem ser valorizados e potenciados à sua medida. Ademais, uma das dimensões da sustentabilidade requer partir de dentro, do endógeno cultural, tecnológico, educacional, etc., e evoluir em função da nossa própria capacidade e, deste modo, não ir além daquilo que não conseguimos, sob pena de dependermos excessivamente de outros.

1.7 Governo deve distribuir os recursos de forma justa

Cruseiro do Sul...26-01-08

O ministro-adjunto do primeiro-ministro, Agualdo Jaime, garantiu que o Governo angolano tem, como responsabilidade social, a redistribuição justa da renda nacional.

Segundo o governante, as empresas petrolíferas, em

Angola, têm trabalhado para a promoção do bem-estar das populações, no que toca à criação de escolas e hospitais.

Defendeu que o dinheiro do petróleo tem sido usado no crescimento económico, que deve ser traduzido em desenvolvimento económico.

O ministro-adjunto do primeiro-ministro refutou, por outro lado, as afirmações, segundas quais, o Governo angolano tem usado o petróleo para endividamento insustentável do país.

Agualdo Jaime fez tais declarações, durante a sessão de abertura da primeira Conferência Internacional sobre Direito, Ética e Responsabilidade Social, que decorreu em Luanda, durante dois dias, no auditório da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto. A primeira conferência Internacional sobre Direito, Ética e Responsabilidade Social foi promovida pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em parceria com a empresa petrolífera British Petroleum e contou com o apoio da embaixada dos Estados Unidos da América.

"Governança corporativa e responsabilidade social empresarial", "Ética em direito no plano da advocacia", "Direitos humanos e responsabilidade social" e "Harmonização e alinhamento para melhorar o impacto das acções de responsabilidade social" foram os quatro temas, divididos em dois painéis, apresentados e discutidos durante conferência.

Para o primeiro painel, foram oradores o professor doutor Francisco Vilamiar Reys, da Universidade Estadual da Louisiana e Universidade Católica Argentina, e o doutor Inglês Pinto, Bastonário da Ordem dos Advogados.

E no segundo painel, foram oradores o professor doutor Luís Barzotto, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Universidade Católica do Rio Grande do Sul, e o doutor Camilo Ceita, da BP.

O discurso de encerramento da conferência coube ao Reitor da Universidade Agostinho Neto, João Teta, que parabenizou a Faculdade de Direito pelo facto de ter organizado o certame e reiterou que a mesma se enquadrava nos objectivos académicos da Universidade Pública.

1.8 Banca comercial revelou-se pouco ousada em relação ao crédito

Capital...26-01-08

Informações que este jornal obteve de fonte junto do Banco Nacional de Angola (BNA) revelam que a banca comercial angolana mostrou-se muito retraída em relação a concessão de crédito, no ano findo, tendo,

grande parte do dinheiro reservado para esse fim, ficando sem ser aplicado.

Segundo esta mesma fonte, pelo menos cerca de 50 por cento do valor para fins creditícios ficou nessa condição. Ou seja, o que o conjunto dos bancos concedeu como crédito correspondeu apenas a 5 por cento do total da riqueza produzida no país.

Estes dados contrastam com informações regularmente disponibilizadas por entidades dedicadas ao estudo do desempenho do sistema bancário, e que nas suas mais recentes análises mostraram ter havido um aumento do volume de crédito.

Mas, na prática, o BNA considera que a taxa de conversão de depósitos em crédito é muito baixa, não contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento da economia nacional, de acordo com a fonte deste semanário.

Esta é, aliás, uma preocupação que entidades como o ministro-adjunto do primeiro ministro, Aguiñaldo Jaime (que de resto é o chefe da equipa económica do país) tem vindo regularmente a levantar.

No primeiro semestre de 2007, apenas 35 por cento dos 6,8 biliões de dólares existentes nos bancos comerciais foram transformados em créditos, ficando de fora cerca de 5 biliões, além da reserva obrigatória do BNA.

(...)

A indústria transformadora e extractiva, a agricultura e a construção apresentam valores menos expressivos, que não chegam a ultrapassar os 5 por cento, tendo sido concedidos para a saúde, a educação e a acção social um total de apenas 1 por cento.

Estudos da autoria de empresas como a KPMG indicam que a rentabilidade dos capitais próprios dos bancos cresceu de 26% para 35,3% em 2005, mencionando, por outro lado, que o acentuado crescimento da actividade bancária em Angola deu início a um aumento de 51 por cento dos activos totais dos bancos, que ascendiam a 6,8 biliões de dólares no final do ano passado.

No que ao crédito concedido diz respeito, o estudo aponta um crescimento da ordem de 58,6 por cento no período analisado, menos que os depósitos bancários que aumentaram 70 por cento.

Neste momento, actuam no mercado nomes como o Banco de Poupança e Crédito, BFA, Banco BIC, Banco Comercial Angolano, Banco Regional do Keve, Banco Africano de Investimento, Banco Internacional de Negócios, Banco Espírito Santo Angola, Totta Angola, Banco Sol, Banco de Comércio e Indústria, Millennium Angola, Novo Banco, Banco Comercial Português conformam o mercado bancário angolano.

Mas entre este, o Banco de Poupança e Crédito (BPC), no que diz respeito a crédito líquido concedido, lidera os indicadores. Pelo menos é o que refere o estudo da

KPMG.

Fora este facto, dois bancos angolanos integram a listas dos 100 maiores de África. Tratam-se do BFA e do BAI, que ao lado de dois bancos moçambicanos, as únicas instituições bancárias dos países africanos de língua portuguesa a fazerem parte de tal, de acordo com a edição de Novembro da revista «African Business»

1.9 O desafio de redistribuir a riqueza nacional "versus" o favorecimento das elites predadoras (conclusão)

Angolense...26-01-08

A este propósito uma tal estratégia (discursiva) de fomento rural seria de todo bem vinda, se não negligenciasse os planos de fomento rurais da idade de ouro colonial, desde que adaptados à realidade hodierna. Os estudos disponíveis a este respeito abundam e não são nada omissos. Eduardo dos Santos sustenta que "produziremos mais riqueza para distribuir e poderemos combater a pobreza de modo mais eficaz, garantindo a melhoria das condições sociais dos cidadãos.

O Governo está a fazer a sua parte. Mas, mais do que isso o Governo não cumpre senão com o seu papel de servir a comunidade, de resto o fim último da gestão da coisa pública., aludindo para tanto que "a inflação foi mantida sob controlo e a gestão das finanças públicas está melhor articulada com a gestão da moeda e das reservas internacionais líquidas do país.", Mas, isso só não basta, embora seja louvável, há que diversificar a base de alimentação e retro-alimentação da economia, não podendo 90% das exportações ficar basicamente refém da mono cultura do petróleo e já agora também dos termos de troca da OPEP, que levou já a baixar a produção para menos de 1,8 milhões de barris diários, contrariamente a cifra prevista até bem pouco tempo de 2 milhões de barris diários a partir de 2008, pelo menos. Daí que há que investir não só nos diamantes, como no ferro, manganês e outras ocorrências bastantes no nosso subsolo, bem como na pecuária e agricultura, contando Angola com muitas terras aráveis e mesmo virgens. Para tanto braços e água não faltará, tanto dos rios como da chuva, desde que bem aprobeccionada, sem prejuízo dos furos que se abrem habitualmente no extremo sul, para consumo humano e do gado, líquido precioso indispensável à vida humana como ao exercício da pastorícia, pelos pastores tradicionais no sul de Angola e não só...

Em se falando em investimentos sociais, JES destacou que "os recursos mobilizados para a área social, nestes últimos dois anos, privilegiaram a continuação da

reintegração social e produtiva dos desmobilizados e das pessoas deslocadas durante a guerra; priorizaram o melhoramento da prestação dos serviços sociais básicos, a promoção da harmonia social e a redução significativa da fome e da miséria. " Para tanto será necessário inseri-los de acordo com as suas habilidades vocacionais, sendo tal grupo alvo maioritariamente de origem camponesa ou tendencialmente camponês.

(...)

"Ele obtempera que "na perspectiva do fortalecimento do empresariado nacional, vai continuar a promover uma política de crédito com condições adequadas de prazos, custos e garantias", quando são muitos os empresários e micro-empresários que se vêem e desejam-se para conseguir um crédito no banco, queixando-se que são sempre os mesmos a comer no saco azul dos empréstimos concedidos pela banca, muitos dos quais devedores relapsos que não assumem os seus compromissos financeiros, colocando a credibilidade de quem pretende trabalhar com sentido de empreendedorismo e de amortização das contas devidas em cheque, sem quaisquer calotes aos habituais credores, alguns dos quais levaram à falência da falecida CAP, sem que para tanto quem de direito viesse a terreiro, inspeccionar e exigir a devolução desses dinheiros públicos, gastos como se de fundos perdidos de um bom samaritano se tratassem. Ámen!

1.10 Níveis de pobreza são alarmantes

Aopstulado...30-01-08

O Fórum das Organizações não Governamentais angolanas (FONGA) considera que os níveis de pobreza das populações atingiu níveis elevados que deve motivar também a intervenção da sociedade civil no combate ao flagelo.

Cardoso Pedro, do FONGA, fez estas declarações à Ecclesia a propósito da realização de um Workshop nacional no próximo dia 31 de Janeiro, em Luanda, sobre a pobreza no país.

"Os desafios da pobreza no país são notórios e todo o angolano atento, acredito que tenha a mínima percepção que o país está mesmo num nível de pobreza muito alarmante".

Ressalta que "esta é a razão que faz com que nós reunamos para podermos analisar de que forma poderemos contribuir na agenda do Governo no que diz respeito às estratégias elaboradas para combate a este fenómeno.

O responsável do FONGA entende haver interesse por parte dos diferentes actores no combate à pobreza. Mas considera que o problema consiste na definição de

políticas essenciais de combate à pobreza.

"Pensamos que há interesse por parte de todos nós, talvez o problema maior agora são os meios de como fazemos isso. O interesse para todos nós existe, pois se fizermos uma pesquisa na população vamos perceber que ninguém está alheio à pobreza, todos nós queremos erradicar a pobreza. No entanto o nosso problemas está em quem decide sobre o quê, as formas e as formas como nós fazemos isso", disse

O workshop a acontecer em Luanda será uma Consulta sobre a pobreza.

Em Abril próximo realiza-se nas Ilhas Maurícias a conferência consultiva internacional sobre pobreza e desenvolvimento a nível da SADC. Neste contexto, a sociedade civil da região realiza as consultas nacionais nos seus respectivos países. Visa recolher contribuições para alimentar políticas e estratégias dos governos a serem apresentadas na conferência regional.

2 MERCADO INFORMAL E MICROFINANÇAS

2.1 Três mil cidadão da zona rural recebem micro-crédito

Cruzeiro do Sul...05-01-08

Três mil e 730 cidadãos residentes na zona rural de alguns municípios da província do Huambo estão a beneficiar de micro-crédito, desde o princípio deste ano preste a terminar, da organização não governamental "DW".

No quadro do programa de micro finanças a referida organização não governamental, disponibilizou três milhões 387 mil dólares norte-americanos, durante este ano, disse o seu administrador, Joaquim de Oliveira.

O montante disponibilizado, de acordo com aquele responsável, foi investido no cultivo de campos agrícolas, na criação de pequenas indústrias como a serralharia, sapataria, alfaiataria e panificações na venda de produtos alimentares e vestuários.

Joaquim de Oliveira, sem revelar a taxa de reembolso por parte dos clientes, frisou que o programa está a ser implementado nos municípios do Huambo, Cála, Bailundo, Tchicala-Tchologanga e Kachiungo, este dois últimos beneficiam através do Programa Geral de Desmobilização e Reintegração dos ex-militares da Unita.

Este programa de micro-finanças, visa apoiar os esforços do governo angolano no combate a fome e a pobreza nas zonas rurais, bem como propicia o desenvolvimento das comunidades.

2.2 Cidadãos de origem asiática "Zungam" em Luanda

Jornal de Angola...07-01-08

Vários cidadãos de origem asiática têm sido vistos a vender diferentes, produtos deambulando por Luanda. A presença destes cidadãos é mais notória nas áreas do Aeroporto, São Paulo, Cuca, Hoji-ya-Henda, Petrangol, Calemba, Congolese e periferia do Mercado Asa Branca.

Numa breve incursão por algumas destas áreas, uma equipa de reportagem do Jornal de Angola constatou que, de facto, asiáticos "zungam" em Luanda.

Segundo Maria Simão, vendedora ambulante do Mercado "Arreiou Arreiou", da zona do São Paulo, é admirável que cidadãos de origem asiática, com predominância para os de nacionalidade chinesa, comercializem produtos na zunga.

Ela interrogou-se como é possíveis pessoas que entraram em Angola, como fotógrafos, comerciantes hoje aparecerem a zungar.

A equipa de reportagem do Jornal de Angola constatou o mesmo no centro comercial do Hoji-ya-Henda. Aí estes cidadãos vendiam artigos como roupas, calçados, electrodomésticos, assim como árvores e efeitos de Natal.

Por dificuldade de comunicação não foi possível o Jornal de Angola ouvir tais vendedores, pois não se expressam em português nem tão pouco em inglês ou francês.

Já na zona do Aeroporto, a presença desses ambulantes é mais discreta. A área é dominada por vendedores angolanos, congoleses democratas, senegaleses, nigerianos, malianos, e outros.

2.3 ONG promove encontro com vendedores do Roque

Jornal de Angola...19-01-08

A Associação de Educação Cívica de Angola! AECA realiza na próxima quinta-feira, 24, um encontro com as vendedoras e vendedores do Mercado do "Roque Santeiro", em Luanda.

De acordo com Valdir de Jesus Presidente da referida Associação que falava à "Rádio Luanda", o encontro tem como objectivo falar sobre a importância do voto à nível de todos os mercados da capital.

Valdir de Jesus fez saber, por outro lado, que estes encontros se realizam no âmbito do projecto "Encontro Comunitário" e sobre a "Importância do voto".

A associação de Educação Cívica de Angola esteve engajada no processo de registo eleitoral e tem como objectivo o resgate dos valores morais e cívicos da cidadania. Durante o período de registo muitas Ong desenvolveram campanhas de educação cívica eleitoral em escolas, hospitais e mercados, divulgando mensagens sobre a importância do exercício do dever de se registar e o direito de votar.

O código de conduta eleitoral inclui as Ong que operam na área de educação cívica eleitoral, como agentes eleitorais.

2.4 Camponeses em Malanje recebem micro-creditos

Jornal de Angola...16-01-08

Sessenta mil dólares norte americanos foram disponibilizados pelo Banco Sol, durante o ano de 2007, em micro-créditos concedidos a 41 associações de camponeses, no âmbito de um protocolo assinado

com a instituição bancária e a Unaca - Confederação das Associações Camponesas e Cooperativas Agro-pecuárias.

De acordo com o director provincial da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiental (ADRA) em Malanje, Rui Miguel Roque, o projecto de concessão de micro-crédito vai prosseguir este ano, visando beneficiar às 241 associações de camponeses que a Adra controla nos municípios de Calandula, Quela, Kiwaba-Nzonje, Caculama e Cacuso.

O responsável acrescentou que os prazos do reembolso varia de um a dois anos, consoante os objectivos para os quais são cedidos os créditos.

Rui Miguel Roque frisou que a Adra em Malanje trabalha no quadro de um plano estratégico, de cinco anos, que visa a segurança alimentar, tendo como uma das componentes a criação de sustentabilidade alimentar nas comunidades.

Fez saber que o micro-crédito é um incentivo à criação de fundos comunitários auto-geridos, quer a partir de financiamentos externos como através de poupanças locais, com o fim de apoiar as comunidades rurais na intermediação e acesso aos fundos oficiais de crédito.

Enquanto isso, a Associação Nacional de Deficientes de Angola (ANDA) prevê inserir e encaminhar 55 portadores de deficiência aos centros de formação profissional e reabilitação física, bem como a criação de postos de trabalho em cooperativas agropecuária.

Segundo o secretário provincial em exercício da Anda em Malanje, Joaquim André Kanzila, a acção enquadra-se no projecto da instituição "Vem Comigo", que visa facilitar a inserção dos seus filiados no mercado de emprego e reduzir a pobreza no seio desta camada.

Esforços estão a ser desenvolvidos no sentido de sensibilizar e mobilizar os deficientes físicos a aderirem ao projecto, tendo em conta o seu objecto social.

O projecto "Vem Comigo" está a ser implementado na sua terceira fase e já beneficiou os deficientes das províncias do Uíje, Kwanza-Norte Sul e Bié.

A Anda funciona em Malanje desde 2006.

2.5 Escamação de peixe é lucrativa nas zonas costeiras de Luanda

Jornal de Angola...18-01-08

AS 6 horas da manhã começam a chegar as pequenas, embarcações carregadas de peixe, capturado à madrugada, ao fazerem-se à beira-mar, são imediatamente rodeadas por várias pessoas, entre peixeiros que, posteriormente, revendem o pescado e por outras que optam em comprar o peixe nas mãos dos pescadores.

Além dos compradores que necessitam do pescado

para consumo doméstico, invadem os locais de atracagem crianças e jovens. E qual é a sua missão? Escamar o peixe.

Uma outra forma encontrada para fazer negócio, obter lucros e fazer face à vida.

Ao adquirir-se o peixe, surge sempre, alguém a propor o serviço. E sempre nestes termos: "Vamos já escamar". Fazendo-se parece ser sempre melhor, aliás a maioria dos adquirentes prefere levar já o peixe arranjado e assegurar a conservação antes de chegar a casa, quer para o consumo imediato, quer para o mediato.

O pescado escamado e sem as guelras, na opinião de consumidores, tem vantagem porque deixa de existir a preocupação de levar o lixo para distante a julgar pelo cheiro nauseabundo que os restos de peixe provocam se deixado muitas horas sem os deitar. Escamado à beira-mar, o peixe é lavado com água salgada e os restos resultantes do preparo são empurrados pelas vagas que visitam a orla, arrastando para longe o lixo do peixe que serve ainda assim de alimento para outros peixes.

E assim na praia Amélia, na Corimba, Mabunda, Ilha do Cabo, Cacucaco e Benfica. Diariamente lá estão os escamadores a assediarem os compradores de peixe.

O rendimento diário de cada escamador depende muito do número de clientes. Há uma disputa entre os antigos e, novos na arte de escamar. As vezes, mulheres há que também aderem ao trabalho e quando acontece os adolescentes e os jovens quase ficam sem clientes, pois elas dominam a preferência.

Armando Cassole pratica esta actividade há três anos. Domina todos os truques. A espécie e qualidade do peixe determinam o preço. Por um monte de cinco peixes de carapau escamado recebe 200 Kwanzas, dez sardinhas graúdas está tabelada a cem Kwanzas.

(...)

Os escamadores vão pedindo a prestação de serviço aos compradores de peixe. Cada um à sua maneira.

Amado Viera estava sentado numa pequena embarcação a limpar um choco. Pelo trabalho, pagaram-lhe 300 Kwanzas. Mas pelo monte de dez peixes de carapau grossos limpo pede 200 Kwanzas. Pela corvina, 200, sardinha, 1 00, e chacharu 150.

O seu rendimento por dia é de quatro mil Kwanzas. Contou que dia há em que chega a fazer cinco mil Kwanzas. Já Paulo Cadole comanda um grupo de cinco jovens recentemente idos do interior. Estes chegam a lucrar acima dos nove mil Kwanzas por dia. Cada integrante recebe cinco mil Kwanzas por semana.

Ao longo da Ilha de Luanda, podem ser divisados jovens que vendem e escamam o peixe. "Salgado" é a designação de uma área rica em peixe. O número de escamadores no local é grande. Logo, contribui para a diminuição dos rendimentos.

Se, por um lado, o negócio de escamação prospera, por outro, houve quem escolhesse, por outra, uma outra actividade também lucrativa nas praias: as vendedoras de refeições. Depois da hora nove, montam barracas com comes e bebes, refúgio para os compradores que aguardam pelo trabalho de escamação.

2.6 Abertura dos mercados reabilitados depende de Job Capapinha

Angolense...26-01-08

Para os utentes dessas vias tem sido uma tortura depararem-se com o mercado na estrada, situação que tem originado engarrafamentos de carros e pessoas. Na zona do mercado dos Congolezes a situação é pior dado o trabalho de pavimentação que está a ser feito ao longo da via.

"Aqui o nosso sofrimento é grande, temos de fugir o tractor que está a arranjar a via, temos que fugir dos carros. Não temos lugar certo para colocar as nossas mercadorias, mas temos que vender para sustentar os nossos filhos", lamentou Joana.

"Aqui onde estamos a vender podem nos atropelar a qualquer momento, se um carro passar descontrolado levará muitas vidas. Se já arranjaram o mercado, o que falta para nos deixarem vender?", interrogou.

A reclamação não vem só por parte das vendedoras, todos os utentes daquela via sofrem com aquela situação. "Todos os dias passo por aqui para apanhar o táxi para ir ao trabalho, este troço é a minha desgraça, aqui os empurrões são constantes, acaba sempre por cair por cima de nós sangue de carne que vendem na estrada. Há muita poeira e muita agitação que me faz chegar mal disposta no trabalho", lamentou Teresa, uma frequentadora assídua da zona.

Marcela, outra rapariga que se desloca usualmente ao local também tem histórias tristes para contar. "Passo aqui com muito medo porque todos os dias deparo-me com correria das vendedoras que fogem dos polícias, quando me lembro que no ano passado uma vendedora foi baleada aqui, nessas corridas, o meu medo aumenta", realçou.

(...)

Porquê que os mercados não foram reabertos?

Depois de tanta espera pela inauguração, que primeiro seria no dia 11 de Novembro e depois no dia 10 de Dezembro, surgiram rumores sobre o porquê que não se abria os mercados, a maioria pensa que o Chefe de Estado não está satisfeito com as obras que foram feitas.

Segundo o Director de Mercados e Feiras do GPL, Daniel Cabinda, ouvido pelo Angolense sobre o assunto, a reabertura dos novos mercados aguarda por or-

dens do Governador Provincial de Luanda, Job Capapinha.

"O Governador disse que os mercados serão inaugurados ainda este mês de Janeiro, portanto, enquanto não terminar o mês, não posso Jazer qualquer pronunciamento sobre o assunto, mas assim que terminar o prazo estaremos preparados para abrir e explicar porquê que não se inaugurou atempadamente", prometeu.

Embora se tenha recusado a fazer quaisquer esclarecimentos adicionais, Daniel Cabinda revelou um dado importante ao referir que "quando terminar o prazo estaremos preparados para abrir e explicar porquê que não se inaugurou atempadamente", pois tal afirmação deixa escapar que a promessa de Job Capapinha não será cumprida. Que tire o cavalinho da chuva quem acredita que os mercados serão reabertos em Janeiro.

Três (possíveis) motivos para o atraso

Indisponibilidade na agenda do PR: Dentre as prováveis razões para os consequentes atrasos da reinauguração dos mercados a mais apontada é a falta de disponibilidade do Presidente da República, figura que deverá cortar a fita dos mercados. Em casos como estes, os governantes locais disputam a presença do PR, e neste caso seria uma excelente oportunidade para o Governador de Luanda mostrar serviço, até porque os mercados mudaram radicalmente de cara e deverão trazer uma nova tendência na concepção das praças de venda nacionais.

Mau estado das vias de acesso: Esta possibilidade ganha mais corpo se olharmos para a via de acesso ao mercado do São Paulo. Mesmo sem termos entrado no mercado já reabilitado, a visão exterior deixa claro que foram feitas obras profundas e que a nova praça terá uma qualidade impar, se comparada a outras semelhantes. Contudo, o estado da via de acesso é um verdadeiro balde de água fria, já que o alcatrão está carcomido e quando chove transforma-se num imenso lamaçal. Admitindo a hipótese de que o PR aceitou inaugurar os mercados, Capapinha faria uma figura muito feia se o mais alto mandatário da nação tivesse que passar pelas vias de acesso ao mercado do São Paulo e dos Congolenses, ainda em estado caótico. A espera por uma data simbólica: Tem sido hábito que grandes obras sejam inauguradas apenas em datas históricas ou simbólicas para a nação.

Vários são os casos de escolas ou hospitais que embora prontos, têm de esperar pelo dia "d" para serem abertos ao público. O dia 11 de Novembro foi a primeira data escolhida, mas o "evento" foi cancelado. Seguindo a lógica desta tese, o mais provável é que a fita venha a ser cortada a 4 de Fevereiro, mas uma surpresa poderá acontecer no dia da cidade de Luanda

2.7 Finalmente, vamos ter mercados?

S. Angolense...26-01-08

A Inauguração dos mercados dos Congolenses, ao Rangel, e do São Paulo, ao Sambizanga, deverá acontecer na próxima sexta-feira, 25 de Janeiro, dia de mais um aniversário da cidade de Luanda, soube o *Semanário Angolense* de boa fonte.

A acontecer efectivamente, como, de resto, já se previa de algum modo, será apenas o corolário da promessa feita pelo governador Job Capapinha, em finais de Dezembro, quando afirmara publicamente que a inauguração dos dois mercados teria que se proceder até finais de Janeiro.

Na altura, Job Capapinha, em face das interrogações que se fizeram à volta dos incompreensíveis atrasos verificados na realização da cerimónia, «explicara» ainda que a demora e devera à necessidade do seu governo proceder antes a um estudo sobre a gestão dos mercados públicos, para se determinar melhor caminho a seguir neste domínio, depois da experiência falhada em outros mercados municipais, por alegada falta de capacidade das entidades privadas a quem isso havia sido confiado. Assim, ainda na esteira das palavras do governador de Luanda, por provável recomendação dos integrantes da comissão que se encarregara do dito estudo, a gestão dos «Congolenses» e do «São Paulo» será da responsabilidade directa das respectivas administrações municipais, sob supervisão da direcção provincial dos Serviços Comunitários.

Curiosamente, porém, as cerimónias de inauguração dos dois mercados não constam do programa oficial das comemorações alusivas ao dia da cidade, como confirmou, por outro lado, uma fonte dos serviços de imprensa do Governo provincial de Luanda, quando interrogada a propósito.

PROMESSA É PROMESSA

O governador prometeu a inauguração para Janeiro, mas nada consta sobre mercados no programa oficial das comemorações do dia da cidade que temos aqui em mãos», sublinhou a nossa fonte, em conversa mantida com o jornalista no início da semana. «Por isso, não sabemos quando é que será realmente», acresceu.

No entanto, há uma explicação para isso, como acabou por referir o nosso primeiro informador, que não quis ser identificado. Segundo ele, o Governo Provincial de Luanda pretendia proceder à inauguração dos dois mercados sem alardes, tendo até projectado fazê-lo neste sábado (19) como que às escondidas do grande público.

«Eles (o GPL) estavam a planear abrir os mercados sem aviso prévio, nem qualquer simbolismo, para que depois as

pessoas só assustassem quando os vissem já em funcionamento», explicou.

(...)

Sempre sem qualquer explicação oficial, ficou-se à espera que o Chefe de Estado viesse a aproveitar uma data histórica para proceder, finalmente, à inauguração dos mercados, mas elas (as datas históricas) foram passando sem que José Eduardo dos Santos se decidisse, como se insinuava para justificação dos supostos adiamentos sucessivos do dia «o».

DESINTERESSE OU DESENCANTO?

A aparente e constante indisponibilidade do Presidente para inaugurar os mercados ganhou aos olhos do público um cariz de desinteresse, quando, a 17 de Dezembro, procedeu a uma série de inaugurações de outros empreendimentos públicos, sem querer saber de «Congolenses» ou «São Paulo».

Contudo, há informações dos mentideiros que referem que, afinal, não se trata de desinteresse, mas sim de desencanto com as obras. Como se diz, o Presidente da República não está nada contente com elas devido à sua pequenez, em função dos balúrdios que teriam sido absorvidos dos cofres do Estado para a sua realização, no quadro dos investimentos públicos, com financiamento chinês.

Com o que se diz ter-se gasto, tinha de se apresentar uma coisa muito melhor. E o presidente, que contava com mercados de dois andares, está chateado e não deve querer inaugurá-los até hoje por causa disso», comentou a nossa fonte.

No seio dos vendedores, essa «chatices» é elevada ao extremo, a tal ponto que alguns deles já não esperam a inauguração dos dois mercados nos próximos dias, porque «o Presidente vai mandar parti-los outra vez, para se voltar a fazê-los como ele esperava».

Porém, como tem tudo para ser absurda, a esmagadora maioria deles não acredita numa possibilidade dessas, pelo que continua esperançada na sua reabertura dentro de dias. E este «dentro de dias», para eles, não deve escapar do dia da cidade, por ser a «data histórica» com que contam desesperadamente para tal, após se ter passado o 4 de Janeiro, o feriado dos mártires da Baixa de Kassange. «Se não for no dia 25, quando é que será então?», interrogou-se, apreensiva, uma velha quitandeira do mercado dos Congolenses. «Possas, eles já é que sabem!», atirou uma sua colega, visivelmente chateada com a demora em meio a umas xingadelas daquelas.

2.8 As voltas que os mercados dão

Jornal de Angola...26-01-07

TRÊS meses depois do anúncio da reinauguração dos mercados dos Congolenses e do São Paulo, vendedores e consumidores esperam ansiosos pela abertura dos mesmos no dia da cidade de Luanda, 25 de Janeiro. A acontecer, o regresso dos vendedores aos mercados poderá ser o alcançar de uma esperança há muito moribunda. É que em várias ocasiões, como no dia 11 de Novembro, lhes foi prometido à volta aos seus lugares de trabalho, sem que, contudo, se tivesse concretizado.

Assim como quem põe um reбуçado na boca de uma criança e, de seguida, volta a tirá-lo, aos vendedores foi ainda anunciado, nas entrelinhas, que o corte da fita dos referidos mercados estava marcado para o dia 10 de Dezembro de 2007 e depois para o dia 4 de Janeiro do corrente ano. O que também não aconteceu.

Agora, -a poucos dias da comemoração de mais um aniversário da cidade da Kianda, os antigos inquilinos destes mercados dizem que já não vão aceitar mais a prorrogação do tão ansiado regresso. Já que todas as condições estão criadas.

"Ainda que o Presidente se mostrar indisponível para inaugurar os mercados, Job Capapinha ou outro governante tem de o fazer", disse um vendedor.

Para eles, os adiamentos constantes vêm simplesmente provar, mais uma vez, aquilo a que os vendedores chamaram de «incompetência, falta de punho e poder de decisão do governador de Luanda, Job Capapinha, que não vê o sofrimento do seu povo, na sua maioria dependente do comércio que aí se faz».

Em diversas vezes, Capapinha veio a terreiro afirmar que é necessário acabar com os vendedores ambulantes e que o seu pelouro tudo fará para atingir este objectivo, mas, o que se vê, na prática, é completamente o contrário. Com os sucessivos adiamentos da reinauguração dos dois mercados, defendem alguns sectores, o governador de Luanda e o seu executivo têm-se revelado os principais, incentivadores do fenómeno "vendedores de rua", que se assume cada vez mais como o grande mal da sociedade Luandense.

«Até ao momento assiste-se ao crescimento de um grande número de zungueiros e praças nas ruas e vias públicas de Luanda jamais visto. Isto porque o Governo ajudou e jogou milhares de vendedores dos mercados para as ruas e calçadas da capital do país», disse João Paulo, estudante de sociologia.

Segundo ele, mais do que se jogar os vendedores para as ruas de Luanda e estes contribuírem significativamente para a sujeira da capital, está o facto de o Governo perder avultados valores financeiros, todos os dias, porquanto, os vendedores inseridos nos mercados são obrigados a pagar uma quota diária de 10 Kwanzas.

«Estimando-se que só o mercado do São Paulo tenha

cinco mil vendedores, podemos dizer que o Governo perde diariamente 50 mil Kwanzas», frisou, para depois salientar que a não inauguração dos mercados poderá influenciar nos resultados finais das eleições legislativas em 2008.

«É que os vendedores estão desapontados com o partido no poder. E, se o Governo não conseguir melhorar a sua imagem diante destes, o eleitorado vendedor de rua poderá virar-se para outros partidos», acrescentou o futuro sociólogo.

Mas, é já nas eleições legislativas de Setembro de 2008 que o governador de Luanda também está a pensar.

Vendo que ele e o seu executivo somam erros atrás de erros, Job Capapinha reuniu-se, à semana passada, com os responsáveis das empresas de recolha de lixo, para uma vez mais falar dos males que infectam a capital do país. Neste encontro, o destaque foi o combate ao lixo e a exoneração do director da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (ELISAL), Antas Miguel.

Depois de ter anunciado, em Dezembro, o slogan "Natal sem lixo", Capapinha defendeu, no seu discurso, a conjugação de esforços para que Luanda esteja limpa pelo menos até Agosto.

«Essa é a nossa aposta, que vamos tentar vencer nos próximos oito meses, já que as eleições se realizam em Setembro», frisou Capapinha o desejo de há muito se ter uma Luanda mais limpa também é compartilhado por grande parte dos funcionários do seu pelouro, só que, no entanto, eles dizem que a solução não se limita apenas à exoneração dos colaboradores mais directos.

«O problema é constitucional, político, de administração, de governação, social e de educação», desabafou uma fonte do GPL.

Em alguns círculos do edifício da Governo Provincial de Luanda (GPL), a exoneração de Antas é tida como bode expiatório para esconder «a cauda» de Capapinha. Eles questionam: «Caso a cidade de Luanda não esteja limpa nos próximos oito meses, quantas cabeças ou Antas deverão rolar?». Esta pergunta surge num momento em que Capapinha considerou de positivo a operação "Natal sem lixo dando a entender que Luanda deve estar bem limpa apenas em efemérides como a quadra festiva. Entretanto, nos primeiros dias de Janeiro, os amontoados de lixo e lixeiras à céu aberto e consequentemente o cheiro nauseabundo voltaram a fazer moradia fixa na nossa Kianda.

Por esta razão, a sociedade e alguns funcionários do GPL descontentes com a política do governador, esperam, de Capapinha, menos garganta e mais eficácia.

3 GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

3.1 GPL reúne com municípes de dois em dois anos

Jornal de Angola...11-01-08

O governador da província de Luanda, Job Castelo Capapinha, revelou ontem nesta cidade, que os encontros com os membros das comissões de moradores e assembleias de condóminos, que vinham realizando semestralmente, passarão a ser realizados de dois em dois meses.

Job Capapinha teceu tais considerações no final de uma visita de campo aos municípios de Cazenga, Viana e Cacucaco, cujo objectivo foi passar em revista os níveis de limpeza, recuperação das vias terciárias e iluminação pública, assim como o estado da criminalidade nessas zonas.

O governador de Luanda avisou que o primeiro encontro está apazado para o corrente mês de Janeiro e o segundo para Março próximo, e espera, como disse, que haja um estreitamento de pensamentos e de acção entre governantes e governados.

Segundo Job Capapinha, esses encontros vão permitir que haja autocritica bilateral no sentido de se saber a quem devem ser imputada as culpas, quando se registar, aparentemente, uma culpa entre a Administração e o particular.

O governador de Luanda apelou as populações a assumirem como sua propriedade os serviços sociais básicos que são colocados à sua disposição. Por ausência de alguma estratégia comum, reforçou, têm encarado com alguma apreensão a agressão que são vítimas alguns trabalhadores de empresas de limpeza por alguns marginais, no exercício das suas funções.

Job Capapinha revelou que casos de agressão verificou-se na Ingombota, Sambizanga e Cacucaco. No seu entender, esses actos não podem ser interpretados como acções isoladas ou impensantes.

O governador de Luanda reforçou que tais acções estão associadas a acção daqueles que à calada da noite entendem depositar o lixo em áreas limpas. Acto contínuo, pediu maior articulação entre as administrações locais, efectivos da Polícia Nacional e os membros das comissões de moradores, por forma a dirimirem os actos perniciosos.

3.2 Autoridades tradicionais adquirem conhecimentos sobre autoridades tradicionais

Jornal de Angola...18-01-08

As autoridades tradicionais do município de Malange, província com o mesmo nome, foram, quarta-feira esclarecidas sobre o pacote legislativo e o código de conduta eleitoral, durante um encontro promovido pelo Gabinete Municipal Eleitoral.

Segundo o responsável do Gabinete Municipal Eleitoral, Luís João José, a colaboração das autoridades tradicionais neste processo será importante, porque vai ajudar na identificação de zonas minadas e o estado de conservação de algumas infra-estruturas.

As autoridades tradicionais, disse, devem educar a população a agir durante o processo eleitoral, tendo em conta a diferença, liberdade de escolha, legalidade, tranquilidade, imparcialidade, transparência e isenção.

O responsável pediu às autoridades para divulgarem os conteúdos do pacote legislativo eleitoral nas respectivas comunidades, influenciando a população a participar nas próximas eleições.

Luís João José pediu ainda a colaboração dos participantes no mapeamento dos locais onde serão instaladas as assembleias de voto, prestando informações sobre as condições das suas regiões.

3.3 Administrações, municípes e quadros

Jornal de Angola...19-01-08

O município do Rangel vai ter novas valas de drenagem para permitir o escoamento das águas, no quadro de um programa da Administração local que visa resolver os problemas dos municípes.

Agora que muitas administrações municipais podem fazer uso, enquanto unidades orçamentais, de verbas atribuídas pelo Orçamento Geral do Estado, os cidadãos esperam, com muita expectativa, que muitas coisas venham a mudar nos seus municípios, particularmente no que concerne à reabilitação de infra-estruturas diversas.

Todos acreditamos que com a afectação de verbas aos municípios, muitos problemas hão-de ser resolvidos com celeridade, resultando daí melhores serviços para as populações que passarão a ter uma melhor qualidade de vida.

E preciso que se preste, entretanto, uma particular atenção à fiscalização das obras que são executadas por diferentes empreiteiras. As administrações municipais têm de se dotar de estruturas capazes de verificar se as obras estão ou não a ser bem executadas. Há muitos quadros no país desempregados, mas competentes, e a quem não é muitas vezes dada a oportunidade para prestarem serviços no Estado.

É necessário que as administrações municipais comecem a ter hábitos de ir aos institutos médios e às universidades, para recrutamento de quadros

talentosos, que possam contribuir grandemente para a resolução de inúmeros problemas dos nossos municípios.

Os administradores municipais podem ainda recorrer aos quadros (médios e superiores) que moram nos municípios que dirigem, para deles recolherem subsídios necessários à sua actividade de dar aos munícipes uma vida condigna. O que é importante é que haja iniciativa no sentido de se conceberem planos que permitam mobilizar esses quadros, a fim de engajá-los no grande esforço de reconstrução nacional.

3.4 Administradores de Luanda estão a ser capacitados para executarem projectos

Jornal de Angola...19-01-08

As administrações municipais adstritas à província de Luanda estão a ser capacitadas no sentido de executarem os seus projectos de acordo com as necessidades, devendo cada uma delas beneficiar de verbas para o seu funcionamento normal e para efectuar investimentos locais.

Em Luanda, esse tipo de actividade enquadra-se na implementação do programa de melhoria e gestão dos municípios, a partir do momento em que elas enveredaram pela desconcentração de poderes, aprovado pelo Governo de Angola.

O Governo de Angola decidiu atribuir verbas a cerca de sessenta e oito municípios do país. Em Luanda os nove municípios foram contemplados, o que passaram a ser considerados como unidades orçamentais, estando elas a gerirem as verbas alocadas.

De acordo com o director do gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística do GPL, Gabriel Leitão, as administrações devem trabalhar para a reabilitação e conservação de equipamentos urbanos comunitários, bem como na operação tapa buraco, trabalho inserido no âmbito do programa de melhoria de gestão municipal. Gabriel Leitão acentuou que as preocupações apresentadas pelos administradores municipais são levadas a cabo, uma vez que existe valores disponibilizados para tal; sublinhando estarem criadas as condições para que as ruas secundárias e terciárias ganhem uma nova imagem, por forma a permitir uma melhor circulação dos cidadãos.

O plano da província de Luanda para o biénio 2007/2008 foi projectado a nível das várias acções concertadas com os vários gabinetes como de Planeamento e Estatística, Administrações e outros, para uma maior consolidação daquilo que se pretende atingir em termos de investimento na capital, frisou Gabriel Leitão.

Os projectos gizados não fogem ao que está concebido

no Programa Geral do Governo, nomeadamente nas áreas de saúde, educação, limpeza e recolha de resíduos sólidos, saneamento básico, operação tapa buraco das vias terciárias, iluminação pública, jardinagem e outros considerados de impacto social.

A maior parte do orçamento cabimentado para os municípios da província de Luanda é direcciona para áreas de impacto social e melhoria das condições básicas da população, realçou o responsável.

3.5 Maria Lectícia abandona CNE

Agora...19-01-08

Até à altura do fecho da presente edição, a CNE (Comissão Nacional Eleitoral), órgão reitor das eleições no país, não se pronunciou, pelo menos publicamente, sobre as verdadeiras razões que motivaram a saída daquela instituição de uma das suas directoras.

A pessoa em causa é Maria Lectícia, "Ticha", consultora e docente que durante o exercício das suas actividades se ocupou do engajamento dos jornalistas e da sociedade civil no que diz respeito à preparação das eleições legislativas e presidenciais, aprazadas para este ano e em 2009, respectivamente.

As informações que circularam ao longo da semana dão conta que "Ticha" terá colocado o seu lugar à disposição, alegadamente por "questões técnicas".

A saída da consultora provocou já várias especulações nos vários segmentos da sociedade, sobretudo no mundo jornalístico e político.

Em jeito de comentário a intempestiva retirada cogitase a boca pequena, que o facto de Maria Lectícia ter abandonado a Cne é uma prova evidente de que as coisas não andam bem naquela instituição.

3.6 Administração, dinheiros e prevenções

Jornal de Angola...22-01-08

Vai realizar-se brevemente um encontro entre comissões de moradores e assembleias de condóminos com membros do Governo Provincial de Luanda, para discussão dos diferentes problemas que afectam Luanda.

Pretende-se, ao que tudo indica, que haja uma aproximação entre os governantes e governados, para em conjunto encontrarem as melhores soluções para os inúmeros e graves problemas de Luanda.

Agora que municípios da província de Luanda vão poder contar com verbas do Orçamento Geral do Estado para atender a problemas básicos da população, é oportuno que as administrações municipais recolham contribuições dos munícipes para ajudá-las a usar da melhor maneira os dinheiros públicos.

Estando já os problemas dos municípios identificados,

resta agora saber como resolvê-los de forma eficiente; estabelecendo-se uma ordem de prioridade, até porque há problemas mais graves do que outros.

O importante é que haja vontade para avançar no sentido da resolução célere e eficaz dos problemas, a fim de que estes tenham soluções duradouras e venham realmente a resultar em boas condições de vida para as populações.

A principal tarefa de um governante é servir a população. E o governante deve estar permanentemente atento à situação das populações, para tomar com oportunidade as medidas que se impuserem a cada momento.

Temos de começar a perceber que uma das formas de resolver os problemas é evitá-los. Quer dizer, devem-se preventivamente tomar medidas para se evitar que aconteça o pior. A prevenção fica mais barata.

3.7 Porque foi vairam Capinha na Cidadela

Folha8...26-01-08

Como quem diz que no aproveitar é que está o ganho, a massa associativa da capital do país, desprovida ainda do direito de reivindicação pública dos seus legítimos direitos, aproveitou a concentração massiva que efectuou ao abrigo do apoio que proporcionou à selecção angolana sénior feminina de andebol, nove vezes campeã africana da modalidade para dizer ao Governador provincial de Luanda, Job Capapinha, que não está a gostar da sua governação.

Os apupos de que Job Capa pinha foi alvo por demorados que foram, deram para ver e ouvir quão descontentes estão milhares de residentes de Luanda, saliente-se, representados ali pela franja populacional que não é a dos propriamente ditos menos desfavorecidos da população angolana, uma vez que o verdadeiro Zé Povinho não compareceu à final por avultado que foi, para a sua bolsa, o custo do ingresso ao espectáculo desportivo.

Durante os apupos da população a Job Capapinha, predominou a pergunta: " como indicar para a entrega de prémios, medalhas e troféus para vencedores de uma competição ao nível continental, um governador perdedor da luta da governação contra o lixo, a desordem social tudo quanto enferma a cidade capital sob sua responsabilidade governamental?

Falta de água um dos pecados de Kapapinha

A gritante falta de água potável em Luanda, responsável pelas caminhadas longas e perigosas que os municípios da capital do País estão a fazer com bacias, baldes, bidões, tambores e tudo quanto é recipiente de

transporte do líquido precioso, faz parte da extensa lista de problemas que extremaram o desagrado da população para com a dinastia de Dom Job Capapinha. Prova disso é que os homens, as mulheres e as crianças que à madrugada iniciam a caça à água em falta, a quilómetros de suas casas, sob riscos de serem atropelados, mormente no atravessamento das vias principais que são obrigados a transpor para conseguirem o precioso liquido, blasfemam e ao blasfemarem, criticam o governador e seu governo provincial, responsabilizando-os pelo martírio porque passam diariamente.

Para quem se cruza diariamente com os grupos sem conta que degredem pelos bairros, onde se cruzam em busca da água, os apupos a Capa pinha não são senão o aproveitar de oportunidade que as populações tiveram para desabafarem o que lhes pesa pela alma dorida do mal que passam em consequência da prestação que o elenco do governo provincial lhes tem patenteado.

EPAL causa mortes em Luanda

A falta de água potável casou morte de três pessoas no bairro do Kapalanga, em Viana, nos últimos dias. Segundo as testemunhas, os malogrados perderam a vida quando tentavam atravessar a via principal em busca de água do outro lado da rodovia. Foram atropelados por viaturas, num sinal de pouco respeito que estes têm pelos peões portadores de bidões de água sobre a cabeça ou recipientes em carros de mão.

As população que atribui o seu calvário à ineficácia dos serviços prestados pela empresa luandense vocacionada ao fornecimento de água. A população defendeu na circunstância que a EPAL, Empresa de Águas de Luanda, mude o horário de acarretar água, além de ter de proceder com urgência ao melhoramento da sua prática da actividade para a qual está vocacionada e encarregue.

" Os chafarizes só fazem passar água de noite. Lá para as 4 ou 5 horas. A Epal tem de passar a autorizar que se acarrete numa outra hora. Às 7 e 30 minutos não dá. A situação além do Kapalanca ocorre em toda a cidade capital. A estrada de Catete, por exemplo, é atravessada na sua extensão por grupos de caçadores de água de ambos os sexos e ele todas as idades.

3.8 Oposição deve aclarar o papel do Soba

Folha8...26-01-08

O Vice-presidente da UNITA, Ernesto Mulato, alertou, no dia 22.01, em Luanda, que as autoridades tradicionais se tornaram, hoje, militantes do partido no poder, pois desviaram-se do seu verdadeiro papel o de serem apatidários.

"Os sobas são amedrontados por elementos ligados ao partido da situação. Coitados, confundem o Estado com os partidos políticos", referiu Ernesto Mulato, durante uma entrevista ao semanário Folha 8. Segundo este dirigente político, a autoridade tradicional tem o seu partido no coração, mas no desempenho das suas funções deve ser neutra.

Neste sentido, destacou o papel do soba na comunidade, especialmente nesta fase da preparação de eleições, acrescentando que todas as práticas que violam os princípios democráticos devem ser desencorajadas.

"Apelamos as autoridades competentes a fazerem compreender o verdadeiro papel do soba na comunidade", expressou Ernesto Mulato, acentuando que a guerra ficou para trás e o momento actual é de efectivação da paz absoluta. Depois de ter destacado o empenho em curso no seio do seu partido. Mulato fortaleceu que a intenção da UNITA é a de aumentar o número de deputados durante as eleições anunciadas para este ano. Para o efeito, adiantou que o partido do galo negro vai coligar-se com algumas formações políticas para impulsionar as mudanças no país.

O vice-presidente da UNITA comentou que depois das eleições legislativas de 2008 o país mio pode ser mais governado como outrora.

"Desde que se fundou a UNITA em 1966, o partido afirmou-se junto das populações. O nosso partido vai protagonizar no país mudanças que vão agradar aos angolanos sofredores", exprimiu. Para o vice-presidente da UNITA, o país necessita de mudanças profundas face à crise social que os angolanos enfrentam num país rico em recursos naturais.

As dificuldades existem a nível de todos os países do mundo, mas é preciso que o Governo apazigúe as principais questões que inquietam os seus compatriotas", opinou. De acordo com o político, o crescimento económico que as autoridades governamentais defendem ter atingido nos últimos dois anos, contraria o actual nível de vida dos angolanos. "A maior parte da juventude, que é a força motriz de uma sociedade, está desempregada; os serviços básicos funcionam com debilidade; a actividade agrícola não se faz sentir c.), uma série de coisas que não se justifica com este crescimento económico", disse Mulato. O político espera que o Governo faça algo indispensável para dignificar o angolano que enfrenta viravoltas no seu dia-a-dia.

Quanto ao clima de intolerância e de delinquência que se vive em todo o país, Mulato solicitou às autoridades competentes a redobram esforços para garantir maior segurança à população. "Terminada a guerra que dilacerou o país durante vários anos, chegou o momento do angolano viver em paz, sem perturbação de quem quer que seja", disse

4 ELEIÇÕES E EDUCAÇÃO CÍVICA

3.1 OGE tem buraco de 7 milhões de dolares

Terra Angolana...12-01-08

O Parlamento angolano acaba de aprovar o Orçamento Geral do Estado para 2008 que entra em vigor a partir de 1 de Janeiro. Trata-se de um OGE que encerra um buraco de 7 bilhões de dólares. O referido orçamento aprovado, privilegia acções como a defesa e segurança em detrimento de questões ligadas as eleições legislativas, numa altura em que, o Chefe de Estado tem propalado a realização do pleito para 2008.

As Receitas Fiscais para o ano de 2008 estão projectadas em cerca de Kz1.891,3 mil milhões, ou seja, US\$25,2 mil milhões, para as quais se fixaram despesas no valor de Kz2.245,2 mil milhões, ou seja, \$30 bilhões. Há um deficit de Kz353,98 mil milhões (US\$4.7bilhões.) segundo um parecer apresentado pelo grupo parlamentar da UNITA. o valor projectado das receitas parece muito inferior às receitas reais esperadas. Em relação ao ano de 2007, a produção de petróleo aumentara de 626 para 710 milhões de barris, ou seja, 13%. O preço actual de mercado está acima de \$90 o barril, portanto, um aumento de 40%. Mas o orçamento baseia-se num preço irreal de \$55. Portanto, o orçamento não reflecte nem o aumento de 13% na produção física de petróleo nem o aumento de 40% do preço do mercado. Pelo contrário, baixa o preço de \$64.50 para \$55 o barril.

(...)

O projecto de orçamento parece perseguir objectivos diferentes dos objectivos gerais do Estado que foram estabelecidos para o período 2007 -2008. O Projecto de orçamento não inclui investimentos sérios na educação e na economia primária e secundária para criar as bases de uma economia auto-sustentável. O pacote financeiro do Governo não revitaliza a economia rural e não restabelece, de modo sustentável, os circuitos económicos e comerciais em todo o território nacional. Os investimentos na agricultura, na indústria transformadora e no desenvolvimento rural não chegam a 2% da despesa total. O investimento público na Educação representa apenas 1,3% da despesa total. Além disso, Angola precisa de criar as condições para a efectivação dos direitos económicos, sociais e culturais da juventude, nomeadamente, no ensino, na formação profissional, na cultura e no acesso ao primeiro emprego. O orçamento proposto pelo Governo para o ano de 2008 não garante estes direitos à juventude.

O orçamento prevê a construção de 215,000 casas pelo Gabinete de Reconstrução Nacional. Há mais casas a serem construídas aqui e ali, por vários órgãos. Mas como é que um Gabinete constrói 215,000 casas num só ano? E quem vai ficar com estas casas? Angola precisa de adoptar uma política habitacional que dê prioridade àqueles que estão em situação mais crítica e àqueles que nunca tiveram casa própria. Estas pessoas deveriam poder adquirir terrenos habitacionais a preços não especulativos e créditos bancários de longo prazo, com garantia do Estado. O orçamento proposto pelo Governo para o ano de 2008 não garante à juventude o direito de ter terrenos baratos e casa própria.

Outro objectivo que o projecto de orçamento não alcança é a consolidação da paz e do processo democrático. É a democracia que sustenta a paz. Quanto mais forte for a nossa democracia, mais forte será a paz, e não há democracia sem eleições. Apesar de muito se falar sobre 2008, este orçamento, senhores deputados, não inclui nenhuma provisão para as eleições em 2008.

No Quadro Resumo da Despesa da Unidade Orçamental por Natureza Económica (grupo de 14 páginas) o orçamento contém três rubricas ligadas à Administração Eleitoral mas nenhuma delas contém os recursos necessários à organização das eleições. Na página 8 há Kz 2702 milhões para cobrir as despesas de funcionamento do MAT. Na página 12 há Kz 4450 milhões para cobrir encargos regulares da CIPE e na primeira linha da página 13 há os encargos regulares de manutenção da CNE, no valor de Kz 7,314 milhões. Por sinal, estas verbas são sensivelmente iguais ao cabimentado para o corrente ano fiscal de 2007 e cobrem apenas o funcionamento normal dessas instituições.

Portanto, senhores deputados, não existe aqui provisão para o centro de escrutínio; não há provisão para os mais de oito milhões de boletins de voto; não há provisão para a logística eleitoral, não há provisão para recrutar, formar e alimentar os cerca de 270,000 membros das mesas de voto. Não há provisão orçamental para as eleições!

Para que não haja dúvidas no cumprimento deste solene compromisso do Estado para com a Nação angolana solicito, senhor Presidente, que esta Assembleia convide o Digno Presidente da Comissão Nacional Eleitoral a apresentar aqui nesta Tribuna o Plano Eleitoral para 2008 e o respectivo orçamento para que possa ser aprovado. Só assim Angola saldará o seu compromisso com a paz e a democracia!

Além disso, o projecto de orçamento apresenta outras insuficiências e debilidades, que precisam de ser corrigidas. A concentração de 48% da despesa nas províncias do litoral não promove o desenvolvimento harmonioso do território. Ao afectar menos de 1 % da

despesa para a indústria e esvaziar o papel do órgão vocacionado do Governo neste campo, o orçamento minimiza o papel da indústria no reordenamento do território e na criação massiva de empregos no interior, enquanto agride o objectivo central de Estado da distribuição equilibrada do rendimento nacional e da diminuição progressiva das assimetrias regionais.

Por último, importa referir que há um buraco no orçamento de cerca de \$7 bilhões de dólares. Está na página 15 do Demonstrativo das Despesas de Funcionamento sob a rubrica "Administração e Gestão da Política Financeira do Estado e das Finanças Públicas", que é uma sub rubrica das "Operações Centrais do Tesouro." Não se trata de dívidas, nem investimentos públicos nem de despesas sectoriais ou de segurança do Estado, pois tudo isso está devidamente detalhado no documento. É um buraco, senhores Deputados! São saídas não justificadas. Que operações são estas? Para onde irá esse dinheiro, senhores Deputados?

Muito Obrigado,

Grupo Parlamentar da UNITA

Luanda, 2007

4.2 Comissão eleitoral capacita quadros sobre mapeamento

Jornal de Angola...16-01-08

Trinta quadros da Comissão Provincial Eleitoral (CPE) do Bié participaram ontem num seminário sobre mapeamento das mesas de assembleias de votos.

Durante o seminário, os participantes foram dotados de material relacionado com a metodologia para elaboração do mapeamento das mesas de assembleias devotos, entre outras.

Na ocasião, os participantes comprometeram-se a intensificar os trabalhos de identificação dos locais onde serão instaladas as mesas de assembleias de votos, iniciados em finais do ano passado.

No acto do encerramento, o presidente da Comissão Provincial Eleitoral, Arlindo Carlos Júlio, solicitou aos técnicos para trabalharem com rigor e dedicação em prol da realização exitosa das próximas eleições legislativas e presidenciais.

4.3 Autoridades tradicionais adquirem conhecimentos sobre autoridades tradicionais

Jornal de Angola...18-01-08

As autoridades tradicionais do município de Malange, província com o mesmo nome, foram, quarta-feira esclarecidas sobre o pacote legislativo e o código de

conduta eleitoral, durante um encontro promovido pelo Gabinete Municipal Eleitoral.

Segundo o responsável do Gabinete Municipal Eleitoral, Luís João José, a colaboração das autoridades tradicionais neste processo será importante, porque vai ajudar na identificação de zonas minadas e o estado de conservação de algumas infra-estruturas.

As autoridades tradicionais, disse, devem educar a população a agir durante o processo eleitoral, tendo em conta a diferença, liberdade de escolha, legalidade, tranquilidade, imparcialidade, transparência e isenção.

O responsável pediu às autoridades para divulgarem os conteúdos do pacote legislativo eleitoral nas respectivas comunidades, influenciando a população a participar nas próximas eleições.

Luís João José pediu ainda a colaboração dos participantes no mapeamento dos locais onde serão instaladas as assembleias de voto, prestando informações sobre as condições das suas regiões.

4.4 As nossas eleições

Jornal de Angola...18-01-08

O ano de 2008 vai ser marcado pela realização em Setembro próximo das eleições legislativas, em que os angolanos com capacidade eleitoral activa vão poder eleger os seus representantes para o Parlamento.

As próximas eleições legislativas serão um acontecimento importante, que se traduzirá num acto que vai contribuir para a consolidação da nossa democracia, em que haja lugar a coexistência pacífica dos diferentes partidos, dos diversos projectos políticos e posições ideológicas e filosóficas.

Queremos todos que em Setembro próximo haja eleições legislativas que não ponham em causa a nossa unidade e o processo de reconciliação nacional, pelo que tudo deve ser feito para que a concórdia entre os angolanos, de Cabinda ao Cunene, prevaleça, no interesse de toda a Nação, que todos queremos próspera e estável.

Foi por isso oportuno que o nosso ministro da Defesa Nacional, Kundi Payhama, tivesse apelado para que a população afaste o cepticismo em relação às condições em que vão decorrer as próximas eleições legislativas. Disse o ministro Kundi Payhama, de forma enfática, o seguinte: "Se o registo eleitoral decorreu bem, porque é que as eleições haviam de correr mal?" Quis certamente o ministro da Defesa acalmar aqueles cidadãos que receiam que venha a haver problemas nas próximas eleições.

Os angolanos conseguiram contornar obstáculos difíceis e mostraram ao mundo que querem continuar a apostar num regime democrático. Os angolanos sabem que o país não ganhou nada com a longa guerra, que

causou muito sofrimento. Sabem também que a estabilidade é que permite a qualquer país alcançar o desenvolvimento. Os conflitos armados só causam atraso económico e social.

Os angolanos já mostraram que amam a paz e a democracia e tudo têm feito para preservá-las.

4.5 MPLA destaca papel dos sobas na sensibilização para as eleições

Jornal de Angola...22-01-08

As autoridades tradicionais e religiosas têm um papel fundamental no processo de disseminação das políticas do Estado e, numa altura em que decorre o processo eleitoral, elas assumem um papel determinante enquanto vectores de educação cívica eleitoral junto das comunidades.

Foi com esta linha de pensamento que o primeiro secretário do comité municipal do MPLA no Lobito, Julião de Almeida, lançou um apelo aos líderes religiosos e chefes das distintas comunidades, no sentido de prepararem a população das respectivas áreas de jurisdição sobre como e porque votar.

O apelo foi feito aquando de uma visita de campo, efectuada no último fim de semana, para se inteirar do grau de funcionamento do MPLA naquela localidade e da implementação do Programa de Melhoria e Aumento dos Serviços Sociais Básicos às Populações, no âmbito do Programa de Investimentos Públicos (PIP).

No encontro que manteve com as autoridades tradicionais e religiosas, Julião de Almeida disse que o trabalho de mobilização e sensibilização das populações deve ser antecipado para que no prazo estabelecido os cidadãos estejam esclarecidos sobre o que fazer no dia em que vão exercer o seu direito de voto.

Na ocasião, o secretário municipal do MPLA do Lobito exortou os líderes das comunidades a realizarem encontros com os populares das suas áreas de jurisdição, nos quais devem transmitir a mensagem do civismo e da sã convivência entre adeptos de diferentes formações políticas.

Julião de Almeida auscultou as preocupações que mais afligem aquelas populações, mormente a falta de cloro para colocar na água consumida na localidade, de forma a evitar a cólera que neste momento assola a região, não obstante, até ao momento, não se ter registado nenhum Caso na comuna, fruto do trabalho educativo levado a cabo pelas entidades sanitárias.

As autoridades tradicionais solicitaram de igual modo ajuda do Governo para a aquisição de moto e electrobombas para irrigar os campos, reparação da estrada que parte do desvio da estrada nº 100 até à

comuna, construção de mais escolas e o aumento do número de professores, postos médicos, enfermeiros e distribuição de equipamento e material desportivo para massificação de diversas modalidades, com maior incidência para o futebol, andebol e basquetebol.

4.6 Eleições, sem dúvidas!

S. Angolense...19-01-08

As eleições deste ano representarão uma espécie de pão para a boca das pessoas, não obstante saber-se que não serão, necessariamente, a panaceia para os problemas que o país vive. O que está a acontecer no Quénia bem pode ser visto como uma sineta de alarme para os angolanos. Entre os dois países há, no entanto, uma diferença de fundo: apesar de todas as vicissitudes, os angolanos este «heróico e generoso povo» sentem que já tiveram a sua dose de guerra, e que dose!

Assim, a despeito de todos os perigos à espreita, os angolanos, de um modo geral, já acham que precisam alguns, se calhar, desesperadamente - dessa consulta popular para levar a vida e o país para a frente. A forma decidida e pronta como responderam ao registo eleitoral ai prova, irrefutavelmente, que deixaram cair de vez a ideia de se absterem de ir às urnas. Mesmo os cidadãos ideologicamente «menos refinados») entendem que votar, mais do que o exercício de um direito cívico e de cidadania, poderá ser uma boa arma para alterar as coisas no país. Seja como for, é hora de (re) legitimar as instituições!

4.7 Sobas querem eleições em 2008-01-21

Terra Angolana...12-01-08

T.A. - Soba Mário Katapi, no final de mais um ano, que balanço faz sobre o papel do soba em Angola?

Sob a Katapi - Muito obrigado pela oportunidade que me concedem. Em Angola nota-se uma ausência, na tomada de decisões pelas autoridades tradicionais. Por outro lado, agradeço o facto de o governo angolano ter-se predisposto a auscultar essas autoridades, através de vários encontros realizados nas províncias do país, para que estas consigam exprimir aquilo que sentem. Mas devo dizer também que o Soba deu o seu contributo para o registo eleitoral, onde muitos deram o seu máximo, com o sentido de Nação, para que as eleições sejam um sucesso em 2008 e 2009; datas avançadas pelos políticos. Logo devo dizer que o ano de 2007, apesar de várias vicissitudes, foi relativamente positivo.

T.A. - Tem estado a negociar com o governo acerca das autoridades tradicionais. Que ganhos tiveram em 2007??

S.K. - Eu penso que nós ganhamos uma vez que fundamos o Fórum Angolano das Autoridades Tradicionais (FAAT), em 2000, durante o período de guerra. A nossa ânsia, na qualidade de sermos pais de todos, é de ver todo o povo unificado e que os seus interesses estejam acima de todos. É preciso saber o que querem os angolanos, onde estão e o que querem. Nós temos três princípios fundamentais que nos conferem o direito da cidadania: povo, terra e cultura. Em 2001, conseguimos congregar todas as autoridades tradicionais e começou o fim dos sobas nomeados por partidos políticos, para satisfazerem os seus apetites. Mas nós, enquanto FAAT, juntamos esforços e em 2000 surgimos, com a presença do rei Mwatchissengue Watembo, Katolo, os representantes de Mani Kongo e do Rei Ekuikui IV.

Nós apenas exigíamos que o soba fosse eleito pelo colégio da família, ou seja, eleito consoante a sua linhagem familiar. Um soba não pode levar a bandeira de um partido político, nem pode servir os interesses de um partido, nem membro de um comité central, seja de que partido for.

T.A. - Quem deve ser soba em Angola?

S.K. - Eu penso que quem deve ser soba em Angola é aquele que vem duma linhagem de sobas, portanto, obedece o poder hereditário; não é qualquer pessoa singular, que estudou, tem a sua licenciatura e se impõe como autoridade tradicional. Ele tem de incluir-se naqueles princípios fundamentais que os nossos antepassados deixaram. Quer dizer morrendo um tio, então esse tio congrega um colégio da família que nomeia alguém, independentemente da idade que tiver: de 10 anos em diante, desde que venha servir os interesses da comunidade. Infelizmente aqui no nosso país a situação é diferente, há alguns sobas que, mesmo não sendo da linhagem dos sobas, são colocados pelo governo e servem interesses alheios a comunidade.

T.A. - Na sua visão um soba pode desenvolver actividades político-partidárias?

S.K. - Eu penso que política partidária não. Um soba pode ser comerciante, religioso por excelência, mas não pode desenvolver actividade política. As situações que nós assistimos, em que os sobas levam bandeira partidária ou acumulam as suas funções com as de 10 Secretário do seu bairro, são graves. Só num país doente é que isso se pode permitir. N em mesmo ele deve ter a bandeira de um partido político fora da sua casa, içada. Na casa do soba deve içar-se a bandeira Nacional.

T.A. - Mudando de assunto, o estatuto remuneratório dos sobas é compatível com a sua função?

S.K. - A maioria dos sobas vive em poligamia, pelo que os 13 mil Kz e o governo dá não chegam para sustentar a família. E nós já levamos essa preocupação à 4ª Comissão da Assembleia Nacional.

Não se pense só no soba na fase das eleições ou quando os políticos quiserem atingir os seus objectivos, passando por ele. O soba não precisa só vinho ou duma bicicleta quando se estiver na fase da campanha eleitoral.

T.A. - Qual tem sido o procedimento das entidades tradicionais ante os actos de intolerância política?

S.K. - Infelizmente a intolerância política existe em todo o país e muitos sobas contribuem para que ela se instale. Ele é o pai da comunidade não pode contribuir para a criação do ódio entre irmãos divididos apenas pelas camisolas políticas. Ele deve colocar-se no lugar de pai de todos, não deve incentivar o ódio nem a discórdia, nem deve aceitar ocupar funções partidárias. Como cidadão, o soba pode ter o seu partido do coração, mas enquanto autoridade, deve admitir que todos os partidos que quiserem instalar os seus comités na aldeia sejam aceites e não rejeitá-los ou expulsá-los, temendo represálias, como tem acontecido nos dias de hoje. Essa coisa do Soba ordenar que os Opositores do MPLA comam as suas bandeiras, é crime, tanto aqui na terra como no céu.

T.A. - Soba Katapi,

como soba e membro do FAAT, pode dizer-nos como é que está o estatuto de dignificação do soba?

S.K. - Não existe em Angola. Os sobas não participam em nada neste país.

Os deputados angolanos eleitos ao nível dos círculos provinciais, só andam de carro, não vão para as áreas mais longínquas a fim de se inteirarem in loco da real situação das populações e da situação do soba. Eu penso que no 2º encontro das autoridades tradicionais a ter lugar em Fevereiro do próximo ano teremos a oportunidade de aflorarmos isso. Há que ter em conta que primeiro são as gengivas e não os dentes. Neste caso, as gengivas são as autoridades tradicionais que apareceram primeiro antes dessas organizações todas que hoje querem vilipendiar a força tradicional. O soba é anterior ao administrador e aos primeiros secretários. Dão-nos agora patentes parecem de generais, não é necessário isso, porque cada soba usa a indumentária que se identifica com a sua região, usa panos, peles e não pode ser confundido com sipaios. E há um caso a ter em conta: é o soba que resolve os problemas da tradição.

T.A. - Estamos nos momentos derradeiros de 2007, que mensagem deixa a todo os sobas?

S.K. - De facto, o ano está a terminar, mas os problemas das pessoas continuam. Esperamos que no próximo ano de 2008 haja eleições correspondentes à maturidade dos angolanos.

E nós, autoridades tradicionais, estejamos preparados para colaborar com o governo em tudo o que for necessário. Festas felizes e um ano novo próspero.

4.8 Tudo o que precisa saber sobre as eleições legislativas (I)

Capital...26-01-08

O jurista Onofre dos Santos, deveras experimentado em legislação eleitoral, responde, em duas edições sucessivas, a perguntas que foram sendo submetidas a este jornal por leitores desejosos de saber mais sobre como está a ser preparado este momento crucial da vida do país.

(P) - Agora que é conhecida a data, que passos devem ser dados para que as eleições legislativas se efectivem? E quem deve dar esses passos? (R) - A data das eleições está ligada às seguintes fases ou momentos essenciais do processo eleitoral:

·A apresentação das candidaturas pelos partidos políticos até 60 dias antes da data das eleições;

·A fixação definitiva dos cadernos eleitorais pela CNE até 45 dias antes da data das eleições; e ·A campanha eleitoral pelos Partidos, candidatos, trinta dias antes da data das eleições.

o que resta ao Presidente da República fazer?

Cabe ao Presidente da República assinar o Decreto Presidencial convocando e marcando a data das eleições, o que deve ser feito até pelo menos 90 dias antes da data marcada.

o que diz a lei eleitoral a respeito do período para a convocação das eleições?

O artigo 37.º da Lei Eleitoral diz que a marcação das eleições legislativas faz-se com a antecedência mínima de 90 dias. O artigo 4.º à semelhança da Lei de 1992 impõe que a convocação seja feita por decreto Presidencial depois de o Presidente da República ouvir a CNE e o Conselho da República.

Quando acontece a campanha eleitoral e quanto tempo deve durar?

A campanha eleitoral é a última fase do período que se inicia com a convocação das eleições. Numa primeira fase os Partidos e Coligações apresentam as suas candidaturas e 30 dias antes da data inicia-se a campanha eleitoral que termina 24 horas antes do início das eleições. Isto significa que, na realidade, a campanha eleitoral durará 29 dias pois o trigésimo dia é dedicado à reflexão e à calma dos eleitores antes do grande momento de votarem.

Qual é o papel, obrigação das seguintes instituições, o que já fizeram e o que deverão fazer no âmbito das próximas eleições:

- Comissão Nacional Eleitoral à CNE compete certificar os cadernos eleitorais, isto é conferir às listas dos eleitores o selo de autenticidade que significará que os cadernos a usar nas eleições correspondem realmente ao universo dos eleitores efectivamente registados;

À CNE compete ainda aprovar e divulgar os locais de votação, ou seja a demarcação das assembleias e mesas de voto em todo o território nacional; Deve ainda certificar-se que a cada assembleia de voto, que deve ter um máximo de 1000 eleitores seja enviado o caderno eleitoral correspondente a esses eleitores bem como todo o material que será necessário, desde os boletins de voto, as actas, a tinta indelével para marcar o dedo dos eleitores, as urnas, as cabines de voto, os envelopes, o lacre, etc. Compete ainda à CNE recrutar, seleccionar e formar os membros das assembleias de voto, sete por cada mesa, ou seja o presidente da mesa, o secretário, três escrutinadores e dois suplentes. Esta é a tarefa mais importante de todas já que o mapeamento das assembleias de voto será resultante da proposta do Ministério da Administração do Território, nos termos estabelecidos no Regulamento da Lei Eleitoral, competindo apenas à CNE a sua aprovação. Cabe igualmente à CNE atribuir os tempos de antena, e supervisionar a campanha eleitoral para que esta não derive para abusos podendo em casos limites exercer o seu poder sancionatório de suspender o direito de antena de qualquer partido. Por fim cabe à CNE a organização de todo o acto eleitoral, podendo emitir directivas e instruções, assegurando todas as condições para que o voto possa ser exercido de forma livre e compreensível pelos eleitores. Será ainda a CNE a instituição com competência e legitimidade para a proclamação dos resultados finais das eleições.

- Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral
As tarefas deste órgão de coordenação central do registo eleitoral estão limitadas à organização e execução do processo de registo eleitoral o qual ainda vai conhecer a fase de actualização dos cadernos eleitorais e a sua elaboração definitiva. Deverá acompanhar todo o processo eleitoral mas na fase que agora se segue será essencialmente de apoio à CNE, a quem deve fornecer os cadernos eleitorais finais e definitivos que aquele órgão eleitoral deverá certificar para uso nas assembleias de voto.

- Comissões Interprovinciais para o Processo Eleitoral
Há dois tipos de comissões provinciais que têm relação com as eleições. As Comissões Executivas Provinciais para o Processo Eleitoral que são extensões do MAT nas provinciais para promoverem, organizarem e executarem o registo dos cidadãos eleitores e as Comissões Provinciais Eleitorais que são os órgãos da CNE nas provincias. As competências destas últimas estão focadas na organização das eleições ao nível de cada Província, nomeadamente a divulgação dos locais de voto, o recrutamento do pessoal que vai participar nas mesas de voto, etc. Ambas as estruturas, governamental e CNE dispõem de órgãos a nível dos municípios a quem compete, na prática, a realização no terreno das funções básicas de cada uma das

instituições

- Consórcio Técnico Eleitoral

O CTE teve funções específicas na realização do registo eleitoral que lhe foram contratualmente atribuídas pelo MAT e não terá qualquer intervenção na organização e realização dos actos eleitorais.

- Tribunal Supremo

O Tribunal Supremo, na sua veste de Tribunal Constitucional, terá um papel muito importante a desempenhar em dois ou três momentos distintos:

- Na formação de Coligações, compete-lhe aprovar o convénio que venha a ser estabelecido por quaisquer forças partidárias, aprovando igualmente as respectivas siglas, denominações e símbolos;
- No recebimento, verificação, aprovação e divulgação das candidaturas;
- Na apreciação contenciosa de qualquer recurso que seja interposto relacionado com a legalidade dos actos eleitorais, ou seja com base em quaisquer irregularidades verificadas durante a votação ou no apuramento parcial ou nacional dos resultados do escrutínio.

- Assembleia Nacional

A Assembleia nacional é a casa das leis pelo que a sua intervenção neste processo só será relevante em caso de se pretender alterar alguma disposição da Lei Eleitoral.

- Presidente da República

Ao Presidente da República cabe essencialmente a responsabilidade de marcar a data das eleições e convocar os partidos políticos, coligações de partidos e os eleitores para a realização dos actos eleitorais. Tal como em 1992 o Presidente da república pode anunciar a data das eleições antes da assinatura e publicação do Decreto Presidencial. Porém, uma vez marcadas e convocadas as eleições não tem qualquer outro papel a desempenhar na realização dos actos eleitorais sem prejuízo de lhe competir chefiar o Governo que será responsável pela criação das condições necessárias para que os actos eleitorais decorram da melhor forma possível e sejam asseguradas as condições para o livre exercício do direito de voto.

(...)

Que conflitos e contradições poderão advir entre os órgãos do Estado, que preparam as eleições, e os partidos políticos?

Os conflitos previsíveis terão provavelmente que ver, com algumas das seguintes situações: • Insuficiente e tardio apoio financeiro aos partidos para se organizarem para a sua campanha eleitoral;

- Localização das assembleias e mesas de voto face à dispersão da população;
- Obtenção de cópias de cadernos eleitorais por assembleia de voto;
- Constituição de mesas de voto móveis para ocorrer

aos eleitores mais escassos e dispersos;

Apresentação de candidaturas; • Acesso a espaços adequados para campanha eleitoral;

- Organização de comícios, cortejos e outras manifestações políticas;
 - Recrutamento e selecção dos membros das assembleias de voto;
 - Nomeação de delegados de lista para todas as assembleias de voto;
 - Excessos de campanha eleitoral;
- Segurança dos candidatos;
- Segurança nas assembleias de voto e em geral no dia das eleições;
 - Contagem dos votos e aceitação dos resultados.

O que diz a lei a respeito de coligações ou blocos partidários?

A Lei Eleitoral define as Coligações como as associações de dois ou mais Partidos Políticos para fins eleitorais. Estas associações não constituem individualidade diferente dos Partidos que as integram e regem-se pela legislação vigente sobre os Partidos Políticos e a Lei Eleitoral. Para as próximas eleições os Partidos que se pretendam associar devem realizar os respectivos convénios ou acordos até á apresentação das candidaturas ou seja até 60 dias antes da data das eleições. Isto é, quem queira concorrer à eleições em bloco deverá realizar o convénio e submetê-lo à aprovação pelo Tribunal Constitucional a tempo de a Coligação poder apresentar a sua lista de candidatos, cujo limite são os 60 dias antes das eleições. Quer isto dizer que, neste momento, os partidos dispõem já apenas de menos de 180 dias para verem aprovados os seus convénios, siglas e denominações, o que pode significar na prática mais quatro, no máximo 5 meses para realizarem esses convénios.

O que se sabe ou falta saber sobre as eleições presidenciais?

De acordo com o anúncio de intenções sobre o calendário eleitoral é que as eleições presidenciais serão realizadas posteriormente às eleições legislativas o Provavelmente e de acordo com as expectativas criadas em finais de 2009.

Depois de realizadas as eleições legislativas e da tomada de posse dos novos deputados é provável que voltem à ribalta questões como a revisão constitucional e novamente a discussão se esta deve preceder ou não a realização das eleições presidenciais. É um tema extremamente interessante que deve ser objecto de um debate não só no Parlamento mas na sociedade angolana em geral. Há também a questão da realização de eleições autárquicas no horizonte e defendendo que seria por aqui que se devia ter recomeçado o edifício democrático, terá igualmente de se discutir se estas devem também preceder, ou não, as eleições

presidenciais. As eleições presidenciais marcarão o fim dum ciclo, como o fecho de uma abóbada que por ora ainda se encontra a meio arco. Não é apenas uma questão de arquitectura (legalidade) mas também uma questão de perfeição, do encaixe harmonioso de todas as peças (arte). Para que o tecto não venha abaixo. A convocação das eleições presidenciais deverá mais uma vez seguir o percurso legalmente estabelecido: ouvir a CNE, o Conselho da República, mas também, embora a lei não o prescreva, ouvir os Partidos, as igrejas, os próprios cidadãos. A seguir às eleições legislativas o Presidente incumbente deverá estabelecer uma gama de mecanismos de auscultação que tome essa decisão a mais conveniente e oportuna possível

4.9 Igreja na preparação das eleições, a desilusão do cidadão e o voto secreto

Angolense...26-01-08

Incontornavelmente, a Igreja e a Imprensa Alternativa têm assumido um papel de transcendental importância na implantação da paz e da democracia em África. Neste particular, e apesar dos pesares, o caso de Angola é paradigmático.

Como é sobejamente sabido, fazem parte da organização da sociedade civil organizada, a igreja, a imprensa, as associações cívicas e profissionais, bem como as organizações não governamentais (ONG's). Cada uma destas instituições sociais busca cumprir com o seu escopo social a que estão naturalmente vocacionados, enquanto parceiras privilegiadas do Governo; cada uma delas um pouco espalhadas por todo país, com maior ou menor grau de eficácia e eficiência na sua acção de intervenção cívica e social. Neste último particular, haja em vista assinalar a assistência filantrópica junto às populações, apesar das enormes dificuldades, constrangimentos e demais adversidades, quase intransponíveis, encontradas no seu trabalho de campo nas comunidades de base situadas nas zonas mais recônditas desta imensa, sofrida e ambicionada Angola, para as quais são chamadas a actuar com sentido de solidariedade, bom senso e amor ao próximo.

Nestes termos, é em meio deste ambiente adverso, que a hierarquia da Igreja Católica anunciou nesta última terça feira (23/1) que vai tomar uma posição pública em relação ao processo de preparação das eleições no próximo encontro da CEAST (Conferência Episcopal de Angola e S.Tomé), a realizar-se em Fevereiro das catanas próximo.

Vale dizer que, o processo preparatório das eleições queremos crer deverá encarar na sua fase de velocidade cruzado no próximo cacimbo, a julgar pelo calendário eleitoral ditado pela mensagem de fim de ano do Chefe de Estado, que aponta, em definitivo, a realização das eleições legislativas para o primeiro fim de semana de Setembro; preferência partilhada pela oposição desde que seja num único, esgrimindo das cautelas necessárias para eventuais irregularidades.

Nestes termos, nunca é tarde e vale sublinhar o papel reservado à Igreja na persuasão dos actores políticos litigantes no xadrez político actual, bem como, na consolidação desta fase de arranque, designadamente na educação cívica das populações, como seja no cultivo da tolerância política mútua e da adesão a este eminente acto de cidadania que é o acto de votar em consciência. Como se não bastasse, face ao imenso número de "ovelhas" que reúne a Igreja Católica e não só, os partidos não ignorarão o voto cristão. Daí à aproximação cada vez maior, dos actores sociais com capacidade eleitoral passiva, na ocorrência os partidos políticos. Neste sentido, as démarches efectuadas esta semana por certos círculos políticos indicam que a procissão ainda vai no adro no Paço Episcopal... Tais démarches forçadas pelo triunfalismo exacerbado - o bom do Gramsci aconselharia ao invés de um "optimismo da vontade" a um contido "pessimismo da razão" pelas surpresas inscritas, tanto nas desilusões da má gestão comunitária, como no secretismo do voto - que visa "cortejar" e arregimentar as simpatias cristãs entre "os votos de milhões de militantes, já que contra milhões ninguém combate, como diria Agostinho Neto, glosado pelo 1º secretário provincial do MPLA em Luanda, Bento Bento, um propagandista nato que nenhuma campanha eleitoral poderá dispensar.

Voltando ao eventual e futuro posicionamento da Igreja Católica no processo de preparação das eleições espera-se a maior autonomia""isenção e credibilidade, possíveis, méritos bastas vezes atribuídos ao clérigo católico, sendo mister reconhecer que, na verdade, a máquina organizativa não pode estar só depositada de forma isolada, tanto nas mãos da CIPE como sob os ombros da CNE, órgão legalmente obrigado a acompanhar definitivamente a transparência, a lhanza e a isenção do processo eleitoral até às urnas, incluindo a declaração dos resultados finais do escrutínio.

(...)

Ao fim e ao resto, tal postura discursiva mais do que a reedição de uma legitimidade da sua necessária audiência, reergue a velha tradição da sua igreja em termos de intervenção cívica a favor da paz e do progresso económico, social, cultural e espiritual das populações nativas, tradição ecuménica partilhada com

as demais igrejas que professam o cristianismo, sem prejuízo doutras reconhecidas confissões religiosas (não confundir com seitas) a julgar pela histórica conexão entre a Igreja cristã e o movimento nacionalismo moderno mais a mais a Igreja protestante, (metodista), que formou o leadership do movimento de libertação nacional. De resto, o movimento social e cívico lançado pelos arautos mais ardentes da defesa das mais profundas aspirações e anseios dos angolanos, como sejam o direito ao pão, á água e à luz da esperança que alimenta a vida, através da liberdade anunciada no exercício livre do voto consciente e de ruptura com a Injustiça Social e Demagogia que a Igreja condenou e condena a todo tempo. Amen!

4.10 Revistar as urnas - um imperativo democratico

Angolense...26-01-08

Anunciadas que estão as eleições legislativas pela voz autorizada do Presidente da República para os dia 4 e 5 de Setembro próximo, - a oposição, preocupada com a lhanza, quer que a votação seja num único dia, para tornar o processo mais transparente, os distintos actores políticos, nomeadamente as lideranças e respectivos partidos políticos, começam a accionar a máquina da sua pré-campanha à cata do legítimo voto do cidadão com capacidade eleitoral activa, muitos dos quais ansiosos pela mudança democrática do país e a ruptura com o actual estado de coisas, em que o fosso da desigualdade económica se aprofunda cada vez mais, ameaçando à ruptura da (dez) ordem social reinante.

Com efeito, o presidente do Tribunal Supremo já deu o mote: partidos divididos não deverão, nem poderão concorrer às próximas eleições. (...)

Assim sendo, será interessante saber se entre a oposição real e imaginária há-de haver a necessária separação de águas, porquanto a maior parte dos partidos políticos da oposição enfrentam uma crise de crescimento e mesmo de implantação nacional. Prova disso é que, à excepção da UNITA, a maior parte dos partidos políticos não conseguiram fazer-se representar durante o registo eleitoral com os seus fiscais, em todas as brigadas espalhadas pelo país afora.

Haja em vista assinalar que, incapazes de se fazerem presentes em toda escala do território nacional, agravado com o contrasenso de terem que apresentarem mais assinaturas, para além das já previstas e apresentadas aquando da sua instalação e consequente legalização pelo Tribunal Supremo, o que não deixa de ser um anacronismo e uma autêntica

aberração jurídica, a maior parte dos quais, senão mesmo todos eles correm o risco de não concorrer às próximas eleições legislativas, se não vencerem essa exigência da lei eleitoral. Mais: se a Assembleia Nacional não curar da sua remoção na actual Lei Eleitoral, revogando tal artigo obstructionista até à fase do financiamento e do arranque da campanha eleitoral.

(...)

Insistamos: face à incapacidade já aludida do grosso dos partidos políticos da oposição a nível da sua implantação nacional, o meio termo será para esses actores políticos "emergentes" coligarem-se em alianças partidárias em função da sua implantação étnica e/ou regional, capitalizando vontades e emoções em ordem a garantir o equilíbrio de forças necessário à fragilizada democracia política angolana, de tal sorte que se possa impedir os seguintes cenários:

1) O agravamento do pacto do regime, ou seja da bipolarização partidária entre os dois pesos pesados (MPLA e UNITA).

2) Viabilizarem uma maioria relativa favorável ao actual, em que todas propostas parlamentares vindas da oposição minoritária são chumbadas pelo voto (parlamentar) maioritário;

3) Ou mesmo, pior ainda, o surgimento de uma maioria qualificada (2/3+ 1 dos futuros votos válidos das 2ª as eleições legislativas), que viabilize (?) uma ditadura, curiosa, irónica e paradoxalmente, sancionada (leia-se aprovada) pelo voto popular. De resto, os reactivos estão a ser aquecidos para a pré-campanha, que tudo indica já começou com discursos eleitoralistas adaptados por distintos actores políticos, nomeadamente líderes partidários, com anúncios de acordos políticos à mistura (como o feito pela FPD na voz do seu presidente, o prestigiado economista Filomeno Viera Lopes), em ordem à pacificação definitiva do país, com a proposta da celebração de acordos políticos que previnam conflitos (pós) eleitorais, bem como o piscar de olhos dirigidos aos eleitores potenciais e reais, como o efectuado pelo PR, no tom autocrítico do seu discurso de fim de ano, contemplado o direito à crítica do governado, sem prejuízo das propostas alternativas de Isaías Samakuva, em caso de se tornar Governo. (...)

Para tanto, os partidos perdedores tenderão a correr somente só no deserto da corrida eleitoral, enquanto os ganhadores tenderão a coligarem-se e aglutinarem-se em cada vez mais em torno de uma vitória comum, pelo menos moral, jogando limpo nas urnas, com ou sem as habituais irregularidades, de que o exemplo que vem do Quénia é muito mau, pelo que os angolanos devem retirar e reter lição dado passado amargo, pro-

fundamente sentido e dolorosamente vivido. Ámen!

4.11 POC's reprovam lei eleitoral

Angop...29-01-08

Os POC's, uma coligação de mais de uma dezena de partidos políticos, considera que a Lei Eleitoral está ferida de inconstitucionalidade ao exigir das forças políticas concorrentes às próximas eleições a apresentação de 500 a 550 assinaturas em cada círculo eleitoral.

Segundo o secretário executivo dos POC's, Manuel Fernandes, esta exigência não faz sentido, uma vez que no acto de inscrição junto do Tribunal Supremo são exigidas 150 assinaturas em doze das dezoito províncias.

«Nós não entendemos porque razão exigir agora aos partidos políticos um número superior aquilo que é exigido para a sua legalização. Além do mais, esta mesma norma obriga que os partidos políticos devem fazer este mesmo exercício nos dezoito círculos nacionais, que são as dezoito províncias. Implica dizer que se o Tribunal não aprovar a candidatura de um determinado círculo é suficiente reprová-la a candidatura global do partido ou da coligação concorrente.

Isto é bastante grave, pois viola a lei dos partidos políticos»-referiu.

Manuel Fernandes entende que a Lei Eleitoral deve ser revista, de modo que se facilite a participação de todas as forças políticas ao pleito eleitoral.

«Aliás, a Lei Eleitoral está ferida de muitas inconstitucionalidades. Todos nós sabemos que a Lei prevê o voto dos cidadãos angolanos na diáspora, mas estes não foram registados porque o governo disse que tecnicamente não seria possível. Acho que não devem ser criados mecanismos que dificultem os partidos que vão concorrer às eleições. Queremos um processo eleitoral aberto e inclusivo, e este processo não está a ser aberto nem inclusivo. Pensamos que ainda é tempo de se poder corrigir o mal».

As próximas eleições legislativas foram anunciadas para os dias 5 e 6 de Setembro de 2008, tendo sido registados mais de oito milhões de cidadãos em todo o país.

5 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA

5.1 Procuradoria implementa projectos sociais para apoiar menores

Jornal de Angola...04-01-08

A Procuradoria Provincial de Malange projecta para 2008 o alargamento das acções sociais de representações de menores, trabalhadores incapazes, ausentes e outros, cuja lei prevê a sua defesa.

O facto foi anunciado pelo procurador provincial, Adão Pedro, durante a cerimónia de cumprimentos de fim-de-ano.

A entidade realçou ainda que constam dos planos para 2008 a expansão dos serviços da procuradoria aos municípios de Kangandala e de Kalandula.

Considerou positivas as acções judiciais desenvolvidas pelo Ministério Público em 2007, tanto no quadro de cumprimento das actividades específicas orientadas pela direcção geral do órgão, como nas acções extra judiciais a nível das comunidades.

Quanto às questões extra judiciais, disse que a Procuradoria Provincial manteve ao longo de 2007 um programa radiofónico dedicado ao aconselhamento e esclarecimento de crimes e as formas mas como cada cidadão deve dirigir-se às estâncias judiciais.

5.2 Merenda escolar será distribuída a 26 mil alunos

Jornal de Angola...05-01-08

Vinte e seis mil crianças do ensino primário, nas localidades de Quipungo, Matala, Chicomba, Cuv441go e algumas comunas do município do Lubango, na província da Huíla, vão beneficiar de merenda escolar durante o ano lectivo que se avizinha.

Segundo Luís Cambinda, inspector da Direcção Provincial da Educação na Huíla, para a concretização desta experiência piloto, recentemente foi realizado um concurso público no final do qual foram seleccionados seis empresários, que serão os responsáveis pela distribuição da merenda escolar.

Para a directora provincial da Educação, Ana Paula Inês, está tudo preparado para que os objectivos preconizados sejam alcançados, graças ao engajamento do governo da província.

Falando sobre as acções a serem desenvolvidas pelo sector da Educação na província da Huíla, a directora provincial destacou a formação e capacitação de

professores, quer na componente pedagógica que na da reforma educativa, com vista a dotar os docentes de ferramentas para exercerem com zelo as suas actividades.

Destacou também a construção de mais escolas, para que as crianças deixem de estudar em locais impróprios, como em capelas, garagens e varandas.

A directora provincial da Educação agradeceu aos parceiros sociais, que de um modo significativo, têm contribuído para o êxito dos grandes desafios do sector, como o caso das igrejas, nomeadamente Católica, Metodista, IESA, IECA, entre outras, assim como as ONG nacionais e estrangeiras, tais como a ADRA, ZOA e UNICEF.

5.3 Educação enquadra mais de mil novos professores na Huíla

Jornal de Angola...07-01-08

Mil e 748 mil novos professores, submetidos a concurso público em 2007, serão, a partir de Fevereiro deste ano, enquadrados no sistema docente-educativo do ano lectivo 2008, nos 14 municípios da província da Huíla, informou, quinta-feira, à Angop, a directora provincial da Educação e Cultura, Ana Paula Inês.

Segundo a responsável, os novos docentes encontram-se já a receber as suas respectivas guias de marcha para os 14 municípios da província. Paula Inês fez saber que o processo se enquadra no programa de reforma educativa em curso desde 2006, que visa reduzir o número de crianças fora do sistema de ensino. A Direcção Provincial da Educação e Cultura controla 15.920 professores e mais de 600 mil alunos.

5.4 Ensino necessita de mais de 100 professores no moxico

Jornal de Angola...07-01-08

Mais de 100 professores são necessários no próximo ano lectivo para acudir a demanda de alunos e a superação escolar na província do Moxico. O apelo foi feito no Luena pelo coordenador provincial da área, Silva Luís Sayenga

O coordenador sublinhou que o número de pessoas que pretende estudar nos centros de alfabetização e ensino de adultos aumentam cada ano, fruto das transformações políticas e sociais que o país está a viver.

Silva Sayenga disse que a preocupação já foi manifestada as estruturas centrais do Ministério da Educação, aguardando por uma resposta adequada.

Entretanto, de acordo com Silva Sayenga, a Direcção Provincial da Educação está a fazer tudo para que o

ensino se estenda a todas as localidades da região. "Actualmente, devido à falta de infra-estruturas apropriadas nas localidades onde pensamos atingir, vamos trabalhar em capelas, jangos comunitários e debaixo das árvores e outros lugares convenientes" afirmou Silva Luís Sayenga.

No ano passado, segundo o coordenador provincial para Alfabetização e Ensino de adultos do Moxico, foram matriculados na classe de alfabetização dois mil 342 alunos, dos quais mil195 do sexo feminino.

5.5 Longonjo ganha novos alfabetizadores

Jornal de Angola...08-01-08

Duas brigadas de alfabetização, compostas por setenta e três alfabetizadores, foram criadas na semana finda, no município do Longonjo, província do Huambo, com o objectivo de se reduzir os índices de analfabetismo nas comunidades.

Esta acção foi levada a cabo pelo departamento de ensino de adultos da direcção provincial da Educação, que realizou naquele municípios dias 2 e 3 deste mês, um curso de formação de alfabetizadores.

Durante o curso foram ministradas matérias sobre preparação pedagógica, metodologia de alfabetização, formas de registo de analfabetos nas comunidades, entre outras.

O responsável da área de ensino de adultos no Longonjo, Lauriano Evaristo Chimuco, deu a conhecer que foram formados alfabetizadores vindos das três comunas (Sede, Chilata e Catabola).

Referiu que as duas brigadas, de alfabetização denominam-se Hoji Ya Henda e Deolinda Rodrigues, em homenagem a estes heróis nacionais.

Aquele responsável revelou ainda que o município contava antigamente com um total de 16 alfabetizadores, que ensinaram a ler e a escrever 205 cidadãos.

"Actualmente, com a nova política do Governo de alfabetização, acreditam os que estes 73 alfabetizadores poderão chegar a cerca de mil alfabetizando, pois terão incentivos financeiros, porquanto antigamente o trabalho era voluntário e se verificaram muitas desistências", disse Lauriano Chimuco.

5.6 Jovens em Luanda marcham contra as drogas

Jornal de Angola...08-01-08

Pelo menos 100 jovens na província de Luanda participaram domingo numa manifestação de repúdio ao uso de drogas por parte da juventude angolana. Enquadrada numa campanha do comité executivo dos

Campeonatos Africanos de Andebol (COCAN) e da Associação Nacional de Luta Contra a Droga, que visa desencorajar o consumo de drogas, a marcha começou na Cidadela Desportiva e terminou na sede do Governo da Província de Luanda.

Sob o lema "Jovens não à droga", a manifestação teve por objectivo sensibilizar e mobilizar a sociedade e a juventude no sentido de todos lutarem contra esse flagelo que afecta os jovens.

A sede do governo da província, os manifestantes foram recebidos pelo director provincial da Juventude e Desportos, António Rosa, em representação do governador de Luanda, Job Castelo Capapinha.

Em declarações à Angop, António Rosa disse ter transmitido uma mensagem de apreço aos jovens no sentido destes trabalharem para a diminuição do consumo de álcool e de outras drogas a nível da cidade de Luanda.

O responsável exortou também os manifestantes a mobilizarem outros jovens no sentido de aderirem ao programa do Governo angolano de formação profissional em centros instalados em vários municípios de Luanda e do país.

5.7 Registo gratuito abrange mais de duas mil crianças

Jornal de Angola...17-01-08

Duas mil e 836 crianças, dos zero aos cinco anos de idade, de ambos os sexos, foram registadas, de Setembro a Dezembro de 2007, na província do Cunene, no âmbito da campanha gratuita de registo de menores, que decorre a nível do país.

Segundo o director provincial da Justiça, Adriano Gabriel Ndemupomito, as crianças registadas nos municípios do Coroca, Cahama, Namacunde, Ombandja, Cuvelai e Kwanhama são na sua maioria provenientes das zonas rurais e não tinham qualquer documento de identificação pessoal.

De acordo com o responsável, o registo está a decorrer de forma graduada, pois que abrange apenas as sedes municipais, devido a falta de materiais de uso corrente, com maior destaque para cédulas pessoais e de recursos humanos, que o sector enfrenta.

Enfatizou que, devido a maior solicitação de registo no município do Kwanhama, a direcção concentrou mais recursos humanos e meios materiais em relação a outros com menor densidade populacional.

Quanto ao registo dos cidadãos residentes ao longo da fronteira Angola/Namíbia, o responsável disse ser uma situação complexa, pois devido as características de usos e costumes de povos dos dois países, urge a necessidade de se trabalhar em simultâneo com o Serviço de Migração, de modo a não registar

estrangeiros.

5.8 Encarregado de educação percorrem livrarias e mercados

Folha8...26-01-08

No início de mais um ano lectivo, em Luanda, aumenta a procura, tanto de estudantes como de encarregados de educação, pelo indispensável material escolar, mas a grande preocupação que se coloca de momento são os preços e o poder de compra dos cidadãos. Apesar de nesta época do ano não constituir novidade, na verdade se assiste a uma grande movimentação, numa autêntica romaria pelas diversas livrarias e mercados paralelos espalhados pela cidade.

Catarina Pombal é mãe de um casal e os dois filhos se encontram em idade escolar. Porém, nem por isso, a situação a deixa menos preocupada, se atendermos que existem famílias com mais de 6 elementos na idade escolar. Sem hesitar, a mulher de 36 anos (viúva de guerra), confessa que o material escolar está excessivamente caro, para os seus recursos, razão pela qual apenas se cingiu em comprar cadernos, lápis, borracha e esferográficas, cujo preço varia entre os 20 e os 200 Kwanzas. "Os meus filhos estão no primeiro nível e o Governo prometeu oferecer livros do ensino de base, vamos esperar até a semana do início das aulas", lembrou Catarina Pombal e reconheceu as dificuldades que muitas famílias poderão enfrentar nas próximas duas semanas devido ao número de estudantes. Margarida Soares, 39 anos, não tem dificuldade em expressar o seu desânimo em relação a especulação que regista na venda do material escolar, sobretudo no mercado informal, pelo que sugeriu a intervenção do Estado, para assegurar o material até ao III nível. Porquanto, sabe que lhe restam poucas alternativas, senão comprar, não fosse estar em causa a educação dos filhos. Para o efeito, aproveitou esta semana para adquirir o material escolar das quatro crianças sob sua responsabilidade, duas das quais sobrinhas.

(...)

João Augusto pede uma maior eficácia à Edimel e outras empresas distribuidoras, de forma a minimizar a situação, visto que o Governo anunciou apoiar o ensino de base no País e prometeu punir todos aqueles que forem apanhados a comercializar o material do ensino de base. "Um maior volume de distribuição, sobretudo nas livrarias próximas das áreas periféricas, ajudaria muito as famílias de baixa renda", referiu. Justino Jerónimo reforça esta posição e considera que já se justifica maior produção de material escolar no País, para assegurar a população estudantil. Assim, reconheceu, é em função da diminuta distribuição que

se verificam os elevados preços praticados. A movimentação de pessoas para adquirir material é notável, também, nos mercados paralelos. Por exemplo, no mercado da Estalagem, e com preços um tanto especulativos, é possível encontrar uma quantidade considerável de livros. Só que neste caso, quando não são os interessados a procurar os vendedores, estes vão ao encontro dos clientes. Assim acontece com Higino, vendedor há três anos no mercado da Mamã Gorda na Estalagem e disse que os clientes aparecem e consegue vender para sustentar a família e fazer algumas poupanças.

5.9 Directora da Educação admite fracasso da reforma educativa

Cruseiro do Sul...26-01-08

A directora provincial da educação da província da Huíla, Paula Inês, admitiu que as experiências de implementação da reforma educativa nas escolas locais têm sido um visível fracasso visível.

A falta de material suficiente, escolas inadequadas e a falta de preparação da maioria dos docentes foram as principais razões apontadas pela responsável provincial da educação para o fracasso. Segundo Paula Inês, há escolas em que, durante o ano lectivo transacto, nem mesmo as coordenações de disciplinas possuíam manuais para ministrarem as suas aulas e recorriam a fotocópias ou ao mercado paralelo que comercializava, por sua vez, a preços exorbitantes os livros principalmente os de Língua Portuguesa que chegam a custar 10 mil Kwanzas. Num pronunciamento de prenúncio do ano lectivo 2008/2009, a responsável salientou que outro indicativo para afirmar que a reforma educativa andou aos soluços na província da Huíla é o nível de aproveitamento dos alunos que rondou aos 70% ao contrário de outros anos em que era de 90%. Sobre a justificação da inadequação das escolas, a responsável lembrou que muitas datam da época colonial com salas extensas, o que não permite a avaliação individual e diária que a reforma educativa exige. Para melhor esclarece, Paula Inês exemplificou que, em certos casos, uma sala de alunos chega a ter 100 alunos, o que torna impossível a implementação da reforma.

A situação no interior da província é mais complicada, já que, para além de os alunos nas comunas e sectores receberem os conhecimentos debaixo das árvores, o material didáctico não existe, de facto. Ainda assim, Paula Inês disse que, em muitas tradições rurais, os meninos aptos para irem à escola são forçados pelos pais a apascentarem os bois e a as meninas forçadas a agricultura, razão apontada como estando a dificultar a

extinção do analfabetismo até 2015, como se compromete o Governo angolano junto do; organismos internacionais.

Entretanto, para este ano, Paula Inês garantiu fazer todo o esforço para se ultrapassarem os constrangimentos do ano passado, sobretudo no que tange aos materiais para as aulas.

Disse que os mesmos ser distribuídos de forma gratuita todos os alunos do primeiro ciclo bem como a integração do maior número possível de crianças, actualmente fora do sistema normal de ensino.

Garantiu que o governo local deverá igualmente trabalhar com a reabilitação e construção de mais escolas no município de Lubango e noutros, bem como fomentar o programa de merenda escolar para incentivar os alunos ao estudo.

Constam ainda do plano do pelouro de Paula Inês a reabilitação e apetrechamento da biblioteca provincial e o aumento de mais bibliotecas móveis para ajudar na investigação de ciências. Assim, a província deve contar este ano, com uma biblioteca internacional de caráter privada.

Na província da Huíla, a abertura do ano lectivo está agendada para princípios de Fevereiro no município da Humpata, num acto a ser dirigido pela titular da pasta.

5.10 Brigada da educação prevê abertura de 500 novas salas de aulas

Angop...30-01-08

A Brigada de Alfabetização Comandante Hoji-Ya-Henda (BHHA) prevê para o presente ano a abertura de 500 novas salas de aulas em Luanda, deu a conhecer hoje, quarta-feira, a sua secretária-geral, Guilhermina Fundanga.

Guilhermina Fundanga, que prestou essa informação durante uma Assembleia com os brigadistas de Luanda que serviu para balancear e perspectivar o novo ano académico da sua organização, disse que existem actualmente 230 salas de aulas.

“As actuais 230 salas de aulas que funcionam na província de Luanda são ainda insuficientes para fazer face ao elevado número de pessoas interessadas em alfabetizarem-se”, justificou.

De acordo com a responsável, foram alfabetizadas cerca de dez mil e 500 pessoas em 2007, em Luanda, mesmo assim a província continua a ser a região com mais com mais analfabetos no país, por esse motivo, será uma das principais prioridades das actividades da

BHHA, para o presente ano.

A secretária-geral indicou a falta de instalações próprias e subsídio para os professores, assim como a carência na aquisição de material didáctico como as principais dificuldades da brigada no último ano lectivo.

Outro dos entraves da BHHA no último ano lectivo, segundo a fonte, foi a difícil adaptação dos professores aos novos métodos implementados pela brigada, mas que foi ultrapassada com o empenho e dedicação dos professores.

“No último ano introduzimos na brigada métodos pedagógicos mais modernos, idênticos aos utilizados em países como Brasil e Cuba, com quem temos trocado experiência, e como em todo novo processo há sempre problemas de adaptação, nós não somos excepção”, frisou

Na mesma senda, Guilhermina Fundanga destacou o empenho e dedicação dos brigadistas que mesmo sem subsídio realizaram com zelo e profissionalismo o seu trabalho.

A BHHA está implantada em todas as províncias e municípios do país e conta para as realizações das suas actividades com o apoio do Ministério da Educação como na formação dos seus quadros, no subsídio para os professores e no fornecimento de material didáctico.

A brigada é uma organização não governamental e apartidária que visa a prossecução de actividades de carácter social, principalmente o combate ao analfabetismo, promove actividades que garantem o desenvolvimento sadio dos jovens no campo cultural, combate todas as manifestações que lesam a moral pública e as tradições da população angolana

6 TERRA, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

6.1 Falta de plano director dificulta distribuição de energia a Luanda

Jornal de Angola...03-01-08

Falta de plano director dificulta distribuição de energia a Luanda

O presidente do Conselho da Administração da Empresa de Distribuição de Electricidade de Luanda (EDEL), João Baptista Borges, defendeu ontem, em Luanda, a elaboração de um plano director para a cidade capital, com vista a facilitar a expansão da rede eléctrica à urbe.

"A falta de um plano director da cidade de Luanda e o conhecimento tardio das construções de edifícios e outras infra-estruturas tem dificultado a captação atempada de recursos financeiros para a expansão da rede eléctrica a estes locais" -acrescentou João Baptista Borges, em declarações à Angop quando avaliava o desempenho da sua instituição em 2007.

Disse existirem ainda várias dificuldades no fornecimento de energia eléctrica à população de Luanda, devido ao surgimento de construções sem o padrão mínimo de urbanização.

O responsável realçou que as restrições ao fornecimento de energia eléctrica à capital do país, devem-se a um défice na produção na ordem de 60 por cento, já que a Edel recebe da Empresa Nacional de Electricidade (ENE) apenas 160 megawatts dos 220 megawatts diários necessários para garantir uma distribuição regular, sem interrupções.

A distribuição eléctrica a Luanda, segundo disse, é assegurada por uma infra-estrutura compreendendo oito subestações, 22 postos de seccionamento e mil e 120 postos de transformação.

Salientou que em 2007 foram feitos trabalhos de recuperação da rede de iluminação pública da cidade, que está a dar uma nova visibilidade aos bairros da capital, possibilitando a circulação de pessoas com tranquilidade durante a noite e redução da delinquência.

Quanto a novos projectos, o PCA da Edel destacou o início, em Fevereiro, da montagem de um centro digitalizado de controlo e detecção de avarias no sistema de distribuição de energia eléctrica à cidade capital.

No centro, localizado na sede da empresa, estão já instalados equipamentos informáticos, como Computadores, ecrãs gigantes; impressoras e

disjuntores de comando e corte para serem utilizados 24 -sobre 24 horas e preparados para a detecção de avarias ou outras anomalias na rede de distribuição a partir das diversas subestações e postos de seccionamento existentes em Luanda.

Explicou que, caso o disjuntor (unidade terminal de comando) detecte uma avaria em determinada zona, se acciona um sinal do sistema analógico para o digital. Faz-se então a descodificação do sinal para um computador central, onde é indicada a zona, tipo de avaria ou qualquer outra anomalia.

Em 2007, a Empresa de Distribuição de Electricidade de Luanda (EDEL) arrecadou 3,51 biliões de Kwanzas com a venda de energia eléctrica na capital do país.

Segundo o responsável, estas receitas representam grandes benefícios para a empresa e permitirão assegurar maior capacidade operacional, assim como a realização de mais investimentos para melhorar o fornecimento de energia eléctrica a população.

6.2 Demolições de residências sacrificam populações de Luanda e Huila

Terra Angolana...12-01-08

OS argumentos apresentados pelo Governo há um tempo a esta parte, para justificar as demolições que ocorreram um pouco por todo o País, com maior incidência em Luanda, segundo os quais elas deveriam-se ao facto das construções terem sido feitas em locais impróprios e que algumas organizações políticas e da sociedade civil estavam a incitar as populações a construir nesses locais, foram ridicularizadas pelos últimos desenvolvimentos.

A máquina demolidora voltou a actuar em Luanda, com a Comuna de Camama e a zona do Iraque uma vez mais a serem as principais vítimas. Em benefício dos Empreendimentos Jardim do Éden, mais de 100 casas foram demolidas no Bairro Chirimbicato, sector 4, sem prévio aviso e sem indemnização condigna; enquanto elementos da Polícia Nacional fortemente armados, aterrorizavam os cidadãos que se insurgissem contra tal prática.

Quem está a testa do processo de indemnização, de acordo com os moradores, é o senhor Carlos Manuel, Director do Gabinete de Comunicação e Imagem da empresa jardim do Éden, mas eles questionam a sua seriedade que começa pela mudança do seu nome, já que ele é conhecido pelo nome de Armando Joaquim Vieira. Os valores garantidos pela empresa vão de 1000 a 300 dólares norte americanos, que na visão dos moradores são insuficientes, dados os elevados custos do material de construção e pelo facto de muitas das residências demolidas terem apresentado dimensões

maiores. " O mais justo seria atribuir residências e não esse irrisório valor", disse José Neto, morador.

Segundo relatos dos moradores, não se trata de construções anárquicas, porque o referido bairro foi fundado pelo então Ministro da Reinserção Social, Albino Malungo e Carolina Fortes, a 25 de Junho de 2004; "autorizaram-nos a construção, mandaram-nos deixar espaço para o hospital, para o campo de futebol e para a escola da Polícia". Na altura, dizem, não havia intenção nenhuma de se construir o Condomínio Jardim do Éden.

(...)

A última operação de demolição foi dirigida pelo Tenente-coronel Xivinda, sem que qualquer mandato de juiz tenha sido passado e numa altura em que havia negociações. Entre os moradores e as autoridades.

Na Província da Huila, a situação não é tão diferente. Mais de 100 residências foram igualmente demolidas nos últimos tempos, sem prévio aviso deixando ao relento perto de 200 famílias, junto ao perímetro irrigado da barragem dos Ganguelas, no Município da Chibia. Os habitantes desalojados não têm nada a fazer ante o silêncio das autoridades.

Terra Angolana sabe que a Lei de Terras tem sido cruel para a população rural, sobretudo na Huila, onde, fazendeiros, geralmente governantes, continuam a ocupar os antigos campos de pastorícia, as fontes de água e os acessos para a cidade.

De referir que, no âmbito do processo de demolições, aparato dos agentes da ordem colocado nos locais visados para aterrorizar os eventuais insurgentes, procede de maneira indigna. Isso reflecte-se na pilhagem dos haveres, disparos anárquicos contra a população, e prisões sem culpa formada. Desta vez, as prisões não pouparam o Director da Rádio Despertar, Alexandre Neto, e António Cascais da Voz da Alemanha quando se encontravam a exercer as suas actividades jornalísticas junto das populações que se encontravam ao relento em Luanda.

6.3 Mais de 80 quilómetros serão reabilitados na província do Zaire

Jornal de Angola...13-01-08

Terminada a primeira etapa de reabilitação da estrada 111, que liga Caxito a Mbanza Congo, uma empresa chinesa vai começar no Zaire uma nova empreitada de 80 quilómetros em direcção ao município do Kuimba, visando tornar mais fluida a circulação de pessoas e bens na região e multiplicar os esforços de implementação dos programas traçados pelo governo provincial. A informação foi prestada pelo governador Pedro

Sebastião, no final de uma visita de três dias que efectuou ao município do Kuimba e zonas fronteiriças de Luvaca, Buela e Serra da Canda. Em declarações à imprensa, o governador sublinhou que os 470 quilómetros de estradas reparados pela brigada chinesa, na linha Caxito/Mbanza-Congo, com empreitadas de tapa buracos, desmatação e devolução de solos, facilita a circulação rodoviária.

Mesmo carecendo de asfalto, Pedro Sebastião, agradeceu publicamente a pronta intervenção manifestada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, para tornar exequível a execução prática das obras de recuperação das vias de comunicação do Zaire.

Reconheceu que o mau estado das estradas tem criado nefastos problemas no processo de desenvolvimento da província do Zaire e complicado o processo de transporte de materiais para a região. Pedro Sebastião acrescentou que devido a esta situação, várias vezes teve que se recorrer a meios aéreos para a transportação de mercadorias para a província, o que pressupõe enormes gastos.

"Nós procuraremos corresponder com o nosso trabalho. Aquilo que a população está a solicitar não é um favor que o governo deve fazer, mas é nossa obrigação atender e resolver os problemas por que ainda está a passar" disse o governador.

6.4 Moradores satisfeitos com programa de melhoramento das suas zonas

Jornal de Angola...19-01-08

Em função do anúncio dos projectos concebidos pela administração municipal visando a melhoria do burgo os moradores do Rangel, contactados pelo JA, mostraram-se satisfeitos, mas auguram rapidez e qualidade das obras.

José Cipriano, morador da rua 2 do Reordenamento do Rangel, vulgo Comissões disse que os projectos traçados pela Administração municipal, visando o melhoramento da imagem do município são bem vindos.

Segundo ele, a construção de mais salas de aula vai permitir que mais crianças sejam enquadradas no sistema de ensino. José Cipriano, enfatizou também a sua satisfação em relação às ruas secundárias e terciárias que serão intervencionadas, tendo considerado mais valia para a circulação rodoviária não só no município, como para a cidade em si.

Maria de Jesus, também moradora do referido bairro considera uma mais valia a implementação de projectos de impacto social que contribuem para a melhoria das condições básicas e sociais dos municípios.

Ao JA, Maria de Jesus disse que o trabalho que será feito em algumas vias de acesso, bem como a construção de mais salas de aula e de valetas, constituem uma mais valia para o município, razão pela qual apela para realização de campanhas de sensibilização aos munícipes para a preservação das obras a serem efectuadas.

No quadro do orçamento consignado para a província de Luanda, as administrações municipais vão beneficiar de cerca de 76 milhões de Kwanzas, valor aproximado a um milhão de dólares.

6.5 Ruas do município do Rangel serão terraplanada e asfaltadas

Jornal de Angola...19-01-08

Vinte e uma ruas das com unas do Rangel, Terra Nova e Marçal, afectas ao município do Rangel, em Luanda, serão reabilitadas a partir dos próximos dias, no âmbito do Programa de Investimentos Públicos (PIP). Consignados pela administração local, disse o administrador. João Domingos, durante uma entrevista ao Jornal de Angola.

A iniciativa, segundo o administrador, enquadra-se, no âmbito da operação tapa buraco. Deste modo, vão sofrer intervenção profunda as ruas secundárias e terciárias. Os trabalhos vão incidir na terraplanagem daquelas que se encontram completamente danificadas, enquanto que as restantes que já possuem asfalto serão apenas tapadas os buracos existentes.

Serão contempladas as ruas 8 de Novembro, da Vaidade, Ambaka, todas da comuna do Rangel, na comuna da Terra Nova foram abrangidas as ruas do Alentejo, Ribatejo, Beiras, Ilha da Madeira e Estremadura, enquanto que no Marçal foram seleccionadas as ruas do: Coronéis, dos Balneários, da Chapada, entre outras.

A rua 8 de Novembro, também conhecida por Dona Amália, uma das maiores referências do bairro Rangel, que se encontra completamente danificada há já alguns anos, devido a falta de estruturas de saneamento básico, aliada à má qualidade dos trabalhos efectuados pela construtora encarregue da sua reabilitação, será novamente asfaltada, disse o administrador, João Domingos.

A sede da administração da comuna do Rangel também será reabilitada, por forma a acolher melhor os funcionários. Sempre que chove, o nível do lençol de água aumenta e penetra no interior da mesma, danificando os documentos e outros bens.

A nível daquela comuna sede do município do Rangel, está ainda projectada a construção de um campo comunitário para as actividades de lazer de crianças e jovens, bem como outros atractivos, projectos

avaliados em um milhão e 500 mil Kwanzas.

6.6 Realojamento da população vai precisar de 3.500 casas

Jornal de Angola...19-01-08

O Gabinete Técnico de Coordenação dos Projectos vai precisar de 3500 casas até ao fim do ano em curso para responder às necessidades de realojamento das populações e poder assim manter o ritmo actual das obras sem interferências.

A necessidade actual, de acordo com os dados da coordenação do projecto expressos num documento sobre a evolução dos trabalhos, é de 2000 casas.

Entre Junho e Dezembro do ano passado o total de casas realojadas foi de 1415. A previsão de casas a serem realojadas este ano, de acordo com o documento, é de 5500.

No ano passado, entre Junho e Dezembro foram realojados populares em 889 casas na zona da Calemba 2, em Luanda, e em 526 casas nas províncias.

Este ano as previsões para o realojamento das populações entre Janeiro e Março é de 1200 casas e, entre Abril e Dezembro, 1800 casas. Entre Janeiro e Dezembro deverão ainda ser necessárias mil casas de média renda e 1500 de baixa renda.

6.7 Ministerio da agricultura e do desenvolvimento rural Gabinete do Ministro "Convite"

Jornal de Angola...22-01-08

Havendo necessidade de se regularizar as concessões de infra-estruturas fundiárias (fazendas agro-pecuárias) detidas por pessoas singulares e/ou colectivas no Planalto de Camabatela, mormente nos municípios de Ambaca, Negage, Bungo, Puri, Samba-Cajú, Alto Cauale., Damba e Calandula;

São convidados, por este intermédio, os titulares das concessões referidas no parágrafo anterior, para comparecerem nas horas normais de expediente (2º a 6º feira), no período compreendido entre os dias 20/01/08 e 20/02/08, no Gabinete de Aproveitamento e Desenvolvimento Agro-Pecuário do Planalto de Camabatela, sito na Vila de Camabatela, província de Kwanza-Norte, a fim de tratarem de assunto de seu interesse, devendo, para o efeito, fazerem-se acompanhar dos seguintes documentos:

- 1 Título de concessão de terras
- 2 Croquis de localização
- 3 Plano de exploração
- 4 Fotocópia do B. I (no caso de se tratar de pessoa

singular)

5 Pacto social (no caso de se tratarem de pessoas colectivas)

6. Outros documentos de interesse.

OB5: A não comparência dos interessados no período acima referido, implicará a tomada de medidas de acordo com a legislação em vigor Gabinete do Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, em Luanda, 14 de Janeiro de 2008.

6.8 A nossa casa cresce com as makas comuns

Cruzeiro do Sul...26-01-08

Localizada na costa do Oceano Atlântico, Luanda é a maior cidade e capital de Angola. É o principal porto e centro administrativo de Angola. Tem uma população de mais de cinco milhões de habitantes, segundo estimativas recentes, contra as 500 mil projectadas aquando da sua construção.

Os habitantes de Luanda são, na sua grande maioria, membros de grupos étnicos africanos, incluindo Ovimbundu, Kimbundu e Bakongo. Existe uma pequena minoria de origem europeia, fundamentalmente portuguesa, devido aos 400 anos de colonização. Olhando bem para o seu historial vemos que Luanda foi fundada em 1575, pelo explorador português Paulo Dias de Novais a quem lhe foi atribuída o nome de São Paulo da Assunção de Loanda a 25 de Janeiro. Segundo reza a história, Paulo Dias de Novais trouxe consigo cerca de 700 pessoas, 350 dos quais homens de armas, padres, mercadores e servidores.

A origem do nome, Luanda, vem das palavras Axilundas e Muxilundas, que significa "homem da ilha/mar", nativos da ilha do Cabo, onde atracou o fundador da cidade. Entre alguns monumentos construídos na época realçasse a Fortaleza de São Pedro da Barra, em 1618, tendo mais tarde, em 1634, sido construída a Fortaleza de São Miguel

Sobre escravos vale aqui referir que entre 1550 e 1850, Luanda foi um importante centro do tráfego de escravos para o continente americano, sobretudo para o Brasil. Em 1889, o governador Brito Capelo inaugurou um aqueduto que forneceu água a cidade, abrindo caminho para o grande crescimento de Luanda.

Em meados do séc. XIX, por exemplo, foram também construídas importantes infra-estruturas, destacando-se o mercado da Quitanga (1818) e o primeiro cemitério (1806). Já no fim daquele centúrio foi erguido o Hospital Maria Pia. Até antes da independência Luanda foi caracterizada por construções que se foram estendendo por algumas zonas fora do centro da cidade.

EVOLUÇÃO DA CIDADE

Depois da independência, a 11 de Novembro de 1975, a cidade cresceu mas de forma desorganizada. Não se concebeu um projecto urbanístico sério. Nos anos 80, poucas edificações foram realizadas, a fim de se alargar a cidade. O que sucedeu foi a aparição, de forma tímida, de algumas residências ao redor da mesma e o surgimento de alguns bairros suburbanos.

Mas o êxodo populacional que se assiste hoje, na capital angolana, deu-se nos anos 90, com recrudescimento do conflito militar, depois das primeiras eleições em Angola em realizadas em 1991. Bairros anteriormente desabitados, localizados nos nove municípios que conta Luanda tornaram-se superlotados.

Cidadãos vindos do interior e do norte de Angola, muitos dos quais provenientes do Congo Democrático invadiram Luanda, fixando-se em bairros como Kikolo, Mabor General, Kwanzas, Palanca. Bairros como do Grafanil, Estalagem e Viana, e Golfe, Benfica e Morro Bento, que eram despovoados viram, anarquicamente, erguidas residências, muitas das quais consideradas cubatas.

No Kilamba Kiaxi, também, existe este fenómeno. Os seus bairros cresceram muito, mas desordenadamente. Se um projecto urbanístico real, cada um, com autorização, ou não fez a sua cubata. Um exemplo disso é o bairro do Golfe é ainda neste municípios que se assisti (u) as maiores demolições de populares, com o surgimento de um sem números de projectos imobiliários e condomínios. Milhares de cidadãos viram as suas casas destruídas, por as terem, em alguns casos, edificado em zonas posteriormente consideradas como reservas do Estado.

Com o alargamento da cidade a sul e a leste, muitos outros cidadãos ficaram sem as suas moradias, devido à construção de projectos imobiliários em curso nesta zona de Luanda. A aparição de bairros trouxe consigo muitos problemas.

Note-se o saneamento básico, a electricidade, o acesso a água potável, a educação e a saúde, que constam das vicissitudes por que passam os luandenses no presente. Quando chove, Luanda transforma-se num caos total, não existem esgoto, por isso o saneamento básico ser deficiente. As estradas, aquando das enxurradas, tornam-se intransitáveis devido às águas e o lamaçal que nela se instalam.

PROJECTOS EM CURSO

No plano do melhoramento da circulação automóvel, por exemplo, estão em curso obras de construção de estradas. São os casos das vias Luanda/Viana, Viana/Kikuxi, Gamek/ Ngola Kiluange, Cacuaco/Luanda, avenida Ngola Kiluange, deste o mercado do São

Paulo até Kifagondo, Quarta avenida, a partir da estrada de Catete até a Ngola Kiluange.

Os inquilinos de Luanda vivem com sérios problemas no tocante a energia eléctrica. "É um pisca-pisca permanente", referiram vários interlocutores. Por não estar a receber energia eléctrica suficiente para atender Luanda, A Empresa de Distribuição de Energia (EDEL) é forçada a recorrer a restrições.

6.9 GPL acusada de atormentar "fundadores" do Zango

Folha8...26-01-08

Cerca de nove anos depois do surgimento, o projecto habitacional do Zango continua a gerar polémicas que vão das deficientes qualidades de habitacionalidade as supostas irregularidades na distribuição das residências em que a última situação está na base dos despejos que, nos últimos dias, têm estado a acontecer. Grande parte das vítimas do despejo considera-se injustiçada.

O Zango é um dos primeiros projectos habitacionais do Governo elaborado com o objectivo de realojar pessoas transferidas de zonas sem condições de habitabilidade ou de interesse do Governo. Está localizado a cerca de trinta quilómetros da capital do País, numa área outrora conhecida por "Ti mangueji", onde camponeses, não só tinham os seus cultivos como também casas.

A intenção de o governo transformar as lavras num projecto habitacional chegou ao conhecimento dos ocupantes em 2000, com promessas de serem inderminizadas. Entretanto, muitas destas pessoas continuam a esperar por tal recompensa, segundo denúncias das mesmas, acrescentando que a confusão terá começado ainda no processo de cadastramento dos antigos moradores do Timangueji. "Orientaram-nos para ir à administração comunal fazer o cadastramento, mas davam-nos voltas e muitos acabaram por desistir", conta Maria Lurdes, uma das que ficaram sem se cadastra e, conseqüentemente, a devida recompensa. "Muitas pessoas receberam as casas e o dinheiro, mas há muitos que nada receberam", calcula, lembrando-se de que em Junho 2003 começaram as demolições e as pessoas que tinham sido cadastradas receberam-nas, sendo as casas no mesmo projecto. A outra, como já foi referenciado, continuam à espera.

(...)

Geradores: a vida na sapu

Outra zona que surgiu no âmbito dos programas do Governo de realojar populares é a da Sapu, no município do Kilamba Kiaxe, que também carece dos principais serviços básicos, destacando-se a energia eléctrica.

A situação da água é minimizada com a existência no local de um fontonário que tem sido motivo de outros desentendimentos devido à inexistência de um preço estipulado para a aquisição líquido precioso.

Segundo as informações recolhidas no local, os moradores pagavam cinquenta kwanzas por senha que tinha validade de mês, mas nos últimos tempos é-lhes cobrados entre dez e vinte kwanzas por balde. As razões da mudança são desconhecidas pelos mesmos que nada mais fazem senão pagar.

A falta de energia eléctrica é a maior preocupação dos populares do bairro, cuja denominação das ruas o difere dos demais: árvores e frutos dão nomes das diferentes ruas do bairro, cuja a escuridão no período nocturno espelha bem a carência da energia.

Os geradores são a única alternativa; tal situação obriga determinados moradores a terem dois geradores, sendo um para usar no período diurno e outro no nocturno.

Os que podem ter apenas um gerador limitam-se a ligá-lo no período nocturno como forma de diminuir os gastos em combustível, bem como para evitar que o mesmo vai tão cedo para o museu de geradores que é uma realidade da maioria dos quintais.

Em cada um dos quintais é possível encontrar, pelo menos, um gerador avariado. "Esta é a prova de que estamos a sofrer. De três em três meses temos de comprar geradores porque estão constantemente a avariar", lamenta um dos moradores, acrescentando que a situação só não é pior por "não existirem muitos bandidos na área".

Mas que os populares da Sapu sofrem, por falta de energia é coisa de fácil compreensão, basta estar lá -por volta das dezassete horas quando os geradores começam a ser ligados: acontece em todas as casas. Ou melhor em quase todas, porquanto existe os que nem gerador podem comprar.

6.10 A Cidade e a região

Folha8...26-01-08

A idade é definida por alguns autores, também como uma arte de um conjunto económico, social e político, que constitui a região. Ora, só muito raramente a chamada unidade administrativa, se vai circundando com a unidade geográfica, ou seja com aquela que até é tida por muito autores, como a própria região de referencia. Portanto, num mesmo recorte territorial administrativo das nossas cidades, deviam em nosso entendimento, deixar de ter o condão arbitrário que lhes é característico, desde a sua génese. E que não se exclui em todo a tímida das mesma e fruto de alguma inépcia poder vir atingir o desejado desiderato. Quanto, e em decorrência dos seus dinâmicos crescimentos, a aglomeração principal vai invariavelmente, unir-se a

outras comunidades, o que por sua vez ela mesma se vai englobando no recorte artificial do tido como ponto de pretensão da boa gestão do novo conjunto urbano.

De facto, é notório e o nosso continente tem sido prova disso, que certas comunidades, sub-urbanos, têm estado a adquirir e de forma desavisada, de um valor que se pode adjectivar, como sendo imprevisível, positivo ou negativo ou seja tornando-se de sede da residência luxuosa, que vai acolhendo os centros industriais dinâmicos reunindo as chamadas miseráveis populações operárias.

Uma aglomeração, constitui-se no núcleo vital, de uma extensão geográfica, cujo limite é constituído pela zona de influência, como sendo as cidades ribeirinhas dos poderes, para o nosso caso e só para citar algumas temos Luanda, Benguela, Huila e Cabinda dentre outras. Que as suas próprias condições vitais podem ou são determinantes, pelas vias de comunicações, que por si só, asseguram as suas trocas e vão ligando-se internamente pelas suas próprias zonas.

Só se pode, enfrentar um problema de urbanismo, em nosso entendimento, quando se enfrenta permanentemente os elementos constitutivos da região, principalmente, a sua geografia, que é chamada a desempenhar um industrioso papel na determinação da questão nevrálgica do tema em questão.

As linhas de divisão das águas, dos morros vizinhos desenhados, os contornos naturais confirmados pelas vias de circulação naturalmente inscritas no solo.

Nenhuma actuação, deve se ligar aos inquestionáveis destinos hamlóicos da região. Quanto ao chamado plano da cidade, deve-se e, em nosso magro entendimento, ser tido como um dos elementos do todo constituído pelo plano regional

A justa posição dos factores económicos, sociais e políticos, são valores de ordem psicológicas e fisiológicas, próprios do ser humano, que teve como resultado a introdução de vários debates em diferentes tribunas em torno destas preocupações, que podem ser de ordem individual e colectiva.

A vida só se, desenvolve na medida em que são conciliados os dois princípios contraditórios que acabam por reger a personalidade humana ou seja o individual e o colectivo.

As componentes biológicas e psicológicas, influenciam na questão do meio, da situação geográfica, topográfica, económica e política. No que tange a situação geográfica e topográfica, tem o carácter de elementos como a água e a terra, da natureza do solo, do clima.

A geografia e a topografia desempenham um papel considerável nos destinos dos homens. Uma das muitas funções indispensáveis do urbanismo é a de assegurar aos homens, moradias saudáveis, isto é locais onde haja espaço, ar puro e sol.

6.11 A gestão dos solos e o ordenamento do território

Capital...26-01-08

O ordenamento do território é, nos termos do artigo 2.º alínea 1) da Lei n.º 03/04 de 25 de Junho, "a aplicação no território das políticas económico-sociais, urbanísticas e ambientais, visando a localização, organização e gestão correcta das actividades humanas". Apesar de um conceito jurídico, que não consome a dimensão ampla do ordenamento territorial, é pelo menos claro na visão de ordenamento territorial.

A razão de ser do nosso artigo está no seguinte: A gestão dos solos é entendida em muitos círculos como a dimensão maxime do ordenamento do território. Confundem estes, o ordenamento do território com a gestão integrada dos solos.

(...)

Desta forma, ao falarmos do ordenamento do território e a gestão integrada dos solos, estamos a abordar sobre a visão estratégica do território enquanto unidade integradora de diversos recursos naturais e, por outro, o aproveitamento integrado dos solos enquanto realidade territorial. Parecendo um silogismo lógico filosófico, mas é este o entendimento que se pode ter destes dois compostos. E não é de forma distraída que estamos a diferenciar os conceitos de solos e território. Acontece que solo é um conceito muito mais reducionista que o de território. O conceito de território já consome o conceito de solo. Mas o inverso não é verdade. Esta distinção pode ser clarificada se recorrermos a dois diplomas fundiários fundamentais:

Lei n.º 9/04 de 9 de Novembro, Lei de Terras, artigo 1.º, alínea h): solo, é a "camada superficial de terra sobre que recai a propriedade originária do Estado e aproveitamento útil, rural ou urbano, através da constituição de um dos diversos tipos de direitos fundiários previstos na presente lei". Claro que para a nossa abordagem, devemos fazer uma espécie de interpretação extensiva, procurando abranger ao conceito aqueles solos que não sejam propriedade originária do Estado.

Lei n.º 3/04 de 25 de Junho, Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo, artigo 2.º, alínea i): terra ou território, é "o espaço biofísico constituído pelo conjunto dos solos urbanos e rurais, do subsolo, das águas interiores, do mar territorial, da plataforma continental, bem como da zona económica exclusiva, enquanto elementos ou recursos contidos no interior das fronteiras territoriais nacionais com relevo para a execução dos respectivos instrumentos".

É fácil de concluir que a Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo é muito mais ampla que a

Lei de Terras.

E queremos chamar particular atenção ao seguinte: o conceito de ordenamento de território pressupõe a regulamentação ou a adopção de medidas para o controlo de espécies invasoras no território nacional. E chamamos particular atenção devido a ausência de diploma legislativo sobre a matéria.

RETOMANDO O CENTRO DA QUESTÃO

O ordenamento do território pressupõe o aproveitamento integrado dos solos. Desta forma, uma determinada forma de aproveitamento dos solos, vejamos o fomento habitacional, não deve sacrificar outras formas de aproveitamento do território, como é o caso das políticas de conservação da natureza, do aproveitamento dos recursos hídricos, paisagísticos e mesmo culturais.

Em termos gerais, estamos a falar que o ordenamento do território deve ser de forma sustentada.

Desta forma, a classificação dos solos é uma técnica de ordenamento territorial que permite destinar os solos a fins específicos, e o reconhecimento de outros espaços que não tendo uma classificação de solo, têm outro aproveitamento económico, como são as águas. É esta realidade que exige uma multissetorização no levantamento ou diagnóstico para o ordenamento do território.

É assim que a aplicação das normas do ordenamento territorial, devem ser feitas tendo em conta as normas de aproveitamento de todos os recursos naturais, para que possa haver um aproveitamento integral e sustentado do território.

E é esta a orientação respaldada no n.1 do artigo 15. Da Lei n.3/04 de 25 de Junho: "A acção do ordenamento do território deve assegurar, através dos seus instrumentos, condições que propiciem uma utilização sustentável nos termos da presente lei, da Lei de Terras e demais legislação relativa á utilização dos recursos naturais".

SOBRE A GESTÃO INTEGRADA DOS SOLOS

Já dissemos que a gestão integrada dos solos significa o aproveitamento da terra, tendo em conta os seus múltiplos fins, traçados em instrumentos de qualificação fundiária. Também dissemos que a gestão integrada dos solos não é a dimensão máxima do ordenamento do território. Resta apenas dizer o seguinte:

A necessidade de gestão integrada dos solos tem uma consequência imediata no contexto angolano: tendo o ordenamento do território em Angola uma função primariamente requalificadora, a necessidade de gestão integrada dos solos significa em muitos dos casos a reconversão de espaços que até agora estão aproveitados de modo não adequado a qualificação em instrumentos

de ordenamento do território. E já fomos intercetados em função de um dos nossos artigos sobre a necessidade de identificarmos o elemento preponderante: o ordenamento do território deve estar subordinado aos usos que são dados aos espaços (preferimos designar espaços para abranger todos recursos naturais), ou estes espaços é que devem depender das medidas de ordenamento de território encarnadas em instrumentos específicos?

Passeando pelas diversas disposições da Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo, daremos conta que o legislador não é tão rígido no sentido de fazer coincidir o ordenamento do território com os seus instrumentos. Em muitas ocasiões é possível fazer coincidir os instrumentos com os fins que são dados aos espaços.

ELEMENTO DETERMINANTE PARA O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Acontece que o denominador comum dos instrumentos de ordenamento do território é a função económica do recurso natural, quer seja a terra ou outro recurso. E nisto concordamos com Armando Morais Guerra in Temas de Direito Fundiário e do Ordenamento do Território, pág.190, ao dizer que "O ordenamento do território é um moderno conceito que tem a sua origem na ciência da economia, tido como uma técnica que visa encontrar a utilização óptima do espaço em função dos recursos naturais e das actividades económicas". E mesmo o artigo 4. n.1 da Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo, diz que "O ordenamento do território visa em geral a criação de condições favoráveis, que garantam os fins gerais do desenvolvimento económico e social, do bem-estar social, de defesa do ambiente e qualidade de vida dos cidadãos ... "

Desta forma, o elemento determinante para o ordenamento do território é a aptidão económica dos espaços. E o primeiro efeito prático que resulta desta conclusão, é que os planos de ordenamento territorial, que desdobram-se em Planos Directores Municipais, Planos de Pormenores, entre outros, devem partir do diagnóstico económico. Mesmo a questão da erosão dos solos, é um dado com reflexos económicos. É um dado a ser recomendado aos administradores municipais e governadores provinciais que á luz do Decreto-Lei n.2/02 de 3 de Janeiro têm responsabilidades acrescidas no domínio do ordenamento do território.

Concluindo:

O aproveitamento integrado dos solos não deve ser confundido com o ordenamento do território. Este conceito é mais amplo que aquele.

O ordenamento do território deve ser feito de modo

integrado, permitindo desta forma um aproveitamento equilibrado dos espaços. Para tal, é necessário que o ordenamento do território, repetimos, não seja percebido como o ordenamento dos solos. Mas sim com a dimensão do artigo 2., alínea i) da Lei do Ordenamento do Território.

Quer as acções de ordenamento do território, quer as acções de aproveitamento dos solos, devem ser feitas de acordo com as medidas de preservação do ambiente, que passa pela avaliação dos impactes ambientais em determinadas actividades, nos termos das disposições constantes do Decreto n.51/04 de 23 de Julho.

7 SERVIÇOS BÁSICOS

7.1 Nova operadora de recolha de lixo vai entrar em funcionamento nos próximos dias em Luanda

Jornal de Angola...05-01-08

Uma nova operadora de limpeza e saneamento vai entrar em funcionamento, nos próximos dias em Luanda, deu a conhecer, há dias o governador provincial, Job Capapinha que ao mesmo tempo, manifestou-se descontente com o desempenho das empresas do ramo que operam no município do Kilamba-Kiaxi.

O governador provincial, não revelou o nome da empresa, nem a sua capacidade instalada e muito menos quando iniciará as suas actividades, mas disse, no entanto, que ela deverá juntar-se à Kiaxe West, que opera no município do Kilamba Kiaxi faz tempo.

Job Capapinha, que falava quinta-feira, num encontro com os responsáveis das empresas de limpeza que operam no Kilamba Kiaxi, orientou a administração municipal a avaliar o desempenho destas, com a finalidade de definir aquela que melhor se adaptar às necessidades do município.

As operadoras deram a conhecer ao governador as dificuldades com que se debatem para a efectivação do seu trabalho, sendo o mau estado das vias de acesso, a principal causa. No Kilamba-Kiaxi, a Kiaxe West actua como principal operadora, enquanto as empresas Bongani, Lopaki, Kukomba, Império Austral e a Fiscais trabalham como parceiras.

Preocupado com estado de higiene da capital, o governador provincial exonerou, na quinta-feira, 3, Antas Miguel do cargo de director geral da Elisal, empresa afecta ao GPL, responsável pela limpeza e saneamento da capital, em seu lugar foi nomeado António Martins.

Em finais do ano passado, o Governo Provincial de Luanda implementou uma campanha denominada "Natal sem lixo", com o objectivo de imprimir maior dinamismo e responsabilidade às operadoras, à população e as administrações municipais e comunais.

7.2 GPL quer rever pagamento às operadora de limpeza

Jornal de Angola...08-01-08

O governador da província de Luanda, Job Capapinha, pretende que o Gabinete de Regulação do Modelo de Limpeza trabalhe com os operadores na estruturação

obrigatória de um quadro de pessoal técnico indispensável ao bom desempenho das mesmas.

Segundo o governador, que falava durante o acto de empossamento do novo director-geral da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (Elisal), António Lúcio Martins, é urgente repensar o critério de compensação das operadoras, seja por toneladas recolhidas, ou por área limpa e certificada, uma vez que o governo deve pagar pelo trabalho de limpeza da área definida para cada operadora.

Por este motivo, Job Capapinha orientou ao novo responsável da Elisal a concretizar com urgência esta acção. Igualmente, pretende que este melhore o diálogo e a abordagem técnica com o corpo de consultores estrangeiros contratados para avaliar a eficácia do modelo de limpeza, para que se faça uma regulação permanente, em função da realidade e da especificidade de cada município ou bairro.

Por outro lado, o governador disse que a Elisal e as administrações municipais e comunais devem trabalhar juntos para envolver a população, sobretudo a juventude, em acções de limpeza e de fiscalização dos seus serviços, e não só, através de brigadas específicas a serem criadas nos diversos bairros da cidade.

A Elisal, no âmbito do seu objecto, deve assegurar rigorosamente a concessão de serviços e a fiscalização do desempenho das operadoras de lixo, enquanto subcontratadas.

António Lúcio Martins, nomeado pelo governador no dia 3 de Janeiro, sucede, Afonso de Antas Miguel.

7.3 Governador defende diálogo para uma Luanda limpa

Jornal de Angola..09-01-08

Diálogo aberto e permanente entre a Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (ELISAL), administrações municipais e comunais, população e as empresas de recolha de lixo vai ajudar a manter Luanda limpa, defendeu ontem o governador de Luanda.

Num encontro com os administradores municipais, que contou com a presença de responsáveis das empresas de recolha de lixo, Job Castelo Capapinha apresentou o novo director da Elisal, Lúcio Martins.

De acordo com o governador, o diálogo com as administrações, as empresas de recolha do lixo e a população deverá ser a aposta da nova direcção da Elisal. Na sua opinião, esse diálogo deverá ser permanente e não ser quebrado para manter a cidade limpa. "Esta é a nossa aposta", afirmou o governador da capital, frisando que "vamos procurar vencer-la dentro de oito meses para apresentar uma Luanda limpa e mais organizada a nível interno".

A Elisal deverá cumprir o seu papel de fiscalizar os

serviços prestados pelas empresas que recolhem o lixo, adiantou Capapinha, para quem, se, por um lado, o Governo ganha com a imagem da cidade limpa, por outro as operadoras recebem dinheiro, pelo que devem prestar melhor serviço.

"Se a cidade está apresentada à medida do dispêndio financeiro do Governo, pois então o Estado tem ganhos porque oferece serviço de qualidade à população", disse.

Segundo Job Capapinha, o Governo privilegia os empresários nacionais na execução de alguns projectos e acções de interesse público, pelo que todos devem prestar um serviço de qualidade.

"Independentemente da condição política, ideológica, social ou religiosa dos proprietários das empresas de limpeza, os serviços prestados por estas devem ser responsabilizados e fiscalizados da melhor forma, no quadro dos contrato que assinaram", disse o governador.

Não havendo privilégios para nenhuma empresa, o governador afirmou que as pessoas que têm algum posicionamento estratégico no país, por serem angolanos e interessados na vida empresarial, esses sim devem ter maior responsabilidade para apresentar um trabalho de qualidade em função das suas responsabilidades sociais, pelo que esta questão não deve inibir a direcção da Elisal.

(...)

O Governador Job Capapinha comendou igualmente à Elisal a introduzir, no seu modelo de trabalho, o Gabinete de Regulação do Modelo de Limpeza, que deverá trabalhar com as operadoras na estruturação obrigatória de um quadro de pessoal técnico indispensável ao bom desempenho das empresas de recolha de lixo. Portanto, referiu, o director da Elisal deve melhorar a abordagem técnica com os consultores estrangeiros contratados pela empresa sobre a eficácia do modelo de limpeza, procurando a sua regulação permanente, em função da realidade e da especificidade de cada município ou bairro de Luanda.

7.4 Município de viana tem nova operadora de recolha de lixo

Jornal de Angola...17-01-08

Dentro de três meses, o município de Viana terá uma nova operadora de recolha de lixo, revelou o director geral da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (ELISAL), António Lúcio Martins.

De acordo com António Martins, a introdução de uma nova operadora naquele município, que se vai juntar a uma outra já existente, tem como objectivo dar resposta às exigências do crescimento populacional que a localidade tem conhecido, sobretudo nos últimos

anos.

O director-geral da Elisal disse que na altura em que foi implementado o modelo de recolha de resíduos sólidos o município tinha aproximadamente 400 mil habitantes.

"Hoje já se justifica a introdução de uma nova operadora, porque estamos com o dobro de habitantes ou mais do que isso Esta foi uma das principais razões pela qual contratámos uma nova operadora ", disse.

Para a implementação do projecto de limpeza com duas operadoras decidiu-se repartir o município em duas zonas operacionais. Uma ficará com a operadora existente (Solimpel), enquanto que a outra zona ficará com a nova operadora.

O novo modelo de gestão de resíduos sólidos de Luanda começou a ser implementado em finais de 2005. Já abrangeu todas as zonas urbanas da capital do país.

Aprovado a 9 de Abril de 2003, pelo Conselho de Ministros, o novo modelo de gestão de limpeza pública para a província de Luanda teve início a 17 de Agosto de 2004 a criação, pelo Governo Provincial de Luanda, da Elisal-EP, em substituição da Elisal. UEE, cuja gestão estava entregue à Urbana 2000.

Operam em Luanda várias operadoras de recolha de lixo, nomeadamente a SGO, a Envirobac, CSA, Rangol, Solimpel, Mesan Cleaning Lda, Bel, Kiaksi West, Bongani Investment, Triambiente, Prometeus e Etu Kia.

Por outro lado, o director-geral da Elisal procedeu recentemente à nomeação de quadros seniores da empresa. Assim, em despacho tornado público terça-feira última, Lúcio Martins nomeou o engenheiro Pedro Samuel John Júnior para o cargo de director de Planeamento da empresa, enquanto que Raimundo Lobato Pires Neto foi indicado para ocupar o cargo de director da Fiscalização.

A Elisal é uma instituição colectiva dotada de personalidade jurídica, de autonomia administrativa, financeira e patrimonial e tem como objectivo social a prestação de serviços públicos de limpeza, manutenção e expansão da rede de esgotos das áreas urbanas da província de Luanda.

7.5 Município do Rangel terá novas valas de drenagem

Jornal de Angola...18-01-09

O município do Rangel vai, a partir dos próximos meses, beneficiar de novas valas de drenagem que vão permitir o escoamento das águas na vala do Senado da Câmara. A iniciativa, proposta pela administração local, surge no âmbito da resolução dos problemas que apontam os municípios.

O administrador do município, João Domingos, garantiu que vão ser construídas, ainda no fim do primeiro trimestre deste ano, seis salas de aula, avaliadas em aproximadamente 52 milhões de Kwanzas, na escola 5.013, situada no bairro da Terra Nova. As mesmas vão albergar mais 300 alunos do I ciclo.

De acordo com João Domingos, o município tem, igualmente, vindo a beneficiar, no âmbito do plano de desconcentração, de algumas acções desde Agosto do ano findo, como a construção de dois campos multidisciplinares de educação física nas escolas 5.028 e 5.012, cujo valor está orçado em cinco milhões de Kwanzas.

"A desconcentração"de verbas aos municípios é mais um passo para a resolução dos problemas que afligem, de certa forma os cidadãos do município do Rangel e com a concretização desta já poderemos encarar com firmeza algumas das acções", sublinhou.

O administrador sublinhou ainda que a reconstrução do saneamento básico na escola 5. 019, situada no bairro da Terra Nova, é outra preocupação da administração, uma vez que, desde a conclusão das obras de reabilitação, esta instituição não tem apresentado fonte de segurança para a saúde das crianças.

Consta ainda no plano projecto do município, a construção de dois parques de estacionamento, um no bairro Nelito Soares e o outro defronte a administração.

Também está previsto, no Rangel, a plantação do perímetro florestal a nível do Rangel de maneira a minimizar o problema do lençol de água, que tem preocupado os munícipes e está a ganhar outros contornos nos arredores da comuna da Terra Nova, concretamente, nas ruas das Cés e das Bés. A plantação deste perímetro, de acordo com uma fonte, está orçada em mais de 18 milhões de Kwanzas.

7.6 Administrações, munícipes e quadros

Jornal de Angola...19-01-08

O município do Rangel vai ter novas valas de drenagem para permitir o escoamento das águas, no quadro de um programa da Administração local que visa resolver os problemas dos munícipes.

Agora que muitas administrações municipais podem fazer uso, enquanto unidades orçamentais, de verbas atribuídas pelo Orçamento Geral do Estado, os cidadãos esperam, com muita expectativa, que muitas coisas venham a mudar nos seus municípios, particularmente no que concerne à reabilitação de infra-estruturas diversas.

Todos acreditamos que com a afectação de verbas aos municípios, muitos problemas hão-de ser resolvidos com celeridade, resultando daí melhores serviços para as populações que passarão a ter uma melhor qualidade de vida.

E preciso que se preste, entretanto, uma particular atenção à fiscalização das obras que são executadas por diferentes empreiteiras. As administrações municipais têm de se dotar de estruturas capazes de verificar se as obras estão ou não a ser bem executadas. Há muitos quadros no país desempregados, mas competentes, e a quem não é muitas vezes dada a oportunidade para prestarem serviços no Estado.

É necessário que as administrações municipais comecem a ter hábitos de ir aos institutos médios e às universidades, para recrutamento de quadros talentosos, que possam contribuir grandemente para a resolução de inúmeros problemas dos nossos municípios.

Os administradores municipais podem ainda recorrer aos quadros (médios e superiores) que moram nos municípios que dirigem, para deles recolherem subsídios necessários à sua actividade de dar aos munícipes uma vida condigna. O que é importante é que haja iniciativa no sentido de se conceberem planos que permitam mobilizar esses quadros, a fim de engajá-los no grande esforço de reconstrução nacional.

7.7 As noções aritméticas da «qualidade de área limpa»

S.Angolense...19-01-08

Na terça-feira, o governador provincial de Luanda apresentou o que para ele será uma tese inovadora, quando sugeriu à ELISAL, a empresa concessionária do mercado de recolha de lixo, para repensar os métodos de compensação dos operadores do sistema.

Job Capa pinha pediu que a ELISAL estabeleça o pagamento dos operadores com base num de dois parâmetros: ou são pagos por tonelada recolhida, como é feito até agora, ou são-no pela «qualidade da área limpa».

Mas o governador apressou-se logo a desqualificar o sistema de compensação em vigor, declarando que «a prática tem demonstrado que pelo facto do pagamento ser feito por toneladas recolhidas, as empresas de saneamento estão mais preocupadas em correr ao aterro sanitário para pesar e ganhar, do que limpar de facto a cidade».

Este último facto pode significar que os que forem decidir sobre o próximo critério de compensação haverão de sentir-se constrangidos a optar pelo sistema baseado na «qualidade de área limpa».

E, ao fazê-lo, estarão a incorrer no que pode ser aqui

apresentado como a maior dificuldade que se pode colocar a aritmética elementar.

Com efeitos pagamentos são mensuráveis em função de quantidades determinadas de bens ou serviços adquiridos.

Tanto se pode pagar por um metro quadrado de área construída, como se pode pagar um saco de feijão ou até uma tonelada de lixo recolhido, mas, como determinar, no entanto, o pagamento da «qualidade de área limpa», se, por si só, isso apenas representa um conceito abstracto e não mensurável?

E preciso notar que o governador, que na ocasião em que apresentou, posta também ordenou os operadores do sistema a limparem definitivamente a cidade até ao fim dos próximos oito meses, demonstrou ser um homem preocupado com o saneamento de Luanda.

(...)

Preconceitos à parte, esse «handicap» da administração política de Luanda pode trazer maus resultados. Na questão do sistema de compensação proposto pelo governador, podem adivinhar-se complicações quando não se puderem estabelecer padrões para determinar quando é que uma área foi limpa com qualidade e, com base nisso, surgirem dificuldades nos critérios de ressarcimento das empresas.

Diga-se que teremos, caso os decisores se inclinem para a proposta de Job Capapinha, um sistema de compensação autoritário, mas ao mesmo tempo desprovido de rigor, porquanto, sempre que desencorajar os operadores, tornará ineficaz o processo de recolha de lixo.

7.8 O lixo eleitoralista e as favelas da odebrecht

Capital..26-01-08

1 Após o fim da quadra natalícia, o governador provincial de Luanda, Job Capapinha, mostrou alguma preocupação pela falta de higiene da nossa capital. De tal forma que, dias depois, tomou a decisão de exonerar o até então director-geral da Elisal, o Eng. Antas Miguel. Com tal exoneração, Job Capapinha indiciou haver alguma responsabilidade dessa empresa na acumulação de lixo que a todos nós apoquentam.

2 Estamos perante a prática, da exoneração "dos debaixo", quando as coisas não correm bem, algo que já é corrente a certos níveis da nossa sociedade, uma estratégia que até costuma ser executada, com enorme mestria e uma boa dose de maquiavelismo, desde que ascendemos à independência. Assim, fica sempre protegida a imagem do "chefe", e passa-se a ideia de que os "chefes" são sempre bons e competentes, só que mal rodeados, mal aconselhados, ou então, é

porque alguém trai, deliberadamente ou por incúria, as suas "sábias orientações". Os "chefes" realizam assim o típico exercício do "sacudir a água do capote".

3. Pela execução desse passe, de mágico, o governador provincial de Luanda, Job Capapinha, não vai merecer o meu aplauso, porque ele não foi o seu inventor. Melhor dizendo: ao desresponsabilizar-se dessa forma, o nosso Job "cabulou".

4 Não satisfeito com a l "cábula", Capapinha fez outra borrada. Em reunião com os responsáveis das empresas operadoras da recolha do lixo na nossa capital, reconheceu publicamente que esse negócio é um autêntico chuchar na teta da vaca, é um verdadeiro maná que enche os bolsos de alguns, poucos, graúdos da nossa política doméstica. É claro que ele não nos deu qualquer novidade. Novidade seria, por exemplo, se Job Capapinha tivesse dito que esse e outros chorudos negócios são obtidos de uma forma lícita e transparente, através de concurso público, por quem faz a melhor oferta, por quem tem mais competência, por quem não recorre ao tráfico de influências, uma prática tão querida desta nossa nomenclatura depredadora, e que chega até a ser, por vezes, mesmo muito mafiosa.

5. Como que em jeito de • remate final, Job Capapinha lá foi recomendando aos responsáveis das operadoras da limpeza do lixo que, até finais de Agosto, ele queria a cidade bem limpinha, porque vamos ter eleições... Repito, o descuidado do nosso Job disse-nos que quer a cidade limpinha, pois temos à porta as eleições. Pronto, o governador de Luanda enrolou-se na própria corda que tinha na mão. Ou melhor, sem qualquer pudor, ele desnudou-se em público, fez strip-tease político, mostrou as suas escondidas motivações. Ficamos assim a saber que o seu problema não é o lixo em si, pelo mal que ele nos causa.

6. Job Pedro Castelo Capa, pinha preocupa-se, afinal, com o lixo, por causa das eleições, "através" das quais entraremos na lei do vale tudo, até mesmo arrancar olhos... Savimbi proclamou as "calças novas em Setembro". Agora temos aqui Capapinha a ensinar-nos que, depois das eleições de Setembro, podem deixar novamente a cidade suja, pois a limpeza que ele deseja é uma "limpeza eleitoralista", do tipo "para eleitor ingénuo ver... ". Estamos esclarecidos: depois das eleições, continuaremos certamente a ver os amontoados de lixo, também os buracos nas ruas que nos dão a impressão que vivemos numa cidade desgovernada, cheia de charcos, também os mosquitos, também os constantes cortes de energia, também a água aos soluços, também o trânsito caótico, a nossa já simbólica desordem urbanística, uma cidade que está a ficar descaracterizada muito à custa das obras feitas

pela Odebrecht.

7 Uf! chegamos, finalmente, à Odebrecht. Porque razão o nosso zeloso governador de Luanda não vê a qualidade das obras que a Odebrecht vai disseminando um pouco por esta cidade? Será pela pressa de se apresentar obra por causa das eleições?

8. Eu penso que a ansiedade., causada pelas eleições não pode ofuscar as nossas mentes, ao ponto de não vermos que estamos pura e simplesmente a ser tomados por tolos. Essa e muitas das outras construtoras, impingem-nos gato por lebre, com soluções urbanísticas que somente lembram ao diabo. Hoje, vou apenas ilustrar isso com um exemplo muito concreto.

9 A Odebrecht está a instalar uma rede de esgotos que passa pelo Bairro Kassequel, pelo Bairro Mártires de Kifangondo, atravessa a avenida que dá para o aeroporto, certamente descerá pelo Bairro Kassenda, para depois ir despejar os resíduos líquidos no mar. Essa obra é necessária para o saneamento daquela parte da nossa cidade. Porém, para além dos trabalhos estarem a durar uma eternidade, a sua construção foi acompanhada do rebaixamento do nível da rua para níveis que, por vezes, chegam quase a ultrapassar os dois metros. Essa não é, seguramente, a única solução urbanística, e muito menos a melhor. E o bom do nosso Job não vê nada.

10 De um dia para o outro, 'os moradores dos Bairros Kassequel e Mártires de Kifangondo, que tinham as suas casas ao nível da estrada, passaram a morar numa espécie de morro. Têm agora que galgar elevados desníveis para acederem aos seus portões. Os brasileiros da Odebrecht desconsideraram os direitos dos cidadãos desses bairros, causando danos em inúmeras famílias, pois já houve quem tenha quebrado pernas e braços, ao escorregaram das alturas até à estrada. Há mesmo idosos que deixaram de sair de casa, de há dois anos a esta parte. Segundo sei, a Odebrecht prepara-se agora para esburacar as ruas do Bairro Mártires de Kifangondo, para que elas fiquem ao nível da estrada que eles rebaixaram. Para sairmos de casa, vamos todos agora ter que aprender a fazer "escorrega", deslizando por aí a baixo, talvez como fazem os moradores das favelas., do Rio de Janeiro.

11 Senhor governador, pare, com isto imediatamente! Saiba que eu não o vou deixar ficar descansado, enquanto o senhor continuar a assistir ao triste espectáculo da Odebrecht, a partir do seu camarote camarário! Ou será que?.. Enfim, etc., e tal. !

8 PAZ E RECONCILIAÇÃO

8.1 Paz em cabinda é uma realidade

Jornal de Angola...03-01-08

O comandante da Segunda Região Militar (província de Cabinda), general Marques Correia Banza, destacou o clima de estabilidade que a província vive desde a assinatura do memorando de entendimento para a paz e reconciliação entre o Governo e o Fórum Cabindês para o Diálogo (FCD).

Falando na cerimónia de cumprimento de fim de ano, a alta patente militar afirmou que a livre circulação de pessoas e bens em Cabinda é agora uma realidade, fruto da estabilidade que a província vive.

Sublinhou que esta estabilidade resulta particularmente do empenho de todos na implementação do memorando de entendimento para a paz e reconciliação nesta parcela do território nacional.

Para 2008, o general apontou como prioridades a prestação de uma atenção especial na organização e elevação da prontidão combativa das tropas.

Anunciou ainda a continuação da implementação dos programas da reconstrução dos quartéis no Tando Zinze, Dinge, Bucu-Zau, Belize, bem como de um nova nave no campo militar do Chinga, visando a melhoria das condições de aquartelamento das tropas.

Atenção especial deverá igualmente ser dada à luta para a erradicação do analfabetismo no seio dos efectivos e na elevação dos níveis académicos.

Consta ainda das prioridades para 2008, a melhoria da organização, controlo e registo do pessoal e meios materiais, assim como o reforço da disciplina militar a todos os níveis.

"Todavia, a implementação deste conjunto de acções constitui um sério desafio para todos nós, concluiu o general.

8.2 Angola é uma referência em África pela forma como alcançou a Paz

Jornal de Angola...06-01-08

Angola é uma referência importante em África pela forma eficaz e definitiva como resolveu o conflito armado interno e ajuda a sanar conflitos militares em países vizinhos. Quem o diz é o vice-governador do Kwanza-Norte para a Organização e Serviços Técnicos, Miguel Jorge Caxino.

O governante fez tal afirmação quando presidia a abertura da reunião de balanço anual do Exército que durante dois dias examinará, na capital da província do

Kwanza-Norte, as acções daquele órgão das Forças Armadas Angolanas (FAA), desenvolvidas durante o ano 2007.

Segundo o vice-governador, o exemplo de organização e a elevada capacidade combativa permitiram ao país a conquista de retumbantes vitórias desde a fundação e institucionalização das Forças Armadas Angolanas logo após a conquista da independência nacional, a 11 de Novembro de 1975.

Jorge Caxino reiterou o reconhecimento do governo do Kwanza-Norte ao papel dos efectivos das Forças Armadas estacionados na 83 Região Militar, no socorro às vítimas de calamidades naturais, no auxílio ao governo na prestação de serviços de saúde às populações, na alfabetização e na promoção do ensino nas escolas anexas a unidades militares.

Fez notar a importância da reunião de balanço anual do Exército, enfatizando que encontros do género permitem a troca de experiências, a formulação de estratégias e o intercâmbio entre as diferentes regiões militares, ao mesmo tempo que promovem a convivência entre o exército e as populações. Destacou o facto de a reunião avaliar a amplitude e a eficácia do sistema de instrução e a situação de recuperação de infra-estruturas destruídas, para além de abordar as condições de trabalho e de acomodação das tropas, "sem descurar a necessária reflexão sobre os desafios que o Exército angolano tem por enfrentar no contexto geo-estratégico de África e do mundo".

"O mundo contemporâneo brinda-nos de exemplos suficientes da importância e das vantagens dos países possuem exércitos organizados, bem treinados, moralmente fortes e conhecedores das suas reais missões, em clima de paz ou de guerra", pontualizou.

Sob a presidência do chefe do Estado Maior do Exército, general Jorge Barros "Guto", a reunião de balanço anual do Exército está a radiografar as realizações nos domínios administrativo e dos programas de instrução e de ensino, inerentes ao ano findo.

A sessão que decorre no Quartel General do Comando da Oitava Região Militar tem ainda como objectivos a análise da situação das infra-estruturas do Exército e a perspectivação das actividades para 2008.

Diferentes responsáveis a nível do Estado Maior do Exército e das regiões militares participam no fórum.

8.3 José Eduardo garante apoio à manutenção da Paz

Jornal de Angola...11-01-08

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, garantiu ontem ao corpo diplomático acreditado no país que Angola vai continuar a pronunciar-se a favor

das iniciativas e acções da Comunidade Internacional que visem a restauração e manutenção da paz e da estabilidade em África e no mundo.

O apoio de Angola, de acordo com o Chefe de Estado angolano, que discursava na cerimónia em que recebeu cumprimentos de Ano Novo dos embaixadores acreditados no país, será extensivo à promoção do reforço do entendimento e da cooperação entre Nações.

José Eduardo dos Santos expressou a sua convicção de que em países como o Sudão, Somália e a Leste da República Democrática do Congo "poderá haver uma evolução positiva, se de facto houver a pressão adequada da Comunidade Internacional e se todas as partes intervenientes concluírem acordos políticos justos e os respeitarem".

Através do diálogo construtivo e da tomada de medidas conjuntas é possível ter em conta as legítimas preocupações e interesses de todas as partes envolvidas e encontrar soluções justas e duradouras", disse o Chefe de Estado.

Na agenda de todos os diplomatas e dirigentes políticos e da sociedade civil, o Presidente da República pediu que sejam inseridas questões como terrorismo e a grande instabilidade que causam no Iraque, Afeganistão e noutros lugares; as guerras pela disputa do poder em certas regiões de África; as consequências nefastas do aquecimento global da atmosfera em vários países; doenças endémicas e pandemias que assolam os países mais atrasados e ainda a fome e a miséria.

José Eduardo dos Santos considera que estas questões são tão graves que constituem uma séria ameaça à paz e segurança internacionais".

8.4 Reitor defende um espaço de cultura de Paz na Universidade Agostinho Neto

Jornal de Angola...16-01-08

O reitor da Universidade Agostinho Neto (UAN), João Sebastião Teta, disse ontem em Luanda que a instituição que dirige deve ser "um grande espaço de cultura de paz, de inovação e criatividade.

O reitor discursava na cerimónia de encerramento da 1ª Conferência Internacional sobre Direito, Ética e Responsabilidade Social, que decorreu em Luanda de 14 a 15 do mês em curso.

Segundo João Teta, "numa altura em que se espera do povo angolano decisões responsáveis, é (a conferência) prova da consciência que a universidade tem sobre a responsabilidade social para com os cidadãos".

O reitor enfatizou o objecto social da UAN, que, segundo ele, "deve ser um centro de discussão objectiva dos grandes temas da actualidade, sempre na

perspectiva de verdade científica que permita definir quadros e cenários políticos".

Ao recordar que formar é o acto de habilitar o homem com conhecimentos necessários ao saber ser, ao saber estar e ao saber fazer, o reitor sugeriu à Faculdade de Direito a retoma do debate sobre a ética académica e a responsabilidade social da UAN.

Segundo João Teta, "com a realização destes debates pela Faculdade de Direito esta instituição vai contribuir para a consolidação da identidade da UAN". Não é possível ser-se socialmente responsável sem identidade -rematou.

Para o reitor, "a universidade deve ser a memória colectiva, contribuindo para a preservação do passado e do presente, criando uma memória de acordo com os interesses da sociedade".

8.5 Polícia apreende mais de 90 armas no Kwanza-norte

Jornal de Angola...17-01-08

A Polícia Nacional no Kwanza-Norte recolheu 97 armas de fogo que se encontravam em posse de cidadãos civis. As apreensões foram feitas no decurso de operações realizadas no ano de 2007, soube ontem a Angop em Ndalatando.

Segundo o porta-voz do Comando Provincial do Kwanza-Norte da Polícia Nacional, Gaspar José, foram ainda apreendidos 61 carregadores, duas mil e 799 munições, 72 projecteis diversos, 18 explosivos três canhões B-10 e um obus de RPG7.

A Polícia apreendeu também bens domésticos diversos, duas viaturas, supostamente furtadas por meliantes, mil e 870 quilogramas de liamba, assim como destruiu 148 plantas desse estupefaciente, disse.

Gaspar José deu igualmente a conhecer a captura de 167 cidadãos envolvidos em crimes, sobre os quais recaiam mandatos de captura.

8.6 Fórum "Pro peace" defende democratização da governação do país

Cruzeiro do Sul...19-01-08

O investimento rigoroso nos mecanismos que possibilitam a participação activa da sociedade civil na decisão dos principais rumos do país, bem como a consideração e o devido respeito às iniciativas particulares que visam estimular o desenvolvimento social em todos os ramos, constituem, entre outros, alguns dos principais traços defendidos pelo primeiro congresso arquidiocesano "PRO PACE", decorrido, na Cidade do Lubango, província da Huíla, entre

O fórum, uma iniciativa da comissão arquidiocesana de Justiça e paz, visou contribuir para a reabilitação do país, mediante a sua reconciliação e reconstrução política, sócia e económica, e reuniu cerca de dez dioceses, que durante cinco dias, se debruçaram sobre temas como, "Democracia e Cidadania", "Democracia e desenvolvimento", "Democracia e Direitos Humanos, Democracia e alternância no poder", "Democracia e oposição", "Democracia e liberdade de imprensa", "Democracia e eleições, Unidade na pluralidade", entre outros.

Na opinião do padre Simeão Caita, um dos participante e porta voz do evento, o país vive um visível momento de crescimento socio-económico, que deve ser cuidadosamente preservado pela governação, que, segundo explicou, deve pautar por um modelo de liderança mais aberto e flexível de modos a facilitar a expressão e participação dos populares, em representação da sociedade angolana. "O país abriu-se para uma nova era, caracterizada por um crescimento salutar, a todos os níveis. Contudo, há a necessidade de se preservar esses ganhos, de modos a que os mesmos se façam sentir nas vidas dos populares. Esse é, de resto, um dos grandes desafios para os nossos governantes, que para tal devem abrir-se mais para o cidadão, valorizar as suas iniciativas e contributos", salientou.

Operelado apelou igualmente aos cidadãos, para uma consciência de participação e opinião, fazendo o uso do seu direito, dado que são todos chamados a contribuir para o desenvolvimento do país, desde que, o mesmo seja feito, em conformidade com os padrões legais. "Vamos ser amantes da democracia, usar da nossa liberdade, respeitando a dos outros. Desta forma, estaremos todos a cumprir o dever que nos cabe de desenvolver a nossa querida pátria", frisou o padre, que não deixou de convidar a aqueles ao cumprimento do seu dever de cidadania, aderindo sem receio as eleições que se avizinham.

O referido certame, o primeiro de uma série de sessões que irão beneficiar pelo menos mil participantes (100 participantes por congresso), tidos pela organização, como pessoas com influência no povo e capazes de serem multiplicadores das acções de educação.

Para além de fiéis e outros membros da sociedade civil, o destaque para os convidados vai para as autoridades governamentais, políticas e militares.

8.7 Policia

Agora...19-01-08

O desarmamento da população civil é uma tarefa que se impõe. Além de todas as forças vivas, cabe à Policia assumir a peito essa responsabilidade, já que o

armamento que se encontra na posse de civis tem sido uma das causas da morte de pessoas, tanto no meio urbano como no suburbano. Nos últimos tempos, a onda de perdas humanas tem sido constante, havendo a necessidade de se frenar essa tendência das coisas. Pelo que se constata, embora aqui e acolá tenham sido manifestadas intenções para a recolha das armas, esses objectos mortíferos ainda estão debaixo dos colchões e das cabeceiras de muita gente, na base do falso pretexto de que assim agem pela sua protecção física. Um país calmo, onde não se ponha em perigo a vida dos cidadãos, depende também da atitude das autoridades que, por meio de incentivos, poderiam impelir a população à entrega voluntária dos artefactos da morte. Tem de haver campanhas de sensibilização para que as armas estejam só nas mãos de militares e policiais, a quem cabe a tarefa de defender a integridade da nação.

8.8 Surgiu uma nova Mpalabanda

Angolense...26-01-08

Os membros das extinta associação cívica de Cabinda Mpalabanda fizeram sair na semana finda, um manifesto que pode fazer ressurgir a referida organização, com mais de tres mil e quinhentas assinaturas

Introdução - A nossa identidade como Nação foi marcada, nestas três últimas décadas, por uma profunda crise. Esta constatação decorre das adversidades históricas e políticas vividas pelo seu Povo. Essas vicissitudes tiveram o mérito de fazer germinar uma consciência identitária mais sólida, tornando-se o "húmus" de todo o nosso processo de emancipação política. Durante mais de trinta anos, fomos imposta a lei da humilhação, deportação, discriminação, mordada, do chicote, dos maus-tratoss e de uma negação insistente e persistente do nosso ser enquanto Povo e enquanto Nação.

Nós, Signatários deste Manifesto, fazemo-lo com espírito de fidelidade à Terra (espaço comum), à História (memória colectiva) e à Identidade (rostro específico). Esta tríade realidade, que nos agrega, ultrapassa os aspectos meramente visíveis. Daí que a nossa missão é a de colocarmos ao serviço desta nobre causa todo o nosso capital intelectual e afectivo.

Por isso, trazemos ao mundo, de forma clara e inequívoca, a vontade e a determinação que nos animam neste momento decisivo da nossa História.

QUEM SOMOS

O Tratado de Simulambuco veio cimentar os traços étnico-culturais da nossa identidade como Nação. Esta foi reconhecida como entidade sui júris pelas potências coloniais. A História assim o atesta. Afirmamo-nos, por

consequência, como legítimos herdeiros dos Reinos de Ngoio, Kakongo e Loango que já existiam muito antes da chegada dos europeus. É testemunho disso o disposto na Constituição Portuguesa de 1933, no nº 2 do seu Artº 1º; claramente expresso no mapa «prefigurativo da África» da OUA, 1965, onde aparece sob o nº 39; e o da Liga das Nações, de 1917, para apenas citar estes. Por outro lado, as diligências para a independência dos dois territórios (Angola e Cabinda), abinitio, junto de instâncias internacionais, foram feitas separadamente. Neste contexto, Cabinda é uma entidade nitidamente separada de Angola, geográfica e historicamente. Pretender o contrário, é escamotear a verdade da História. Esta não mente.

A NOSSA CONDIÇÃO

Situações históricas, impregnadas de injustiça clamorosa, integraram Cabinda no Estado Angolano. Isto só aconteceu em 1956, por motivos meramente administrativos, a exemplo doutras potências coloniais (v.g. Bélgica). Começa aqui o nosso calvário. Uma «descolonização vergonhosa» fez de Cabinda oferta, moeda de troca e mais uma vítima de um comunismo desenraizado, desactualizado, descontextualizado, pseudo-humanista, sob capa de um internacionalismo. Instaurou-se um regime tipicamente colonialista que, sob todas as formas, persiste em negar a nossa identidade. De tempos a tempos, vai reciclando, renovando e inovando os seus instrumentos de perseguição, tortura e maquinação política, com clemências, amnistias, integracionismos, memorandos e outros quejandos, envolvidos num manto de falsidade. A guerra em consequência, continua a sacrificar, inutilmente, filhos Angolanos e Cabindeses. Importa esclarecer à opinião pública que a guerra em Cabinda não é fratricida mas, antes, ocupacionista. Ela acarreta um rosário de atrocidades, mortes e arbitrariedades; populações rurais impedidas de levar uma vida normal; estrangeiros na própria terra.

Neste contexto de dominação colonial, não são estranhos fenómenos como o ostracismo e a miséria; a espoliação sistemática e desenfreada dos recursos naturais, mormente o petróleo, a mãe da nossa desgraça. Este tornou-se mais importante do que o Povo que o pertence. Por isso, orienta:

- a) As políticas do empobrecimento: Malongo é um antro de injustiça, marginalização e racismo;
- b) As políticas de desertificação humana e económica (transferências forçadas de quadros Cabindeses para Luanda);
- c) As políticas de usurpação, conluio e insensibilidade diante do sofrimento do Povo de Cabinda;
- d) As políticas de aliciamento e de falsas conversações: os petro-dólares servem para tudo, importando apenas os dividendos políticos;

e) A presença de empresas e bancos incapazes de deixarem uma marca das avultadas somas que encaixam com projectos de facturação duvidosa e salários de miséria que pagam aos Cabindeses.

O QUE NEGAMOS

Os signatários deste «Manifesto» declaram-se frontalmente contrários:

A deixar o nosso destino em mãos alheias, às políticas ensaiadas para adiar sistematicamente a resolução do diferendo entre Angola e Cabinda, às tentativas constantes de desfigurar culturalmente Cabinda com a permanente ofuscação e negação da língua Ibinda e a eliminação, pura e simples, das toponímias autóctones, à regeneração do espírito da DISA (Direcção de Informação e Segurança de Angola) e dos seus métodos repressivos tendentes a silenciar figuras e personalidades que não entram no seu quadro de subserviência, às manobras de divisão no seio da Nação Cabindesa ao cerceamento das liberdades fundamentais.

O QUE EXIGIMOS

Passaram-se cento e vinte e dois anos, durante os quais Portugueses e, depois, Angolanos manifestaram incapacidade em interpretar, objectivamente, a legítima aspiração da Nação Cabindesa à autodeterminação. Independências recentes quer na Europa quer em África trouxeram à tona uma verdade irrefutável: a liberdade é válida para todas as nações que por ela almejam. Daí serem injustos os epítetos ridículos e despropositados como «separatistas», «independentistas», etc., quando estamos num contexto de anexação manu militari.

Nós, os Signatários do presente Manifesto, tendo em conta tudo o que foi dito, feita uma reflexão profunda e amadurecida sobre o actual momento histórico-político em que se insiste em falsear o objecto primário das nossas

reivindicações, exigimos, com todo o peso da responsabilidade histórica que impende sobre os nossos ombros, o seguinte: o reconhecimento inequívoco do único objecto das reivindicações da Nação Cabindesa: a nossa autodeterminação, pois, «Não une o Homem o que Deus separou» (D. Franklin da Costa. Cf. in Sic N).

A criação de um quadro político propício para um diálogo sincero e inclusivo com os legítimos representantes da Nação Cabindesa.

O fim do clima de repressão política e policial em Cabinda.

O respeito escrupuloso da nossa dignidade como pessoas com direito à vida, à liberdade (de pensamento, de expressão, manifestação, opinião, etc.).

O fim da guerra ocupacionista e a abertura do caminho

conducente a uma paz verdadeira e duradoura. Um novo clima de convivência, dentro do respeito mútuo entre Cabindeses e Angolanos.

Apelo aos Partidos Políticos Angolanos e à Sociedade Civil

O destino do Povo Cabindês também é vossa responsabilidade. O futuro de Cabinda poderá ser, para vós, motivo de orgulho ou de vergonha. Orgulho, se fordes capazes de ajudar a construir, neste Território, um futuro de verdadeira paz e de dignidade fraterna; vergonha, se persistir o sentimento de imposição de soluções humilhantes e de subjugação deste Povo Irmão, em nome de hegemonismos absurdos e de egoísmos de dominação. Pesa também sobre os vossos ombros o erro histórico cometido em Alvor, em 1975, que produziu os acordos de triste memória que em tudo morreram, excepto no que a anexação de Cabinda dizia respeito.

Reconhecemos que a vossa acção já tem sido algo notória, porém, é preciso mais empenho, mais envolvimento, mais acutilância, mais frontalidade e mesmo mais verdade. Mais do que o petróleo que acirra ambições, quantas vezes desmedidas, em Cabinda está um Povo com a sua história, com a sua cultura, com as suas especificidades. Não permitais, pois, que a História e as gerações vindouras vos julguem e condenem por opções mal feitas e decisões deliberadamente mal tomadas.

APELO À IGREJA

A Igreja tem um papel histórico imprescindível na resolução do conflito de Cabinda. Testemunha-o a sua opção pela justiça, pela protecção dos mais fracos e oprimidos. Desde os primeiros momentos, a Igreja, em Cabinda, assumiu-se como profética. Daí as perseguições movidas contra clérigos autóctones, na vigência colonial e a opção pelo exílio, ao lado do Povo. Esta soube tomar a peito uma postura frontal contra a ideologia marxista-leninista, desafiando as autoridades políticas contrárias à propagação da fé cristã. E na esteira da mesma tradição, uma nova geração de sacerdotes e pastores adoptou, com autenticidade evangélica, a sua missão no seio do Povo, denunciando as injustiças.

É esta Igreja que queremos. Fiel às suas tradições, livre de compromissos políticos e voltada, inteiramente, para as suas ovelhas.

APELO À COMUNIDADE INTERNACIONAL

A comunidade internacional tem desempenhado um papel crucial na prevenção e resolução de conflitos entre povos e estados. Pese embora alguma ineficiência, ela é, hoje, mais do que nunca, imprescindível para a paz mundial e para a estabilidade internacional.

Neste contexto, os Governos com interesses em Cabinda devem compreender que a nossa terra não é só petróleo. É antes e acima de tudo um Povo, com direito à vida e ao usufruto dos seus recursos naturais.

Hoje, a partilha desenfreada da parcela de terra que Deus nos deu, por parte de interesses económicos estrangeiros, anda de par com o desprezo pelas nossas vidas e nossas aspirações. Com um olho, assistem, quotidianamente, à nossa morte, enquanto, com o outro, somam cifrões com as nossas riquezas que levam a troco de nada. Será que não têm um mínimo de sensibilidade?

Laçamos um apelo às Nações Unidas, à União Africana e à União Europeia, no sentido de adoptarem, com humanidade e responsabilidade, os mecanismos político-diplomáticos que visem abrir caminho para a emancipação definitiva da Nação Cabindesa. É isto que esperamos.

APELO AOS PAÍSES CIRCUNVIZINHOS

A instabilidade vivida em Cabinda sempre teve repercussões negativas nos países vizinhos. A actual política angolana, na região, com maior enfoque no sector da defesa e segurança, decorre, precisamente, do conflito em Cabinda. Acreditamos, por conseguinte, ser do interesse dos nossos vizinhos, com quem partilhamos não só uma fronteira comum, mas também a mesma cultura, a pacificação definitiva de Cabinda.

Apelamos, portanto, aos governos dos dois países que compreendam "o nosso drama e encetem, com coragem, mecanismos diplomáticos, junto do governo de Angola, para uma solução digna e justa da «questão de Cabinda».

CONCLUSÃO

A presente iniciativa tende a abrir espaço a uma nova abordagem do conflito de Cabinda. Ela visa buscar outros entendimentos que passem por uma nova capacidade de diálogo que nos conduza a uma solução. Esta deve satisfazer as mais lídimas aspirações da Nação Cabindesa, salvaguardando um futuro de cooperação, com reciprocidade de vantagens.

Queremos construir um futuro livre de traumas, violência e rancores, acumulados durante estes longos anos de conflito angolano-cabindês.

Por isso, AQUI ESTAMOS, para atestar que as nossas assinaturas representam a vontade do Povo - que - somos.

Feito em Cabinda, aos 10 de Janeiro de 2008

8.9 Manifesto da consciência da nação Cabindense

S. Angolense...26-01-08

Introdução - A nossa identidade como Nação foi marcada, nestas três últimas décadas, por uma profunda crise. Esta constatação decorre das adversidades históricas e políticas vividas pelo seu Povo. Essas vicissitudes tiveram o mérito de fazer germinar uma consciência identitária mais sólida, tornando-se o "húmus" de todo o nosso processo de emancipação política. Durante mais de trinta anos, fomos imposta a lei da humilhação, deportação, discriminação, mordada, do chicote, dos maus-tratoss e de uma negação insistente e persistente do nosso ser enquanto Povo e enquanto Nação.

Nós, Signatários deste Manifesto, fazemo-lo com espírito de fidelidade à Terra (espaço comum), à História (memória colectiva) e à Identidade (rostro específico). Esta tríade realidade, que nos agrega, ultrapassa os aspectos meramente visíveis. Daí que a nossa missão é a de colocarmos ao serviço desta nobre causa todo o nosso capital intelectual e afectivo.

Por isso, trazemos ao mundo, de forma clara e inequívoca, a vontade e a determinação que nos animam neste momento decisivo da nossa História.

QUEM SOMOS

O Tratado de Simulambuco veio cimentar os traços étnico-culturais da nossa identidade como Nação. Esta foi reconhecida como entidade sui júris pelas potências coloniais. A História assim o atesta. Afirmamo-nos, por consequência, como legítimos herdeiros dos Reinos de Ngoio, Kakongo e Loango que já existiam muito antes da chegada dos europeus. É testemunho disso o disposto na Constituição Portuguesa de 1933, no nº 2 do seu Artº 1º; claramente expresso no mapa «prefigurativo da África» da OUA, 1965, onde aparece sob o nº 39; e o da Liga das Nações, de 1917, para apenas citar estes. Por outro lado, as diligências para a independência dos dois territórios (Angola e Cabinda), abinitio, junto de instâncias internacionais, foram feitas separadamente. Neste contexto, Cabinda é uma entidade nitidamente separada de Angola, geográfica e historicamente. Pretender o contrário, é escamotear a verdade da História. Esta não mente.

A NOSSA CONDIÇÃO

Situações históricas, impregnadas de injustiça clamorosa, integraram Cabinda no Estado Angolano. Isto só aconteceu em 1956, por motivos meramente administrativos, a exemplo doutras potências coloniais (v.g. Bélgica). Começa aqui o nosso calvário. Uma «descolonização vergonhosa» fez de Cabinda oferta, moeda de troca e mais uma vítima de um comunismo desenraizado, desactualizado, descontextualizado, pseudo-humanista, sob capa de um internacionalismo.

Instaurou-se um regime tipicamente colonialista que,

sob todas as formas, persiste em negar a nossa identidade. De tempos a tempos, vai reciclando, renovando e inovando os seus instrumentos de perseguição, tortura e maquinação política, com clemências, amnistias, integracionismos, memorandos e outros quejandos, envolvidos num manto de falsidade. A guerra em consequência, continua a sacrificar, inutilmente, filhos Angolanos e Cabindeses. Importa esclarecer à opinião pública que a guerra em Cabinda não é fratricida mas, antes, ocupacionista. Ela acarreta um rosário de atrocidades, mortes e arbitrariedades; populações rurais impedidas de levar uma vida normal; estrangeiros na própria terra.

Neste contexto de dominação colonial, não são estranhos fenómenos como o ostracismo e a miséria; a espoliação sistemática e desenfreada dos recursos naturais, mormente o petróleo, a mãe da nossa desgraça. Este tornou-se mais importante do que o Povo que o pertence. Por isso, orienta:

- a) As políticas do empobrecimento: Malongo é um antro de injustiça, marginalização e racismo;
- b) As políticas de desertificação humana e económica (transferências forçadas de quadros Cabindeses para Luanda);
- c) As políticas de usurpação, conluio e insensibilidade diante do sofrimento do Povo de Cabinda;
- d) As políticas de aliciamento e de falsas conversações: os petro-dólares servem para tudo, importando apenas os dividendos políticos;
- e) A presença de empresas e bancos incapazes de deixarem uma marca das avultadas somas que encaixam com projectos de facturação duvidosa e salários de miséria que pagam aos Cabindeses.

O QUE NEGAMOS

Os signatários deste «Manifesto» declaram-se frontalmente contrários:

A deixar o nosso destino em mãos alheias, às políticas ensaiadas para adiar sistematicamente a resolução do diferendo entre Angola e Cabinda, às tentativas constantes de desfigurar culturalmente Cabinda com a permanente ofuscação e negação da língua Ibinda e a eliminação, pura e simples, das toponímias autóctones, à regeneração do espírito da DISA (Direcção de Informação e Segurança de Angola) e dos seus métodos repressivos tendentes a silenciar figuras e personalidades que não entram no seu quadro de subserviência, às manobras de divisão no seio da Nação Cabindesa ao cerceamento das liberdades fundamentais.

O QUE EXIGIMOS

Passaram-se cento e vinte e dois anos, durante os quais Portugueses e, depois, Angolanos manifestaram

incapacidade em interpretar, objectivamente, a legítima aspiração da Nação Cabindesa à autodeterminação. Independências recentes quer na Europa quer em África trouxeram à tona uma verdade irrefutável: a liberdade é válida para todas as nações que por ela almejam. Daí serem injustos os epítetos ridículos e despropositados como «separatistas», «independentistas», etc., quando estamos num contexto de anexação manu militari.

Nós, os Signatários do presente Manifesto, tendo em conta tudo o que foi dito, feita uma reflexão profunda e amadurecida sobre o actual momento histórico-político em que se insiste em falsear o objecto primário das nossas

reivindicações, exigimos, com todo o peso da responsabilidade histórica que impende sobre os nossos ombros, o seguinte: o reconhecimento inequívoco do único objecto das reivindicações da Nação Cabindesa: a nossa autodeterminação, pois, «Não une o Homem o que Deus separou» (D. Franklin da Costa. Cf. in Sic N).

A criação de um quadro político propício para um diálogo sincero e inclusivo com os legítimos representantes da Nação Cabindesa.

O fim do clima de repressão política e policial em Cabinda.

O respeito escrupuloso da nossa dignidade como pessoas com direito à vida, à liberdade (de pensamento, de expressão, manifestação, opinião, etc.).

O fim da guerra ocupacionista e a abertura do caminho conducente a uma paz verdadeira e duradoura.

Um novo clima de convivência, dentro do respeito mútuo entre Cabindeses e Angolanos.

Apelo aos Partidos Políticos Angolanos e à Sociedade Civil

O destino do Povo Cabindês também é vossa responsabilidade. O futuro de Cabinda poderá ser, para vós, motivo de orgulho ou de vergonha. Orgulho, se fordes capazes de ajudar a construir, neste Território, um futuro de verdadeira paz e de dignidade fraterna; vergonha, se persistir o sentimento de imposição de soluções humilhantes e de subjugação deste Povo Irmão, em nome de hegemonismos absurdos e de egoísmos de dominação. Pesa também sobre os vossos ombros o erro histórico cometido em Alvor, em 1975, que produziu os acordos de triste memória que em tudo morreram, excepto no que a anexação de Cabinda dizia respeito.

Reconhecemos que a vossa acção já tem sido algo notória, porém, é preciso mais empenho, mais envolvimento, mais acutilância, mais frontalidade e mesmo mais verdade. Mais do que o petróleo que acirra ambições, quantas vezes desmedidas, em Cabinda está um Povo com a sua história, com a sua cultura, com as suas especificidades. Não permitais,

pois, que a História e as gerações vindouras vos julguem e condenem por opções mal feitas e decisões deliberadamente mal tomadas.

APELO À IGREJA

A Igreja tem um papel histórico imprescindível na resolução do conflito de Cabinda. Testemunha-o a sua opção pela justiça, pela protecção dos mais fracos e oprimidos. Desde os primeiros momentos, a Igreja, em Cabinda, assumiu-se como profética. Daí as perseguições movidas contra clérigos autóctones, na vigência colonial e a opção pelo exílio, ao lado do Povo. Esta soube tomar a peito uma postura frontal contra a ideologia marxista-leninista, desafiando as autoridades políticas contrárias à propagação da fé cristã. E na esteira da mesma tradição, uma nova geração de sacerdotes e pastores adoptou, com autenticidade evangélica, a sua missão no seio do Povo, denunciando as injustiças.

É esta Igreja que queremos. Fiel às suas tradições, livre de compromissos políticos e voltada, inteiramente, para as suas ovelhas.

APELO À COMUNIDADE INTERNACIONAL

A comunidade internacional tem desempenhado um papel crucial na prevenção e resolução de conflitos entre povos e estados. Pese embora alguma ineficiência, ela é, hoje, mais do que nunca, imprescindível para a paz mundial e para a estabilidade internacional.

Neste contexto, os Governos com interesses em Cabinda devem compreender que a nossa terra não é só petróleo. É antes e acima de tudo um Povo, com direito à vida e ao usufruto dos seus recursos naturais.

Hoje, a partilha desenfreada da parcela de terra que Deus nos deu, por parte de interesses económicos estrangeiros, anda de par com o desprezo pelas nossas vidas e nossas aspirações. Com um olho, assistem, quotidianamente, à nossa morte, enquanto, com o outro, somam cifrões com as nossas riquezas que levam a troco de nada. Será que não têm um mínimo de sensibilidade?

Laçamos um apelo às Nações Unidas, à União Africana e à União Europeia, no sentido de adoptarem, com humanidade e responsabilidade, os mecanismos político-diplomáticos que visem abrir caminho para a emancipação definitiva da Nação Cabindesa. É isto que esperamos.

APELO AOS PAÍSES CIRCUNVIZINHOS

A instabilidade vivida em Cabinda sempre teve repercussões negativas nos países vizinhos. A actual política angolana, na região, com maior enfoque no sector da defesa e segurança, decorre, precisamente, do conflito em Cabinda. Acreditamos, por conseguinte, ser do

interesse dos nossos vizinhos, com quem partilhamos não só uma fronteira comum, mas também a mesma cultura, a pacificação definitiva de Cabinda.

Apelamos, portanto, aos governos dos dois países que compreendam o nosso drama e encetem, com coragem, mecanismos diplomáticos, junto do governo de Angola, para uma solução digna e justa da «questão de Cabinda».

CONCLUSÃO

A presente iniciativa tende a abrir espaço a uma nova abordagem do conflito de Cabinda. Ela visa buscar outros entendimentos que passem por uma nova capacidade de diálogo que nos conduza a uma solução. Esta deve satisfazer as mais lídimas aspirações da Nação Cabindesa, salvaguardando um futuro de cooperação, com reciprocidade de vantagens.

Queremos construir um futuro livre de traumas, violência e rancores, acumulados durante estes longos anos de conflito angolano-cabindês.

Por isso, AQUI ESTAMOS, para atestar que as nossas assinaturas representam a vontade do Povo - que - somos.

Feito em Cabinda, aos 10 de Janeiro de 2008

Assinamos,

(*) De acordo com informações recebidas, mais de três mil pessoas assinaram este manifesto.